

Reginaldo José de Souza

PAISAGEM E SOCIONATUREZA

Olhares geográfico-filosóficos



Reginaldo José de Souza

PAISAGEM E
SOCIONATUREZA

Olhares geográfico-filosóficos

“Porque, na verdade, a Terra não é acolhedora por natureza ou por qualquer dom divino, a Terra não é humana, e a paisagem, meio do homem, é o que vem se colocar acima dessa indiferença.”

Jean-Marc Besse

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	
HISTÓRIA INICIAL DE UMA PROCURA	19
1.1 QUERO DIZER DESDE O COMEÇO	19
1.2 PENSAR A PAISAGEM NA DOCÊNCIA	21
1.3 NECESSIDADE DE CONEXÃO ENTRE GEOGRAFIA E FILOSOFIA	29
CAPÍTULO 2	
QUESTÕES DA NATUREZA.....	40
2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	40
2.2 PENSAR A NATUREZA.....	42
2.3 PENSAR A NATUREZA PELO ESPÍRITO PLATÔNICO	45
2.4 PENSAR A NATUREZA PELO ESPÍRITO ARISTOTÉLICO	50
2.5 NATUREZA E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA.....	54
CAPÍTULO 3	
PAISAGEM COMO DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA	73
3.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	73
3.2 PAISAGEM: DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA.....	74
3.3 ATRIBUTOS PAISAGÍSTICOS	78
3.4 PAISAGEM É NATUREZA, MAS NATUREZA NÃO É PAISAGEM	83
3.5 PROBLEMA FILOSÓFICO-GEOGRÁFICO	94

CAPÍTULO 4

PAISAGEM E SOCIONATUREZA	102
4.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	102
4.2 UMA ENTIDADE FÍSICA?.....	103
4.3 PAISAGEM: APREENSÃO DO SUBLIME, COMPREENSÃO DA BELEZA.....	107
4.4 A SOCIONATUREZA E A PAISAGEM.....	113
4.5 A NATUREZA É MUITO GRANDE.....	114
4.6 HIBRIDAÇÃO SOCIONATURAL.....	116
4.7 PAISAGEM É REENCONTRO.....	120
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
AGRADECIMENTOS	131

PREFÁCIO

Paisagem e Socionatureza: olhares geográficos-filosóficos é um livro necessário. Um livro que, ao fazer um diálogo da Geografia com a Filosofia, revela a necessidade de uma construção teórica em Geografia de maior solidez. Ao fazer sua leitura, inúmeras questões se colocam. Não cabe aqui o debate; cabe aqui expressar sua importância e parabenizar o autor pela sua publicação.

A partir de uma reconstrução do conceito de paisagem, resgatando clássicos da Filosofia, desde Platão e Aristóteles a Kant, o autor expressa sua busca num diálogo aprofundado e associado a sua prática acadêmica, interagindo com colegas de além-mar (Coimbra e Lisboa).

Esse deciframento está ancorado no conceito de paisagem em diálogo com o pensamento filosófico e histórico, ao mesmo tempo em que explicita as diferenciações conceituais entre natureza e espaço.

O autor afirma que paisagem é natureza e que natureza não é paisagem. Da mesma forma, espaço não é paisagem, mas a compõe. Todas essas questões levantadas são pertinentemente respondidas a partir de seu eixo reflexivo.

Sem dúvida, é um texto que suscita um efetivo debate sobre conceitos utilizados na Geografia, muitas das vezes impensados, ou constituindo metáforas, na medida em que são importados e trazidos ao *corpus* analítico da Geografia sem a reconfiguração necessária.

Sua dimensão conceitual de paisagem ultrapassa a velha máxima de que *é aquilo que a vista alcança*, na medida em que, para além da observação, argumenta sobre a implicação estética de quem a observa. Nesse sentido,

amplia o conceito, fundamentando-se no campo filosófico, e explicita que, para conceituar paisagem, é preciso compreendê-la como conexão entre o Céu e a Terra, o sublime e o belo, o ilimitado e o limitado, o exterior e o interior, a razão e a emoção, sem, contudo, advogar a exclusividade da subjetividade. Portanto, paisagem é materialidade vivenciada, pensada, construída, seja em seus constituintes naturais ou socionaturais. Conceito que resgata de Erik Swyngedouw para demonstrar seu hibridismo e, a partir daí, reflete sobre um sentido amplo de paisagem que promova a unificação da sociedade com a natureza.

Respaldado na estética que se revela em Humboldt e em Kant, incorpora a ética, na medida em que associa o belo de uma paisagem com o direito existencial de vivê-la, que foi desconstruído pela modernidade. É com o valor ético que expressa sua preocupação com os processos sociais, que também poderiam, na sua leitura, ser entendidos através da análise da paisagem em associação estética-ética.

Toda essa construção parte da prática de um jovem docente que, ao assumir seu trabalho numa Instituição Federal de Educação, tem a possibilidade de, em sendo professor, atuar com tempo para pensar. Nesse sentido, esse texto me fez refletir sobre outra dimensão, que é, também, uma preocupação do autor: o ensino de Geografia em seus diferentes níveis. As condições da educação brasileira, o contexto atual de desmonte e a desvalorização do professor certamente impedem o espaço-tempo para um professor refletir e construir fundamentos teórico-metodológicos para suas práticas.

Esse desafio aqui se expressa na experiência revelada pelo autor. No entanto, assusta saber que essa possibilidade não é universal, sobretudo nos níveis fundamentais do ensino e, neles, na Geografia.

É, também, por essa razão que esta obra é relevante. Seu texto discorre sobre ensinar Geografia, pesquisar em Geografia, tratando-se, portanto, de um texto de significância, seja na construção do conceito sobre paisagem, seja na reflexão sobre as práticas geográficas.

O aporte teórico deste livro vem ao encontro do debate contemporâneo no que diz respeito à unidade da Geografia e, nesse sentido, resgata a necessidade de pensar a Geografia de forma unitária, a partir do olhar do presente.

O autor encontra na Filosofia possibilidades de respostas. Seu texto é provocativo e alerta para distinguir, sem compartimentar, espaço e tempo, razão e emoção, material e imaterial.

Ousada proposição que, certamente, contribuirá para um novo pensar sobre a paisagem, conforme se refere e demonstra a partir da experiência trazida do diálogo entre Europa e América Latina, uma aproximação que sinaliza como cultura paisagística, já regulada, em parte, na Convenção de Florença ou Convenção Europeia de Paisagem desde 2000, cuja expressão é incipiente no Brasil.

Enfim, compreendendo que natureza não é paisagem, da mesma forma que não é ambiente, posto que entendo que natureza é *tudo aquilo que foi produzido sem intencionalidade humana, inclusive no próprio humano*, é que seu dizer – natureza não é paisagem, mas paisagem é natureza – torna esta obra, com todos os seus desdobramentos e o possível diálogo, altamente promissora.

Ainda que de cunho filosófico, trata-se de uma leitura geográfica que certamente trará reflexões àqueles que, ao se interessar pelo tema, acompanharem de forma atenta sua leitura.

Fico gratificada por ler esta obra em primeira mão e nela ver expresso um sentimento de mundo.

Boa leitura!

Dirce Maria Antunes Suertegaray

João Pessoa-PB, novembro de 2018.

INTRODUÇÃO

Aprofundar a compreensão acerca da paisagem como conceito operativo na Geografia é fundamental para professores, pesquisadores e planejadores nesta área do conhecimento. O olhar para o espaço geográfico é, em primeiro lugar, um olhar paisagístico. É muito difícil que uma problemática estudada pela Geografia não se manifeste no espaço através de alguma paisagem, ou seja, alguma expressão visual/estética dos eventos constituídos na interface sociedade-natureza.

Por outro lado, o que muito se observa no Brasil é a dificuldade em promover a paisagem como verdadeiro patrimônio social e/ou natural. A legislação ambiental brasileira ainda está muito distante disso, notadamente em um país de pouca ou quase nenhuma cultura paisagística, onde as maiores provas de tal ausência se expressam através de práticas político-econômicas supostamente desenvolvimentistas, que priorizam a implantação de grandes empreendimentos causadores de impactos que fragmentam a paisagem.

Um exemplo muito didático, próximo a Erechim, está na cidade de Itá-SC, mais precisamente na nova cidade que teve de ser refeita em função da usina hidrelétrica (UHE), a partir de meados dos anos 1990, e do enchimento do reservatório, que levou ao pleno funcionamento da usina em 2001.

Minha primeira visita àquele município ocorreu em maio de 2015, durante a realização de um trabalho de campo com a turma de estudantes do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Essa atividade foi coordenada pelo professor Dilermando da Silveira, então responsável pela disciplina de História do Pensamento Geográfico, e por

mim, enquanto docente da matéria de Geografia Física. Naquela ocasião eu ainda não tinha conhecimento *in loco* da realidade das transformações ocorridas em Itá com a chegada da UHE. Posso dizer que o professor Dilermando da Silveira foi o responsável por intrigar-me com aquela problemática, uma cidade inteiramente relocada devido ao enchimento do lago para movimentar as turbinas de geração de energia. Várias inquietações emergiram durante as exposições na atividade de campo, e algumas delas se tornaram temas em um projeto de pesquisa específico.

O projeto, que conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Edital FAPESC 7/2015), intitula-se “Urbanização e Híbridação Socionatural em Contextos Hidrelétricos” e se desenvolve com o professor Igor Catalão, do curso de Geografia da UFFS – Campus Chapecó. Essa pesquisa investiga uma série de transformações paisagísticas na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, motivadas pela presença de empreendimentos hidrelétricos nas calhas dos rios Pelotas e Uruguai, abrangendo impactos diretos e indiretos nos municípios de Anita Garibaldi e Itá, em Santa Catarina (SC), e Pinhal da Serra e Aratiba, no Rio Grande do Sul (RS).

Os empreendimentos hidrelétricos transformam a paisagem de maneira incisiva, à medida que os elementos constituintes dos geossistemas são impactados e suas dinâmicas profundamente alteradas. Há perda de vegetação, solo e fauna com a construção de barragens e o enchimento de reservatórios, que transmutam rios e seus fluxos naturais em obras de engenharia, submetendo parte do natural ao artificial. Soma-se a essas incisões dos elementos naturais o impacto social, de modo que, em pouco tempo, muitas pessoas são obrigadas a deixar os lugares nos quais construíram suas vidas.

A partir dessa problemática, foram finalizadas três monografias de conclusão de curso sob minha orientação. Esses trabalhos trataram da percepção das transformações paisagísticas ocorridas na cidade de Itá e no

interior do município de Mariano Moro. No primeiro caso, uma situação peculiar: a completa transposição da cidade.

Daiane Quadros (2016), com seu projeto “A percepção das transformações da paisagem na cidade de Itá: antes e depois da instalação da UHE”, analisou os vários discursos de entrevistados a fim de compreender como se sentiram ao longo do processo de relocação de suas casas, distanciamento de amigos ou parentes que foram embora em função do empreendimento, a adaptação na nova cidade e, principalmente, as suas memórias de um lugar/paisagem que jamais será o mesmo. A seleção de entrevistados teve como critério de escolha a idade mais elevada, porque os idosos carregavam uma bagagem de memórias da velha Itá com mais detalhes interessantes para a elaboração das análises.

Daiane constatou dubiedades nos discursos, algumas opiniões favoráveis ao empreendimento, à “renovação” da cidade com sua estrutura planejada, ao potencial turístico do lago artificial e, por outro lado, um grande saudosismo com relação a cenas e cenários que foram submersos: vínculos familiares, eventos de lazer, proximidade de amigos, momentos marcantes da vida que ficaram para sempre registrados nos cenários das memórias, porque os cenários reais já não mais existem: nascimentos de filhos, casamentos, formaturas em escolas, igrejas, desde variadas comemorações até o mais trágico funeral. Nos mais velhos moradores de Itá há um nítido desencontro entre a paisagem de suas memórias e as paisagens atuais do território, notadamente do território da UHE, manifestamente promovido na esteira de um incisivo impacto paisagístico.

Alexandra Carniel (2018), com seu trabalho intitulado “As transformações da paisagem no Ensino de Geografia”, dedicou-se a desenvolver oficinas didático-pedagógicas com uma turma de sétimo ano do Ensino Fundamental na cidade de Itá. Seu objetivo foi justamente problematizar a ausência, nos livros didáticos, de conteúdos referentes aos impactos de hidrelétricas, notadamente em uma cidade que foi diretamente atingida. Ademais, o modo como as crianças interpretam as transformações

da paisagem e imaginam o futuro de seus lugares foi alvo das análises da orientanda em questão.

Outro projeto sobre o impacto do empreendimento hidrelétrico, na região norte do Rio Grande do Sul, foi o de Natiele Schmidel (2017). O trabalho “A Geografia nos seus olhos: impactos da UHE Itá nas paisagens dos moradores da Linha Rio Branco, Mariano Moro-RS”, também sob a minha supervisão, teve como recorte de análise o interior do município de Mariano Moro, mais precisamente a comunidade Linha Rio Branco. Em função de sua proximidade com a temática, sendo seu pai um dos ex-moradores atingidos pelo enchimento do reservatório da barragem, ela procurou compreender como os atuais habitantes da comunidade interpretam todo o processo de mudanças vivenciadas em um período relativamente curto.

Natiele realizou trabalhos de campo para registros fotográficos do lago e seu entorno, entrevistas e resgate de imagens antigas da comunidade. Os entrevistados apontaram a queda da quantidade de amigos, vizinhos e parentes que deixaram de viver ali após a retirada das propriedades rurais. Também falaram de situações que não se repetem mais, notadamente em função da submersão de áreas que, antes, eram lugares de convívio. O tom mais sentimental, presente em vários momentos das entrevistas realizadas pela iniciante pesquisadora, demonstra a resignação de pessoas incapazes de resistir à apropriação do espaço pelo empreendimento. É interessante salientar: tal apropriação é, essencialmente, a negação do lugar e da paisagem para aquelas pessoas no *front* da incorporação empresarial.

O presente livro, resultante da realização de um estágio de pós-doutoramento na Universidade de Lisboa, também comparece como fruto das inquietações paisagísticas iniciadas desde o trabalho de campo no primeiro semestre de 2015 e as orientações dos trabalhos de conclusão de curso mencionados. Como nos preâmbulos da crise de Camille Claudel, quando disse sempre haver alguma coisa de ausente a atormentá-la, como quem suplica por respostas nada fáceis de encontrar, o então projeto “Paisagem

híbrida e socionatureza: relações entre Geografia e Filosofia” foi idealizado para buscar alguma coisa de ausente a atormentar-me frequentemente quando penso no significado da paisagem na contemporaneidade, sobretudo em casos evidentes de desconsideração paisagística por incorporação econômica do espaço.

Os dois conceitos-problemas que norteiam a pesquisa são híbridos, a paisagem e a socionatureza. A tradição geográfica bem demonstra o caráter híbrido da paisagem, enquanto interface sociedade-natureza. A socionatureza parece ser, na contemporaneidade, a tentativa de ver o mundo das coisas produzidas pelo homem de forma conectada com os elementos e dinâmicas da natureza, mas já não sendo mais inteiramente naturais. Um dos objetivos deste estudo é explorar, do ponto de vista teórico, as potencialidades de ver o mundo e a natureza através da lupa da paisagem e como isto pode contribuir para a pesquisa em Geografia.

Com relação à paisagem, pode-se dizer que é uma categoria-chave para interpretar a parte da fusão da sociedade com a natureza e suas consequências nos territórios, nos lugares, nas vidas das pessoas. Muito embora ela seja frequentemente confundida, ou sinonimizada com meio ambiente ou natureza, a paisagem é uma das peças que compõe o jogo da interpretação do conjunto de transformações que produzem uma nova sociedade e uma nova interpretação da natureza.

O discurso sobre a paisagem é, muitas vezes, circunscrito à beleza de uma pintura, de uma fotografia ou de uma imagem que sobressalte algum elemento cuja gênese independe da ação humana: a montanha, a floresta, o mar, a praia... No senso comum isso é facilmente detectável. Basta realizar uma rápida enquete com as pessoas pelas ruas e perguntar o que é a paisagem na opinião delas. É certo que toda generalização pode ser perigosa. Contudo, nesse caso, se tal enquete for realizada, corre-se o perigo maior de constatar que o que se diz aqui tem um fundo e uma frente de verdade.

Há um problema associado à compreensão do significado da paisagem. Uma parte desse problema refere-se ao modo pelo qual nós, professores de

Geografia, ensinamos, ou não, ler e interpretar a (s) paisagem (ens). Talvez o Brasil não seja um país de cultura paisagística no seu sentido mais amplo e profundo. A economia nacional moderniza-se em disparate com a paisagem e, muitas vezes, contra ela (BERTRAND; BERTRAND, 2009; MOSCOVICI, 1975). A política brasileira é despolitizada do assunto, e a sociedade continua a ver a paisagem de maneira simplista. Inclusive, também porque as pessoas não são frequentemente educadas a ouvir, cheirar ou sentir a paisagem.

Preservar a qualidade das águas de um rio ou lago, preservar a mata ciliar, o bosque, a floresta ou salvaguardar o casario de um porto, de um centro histórico, vielas ou fachadas não significa, necessariamente, estabelecer um projeto de proteção ou, ainda melhor, de significação da paisagem. É certo que a visada paisagística vai compor-se em uma sequência de elementos importantes, como o rio, a mata, a urbe e seus monumentos. Mas sem o sentido que todos elementos adquirem a partir do olhar e da percepção/interpretação das pessoas que com eles fazem contato quotidianamente (ou esporadicamente, no caso de um pesquisador, de um turista, um passante...), jamais o casario ou a floresta serão observados e vivenciados com um sentimento de paisagem.

Assim, com esta pesquisa, buscaram-se referências para leitura-interpretação-análise da paisagem considerando a importância da estética e da percepção como um leque de possibilidades para que geógrafos construam ou reconstruam um conceito tão fundamental para esta ciência, notadamente, na medida em que se abre para as análises ambientais que caracterizam a Geografia como ciência da hibridação socionatural.

A paisagem é uma representação dúbia da socionatureza: ela parece ser estática, mas é produto das interações entre a sociedade e a natureza no espaço e no tempo. A paisagem é uma natureza-arte que resulta de um traslado anterior, ou seja, a transformação da natureza-fonte em natureza-recurso (BERTRAND & BERTRAND, 2009). Trata-se, pois, de uma representação das diversas formas pelas quais as sociedades modificam

certas dinâmicas naturais e, ao mesmo tempo, modificam a si mesmas. A paisagem poderia profundamente ser um ponto de partida e de chegada em políticas de ordenamento territorial no Brasil. Ou melhor, poderia ela mesma constituir-se num elemento central de políticas que garantissem a salvaguarda de paisagens (LAMPREIA, 2012; BÉDARD, 2009). Contudo, isso ainda não ocorre de modo eficaz.

Dessa forma, ensaiam-se algumas hipóteses acerca da problemática central que é a ausência de uma visão sobre a paisagem que a considere mais além do quadro, da moldura, do estático:

- A paisagem é frequentemente concebida como sinônimo de vista, de panorama, muito próximo do que um prospecto turístico pretende oferecer a um consumidor;
- A degradação ambiental pode estar muito distante de um olhar paisagístico: sempre que as pessoas pensam em paisagens, pode ser raro vir à mente a memória de um rio poluído, um bairro de infraestrutura precária, pessoas em condição de miséria. Portanto, pode haver falta de paisagem em sociedades em que a degradação ambiental se apresenta como algo corriqueiro;
- O modo como se faz o ensino de Geografia pode ser uma das fontes que contribuem para uma visão reduzida do significado da paisagem e, como consequência, consolida-se uma sociedade em que não se evidencia o que poderia ser chamado de cultura paisagística.

A revisão da paisagem da Geografia através das inspirações da Filosofia apresenta-se como objetivo central da pesquisa que aqui se apresenta, tendo em vista que, na Filosofia, a paisagem é tratada como uma dimensão da existência e não como um espaço funcional delimitado, uma área, um quadro natural ou alterado pela ação antrópica.

Durante a realização do pós-doutorado, a busca por fontes teóricas na Filosofia, que permitiam rever e reconstruir o significado da paisagem na minha percepção, foi uma tarefa interessante, na medida em que houve a possibilidade de retorno para os clássicos gregos e a retomada das visões

sobre a origem do *cosmos* ou da *physis* através de duas perspectivas: a platônica e a aristotélica. Esses são dois paradigmas do pensamento ocidental sobre a natureza, esta que está na paisagem, mas não é a paisagem.

Assim, este livro busca explorar algumas referências para leitura-interpretção-análise da paisagem considerando uma perspectiva entre natureza e cultura, natureza e sociedade, natureza e percepção, de modo que a conceituação da paisagem não seja equivocadamente tratada de maneira unilateral: somente como quadro natural ou somente como produto social.

Perante o quadro de problemas oriundos da produção de energia na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também pretendo apresentar um debate sobre como a Geografia pode contribuir com os estudos ambientais e as perspectivas do ordenamento territorial, tanto no campo quanto nas cidades, através da análise da paisagem, e buscar avanços teóricos que se refletirão em metodologias de análise para o projeto sobre Urbanização e Híbridação Socionatural em Contextos Hidrelétricos e também para outros futuros¹, inclusive na formação de pessoal – em nível de graduação e pós-graduação –, que pretendo desenvolver num território onde, muito recentemente, passou-se a contar com a presença da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com pessoal capacitado para a produção de conhecimento, na escala local/regional, acerca de questões que nos afetam.

O livro foi organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Paisagem: história inicial de uma procura”, contextualizo o leitor na minha própria trajetória de docente e pesquisador. Não poderia deixar de mencionar e esclarecer todas as minhas inquietações e expectativas com relação à pesquisa da paisagem na Geografia e como me posiciono perante aquilo

1 Este livro resulta de um estágio pós-doutoral no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, realizado de fevereiro a agosto de 2017. Durante a finalização, tanto do estágio quanto da primeira versão do manuscrito enviado à Editora da UFFS, ainda não havia institucionalizado o projeto guarda-chuva “Paisagem e Fronteira: Geografias da Raia Internacional Sul-rio-grandense” (2018), cujo objetivo é produzir material teórico de base para debater a importância da paisagem como uma ferramenta de análise das dinâmicas socioambientais em territórios de fronteira. As reflexões iniciadas neste livro, agora, têm continuidade no referido projeto de pesquisa.

que considero como o objeto primordial deste campo científico. De uma forma bem-humorada, digo que é no primeiro capítulo que mostro minhas vísceras para o leitor: goste ou não, fica a seu critério seguir na leitura.

No segundo capítulo, “Questões da Natureza”, o objetivo é remontar à reflexão sobre a origem do mundo para retomar a importância de compreender-se a natureza como algo superior às vontades humanas, uma força autogeradora que, muitas vezes, deixamos de reconhecer no cotidiano da nossa vida fragmentada na qual os atos de trabalhar, pagar as contas e comer se tornaram muito mais emergenciais do que refletir sobre a grandeza do universo. Faz-nos imensa falta esse tipo de reflexão e, claro, assumo que não fui capaz de trazer tudo o que gostaria e deveria dentro do limite de tempo que tive para escrever.

No terceiro capítulo, “Paisagem: dimensão da existência”, procurei compilar algumas visões de autores tanto da Filosofia quanto da Geografia que foram amplamente debatidos no decorrer dos meus colóquios com a professora Adriana Serrão. A paisagem como dimensão da existência, que é uma perspectiva filosófica, é de grande importância para nós, geógrafos, notadamente quem está mais voltado para a Geografia Física e vê ecossistema, geossistema ou ambiente como sinônimo de paisagem. A paisagem como dimensão da existência faz sair de uma perspectiva funcionalista para o encontro com a forma e a experiência estética: a paisagem como acesso ao belo e sublime e ao sentimento da natureza.

Tratar da paisagem nesses termos não é questão de esnobismo artístico ou acadêmico, tampouco um bibelô para o ego; pelo contrário, implica buscar a conexão entre o belo na paisagem com o bom nas relações humanas, as quais configuram lugares e territórios. O ponto de chegada deste capítulo é a proposta de uma chave de interpretação de requisitos paisagísticos como abertura, limitação e janela para o infinito no limitado, que são elementos importantes para diferenciar espaço de paisagem, natureza de paisagem e a simples “vista” de paisagem. A inspiração para isso é

o extrato de Paisagem e Estética, do filósofo italiano Rosario Assunto, presente na antologia Filosofia da Paisagem, organizada por Adriana Serrão.

No quarto capítulo, “Paisagem e Socionatureza”, procuro tratar de modo um pouco mais detalhado sobre este termo híbrido – socionatureza –, que me provoca desde certo tempo e talvez seja uma chave interessante para entender que a sociedade contemporânea parece não querer relacionar-se com a natureza, mas, sim, negá-la. E o processo de negação certamente não se completa, não passa de uma mera tentativa. Porém, nessa tentativa de negar a natureza pela técnica, produz-se uma espécie de quimera, um híbrido anômalo, uma socioculturaliza, bastante frágil, problemática, que envenena pessoas, polui o ar e a água, lança muita gente em sítios impróprios para a moradia. É, também, uma negação da paisagem.

Existem autores brilhantes que, nas introduções ou preâmbulos de seus trabalhos, deixam o leitor à vontade para ler os capítulos de forma ordenada ou aleatória, porque isso não prejudicaria a leitura. Não é o meu caso. Claro que não vou ditar regras e quem interessar-se por este livro poderá ler como bem entender. Contudo, confesso que me esforcei para fazer um percurso da grande natureza à socionatureza, com a paisagem no meio. Portanto, ao leitor fica a advertência: correrá o risco de nublar as ideias caso não acompanhe as minhas angústias desde o princípio até as considerações finais.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA INICIAL DE UMA PROCURA

1.1 QUERO DIZER DESDE O COMEÇO

A paisagem e a socionatureza são questões que passaram a provocar-me desde a realização da minha pesquisa de doutorado, cujo trabalho resultou em tese defendida no início do ano de 2015. No decorrer daquela investigação tive a oportunidade de realizar o chamado período sanduíche do meu doutoramento na Universidade de Coimbra, quando estive sob a supervisão do professor Lúcio Sobral da Cunha, Departamento de Geografia daquela instituição.

Na ocasião, importantes diálogos e aprendizagens foram desenvolvidos com meu então orientador em Portugal. O professor Lúcio é um geógrafo reconhecido tanto em seu país quanto no Brasil, notadamente por seus trabalhos na área da Geografia Física e da Geomorfologia. Além de vários momentos de colóquios para debate e reflexões acerca de um fazer geográfico lusófono, buscando aproximações entre a Geografia brasileira e a portuguesa, o professor Lúcio promoveu uma atividade de campo muito produtiva no Parque Natural da Serra da Estrela, distrito da Guarda. Passamos pelas freguesias de Manteigas, Seia e Covilhã e também chegamos ao ponto mais alto de Portugal continental, a Torre, a pouco mais de 1900 metros de altitude.

Toda a morfologia glacial e os processos de erosão e sedimentação do relevo foram muito bem explicados por um especialista que estava a falar das suas paisagens. A partir daquele momento percebia, cada vez mais, o quanto esta categoria é importante para nós, geógrafos. E como explicar as suas dinâmicas formadoras torna-se prazeroso e didático, principalmente em meio a uma atividade de campo numa das regiões mais belas de Portugal. A paisagem não me abandonaria nunca mais. O professor Lúcio sempre brincava e dizia que eu deveria apenas ser um pouco mais voltado para a Geografia Física e o campo.

De fato, talvez tenha mesmo faltado alguma prática em minha trajetória acadêmica que me levasse definitivamente a um campo de pesquisa que considero ser tão apaixonante. A Geografia Física é a ciência humana da natureza e uma didática ao entendimento do modo como a sociedade se encontra ou desencontra com o mundo natural. O professor Lúcio tinha mesmo toda razão, principalmente em um momento em que me encontrava bastante disperso por conta de leituras para elaborar o referencial teórico da tese e um pouco indeciso em como sintetizá-las para dar algum sentido àquilo que eu gostaria de dizer e que seria a minha pesquisa.

Hoje em dia procuro não mais confundir-me com as teorias e venho aprendendo a direcionar o pensamento para aquilo que preciso entender. A prática acadêmica, pouco a pouco, permite que a gente harmonize os anseios e as angústias com aquilo que precisa ser o fundamento do nosso trabalho: a busca pela verdade ou algo que seja o mais próximo possível dela. Mesmo que a minha maturidade intelectual ainda esteja muito distante de ser alcançada, entendo que procuro ser um professor (e um pesquisador iniciante) que não dependa de teorias e métodos exclusivos a servir de apoio *ad aeternum*, enquanto for possível continuar com a atividade da docência.

Sempre achei muito pedante, quase uma deselegância, debater qualquer temática com pessoas que são primeiramente os porta-vozes de suas bibliografias (sobrenome tal, ano tal, página tal), como se ninguém pudesse ter o seu próprio posicionamento perante uma questão-problema. É certo

que as nossas referências nunca são esquecidas e precisamos de todas elas. Contudo, minha intenção, um pouco por necessidade prática e um pouco por gostar de clareza e objetividade, é capturar aquilo que as teorias e seus autores podem oferecer para responder aos meus questionamentos. Este livro demonstra isso, ou seja, a busca por algumas respostas (não todas, por impossibilidade concreta) a partir de um problema chamado paisagem e alguns autores que permitem compreender alguns aspectos desse problema.

Em um trêmulo dia de inverno conimbricense, no mês de dezembro de 2013, entrei em uma livraria próxima à Praça da República e me deparei com a belíssima antologia *Filosofia da Paisagem*, organizada por Adriana Veríssimo Serrão. Nos primeiros dias de posse do material apenas fiquei fascinado com as diversas abordagens compiladas pela organizadora, além de suas reflexões acerca de cada autor e, de modo geral, sobre a paisagem enquanto problema filosófico. Naquele momento pensei em entrar em contato com a professora Adriana, agendar uma entrevista na Universidade de Lisboa, mas, pela corrida contra o tempo em um estágio que chegava na reta final, prestes a retornar ao Brasil, não foi possível.

Com meu retorno para casa descobri que era mais profundo retornar à realidade do Brasil do que ao Brasil. E o cotidiano da vida de um estudante prestes a defender tese sem saber qual seria o seu destino após a conclusão do curso e, depois disso, a quase corrida armamentista por concursos, concorrências e o anseio pela inserção profissional, tudo isso faz com que a gente se preocupe com certas urgências que escapam da idealização do acadêmico que, teoricamente, estuda, escreve, estuda, estuda... Felizmente, três meses após a defesa de tese eu estava trabalhando na UFFS – Campus Erechim, no Rio Grande do Sul.

1.2 PENSAR A PAISAGEM NA DOCÊNCIA

As primeiras disciplinas que ministrei foram Meio Ambiente, Economia e Sociedade, Geografia Física e Biogeografia. Como eu já havia

ministrado as disciplinas Análise da Paisagem e Geografia Física, enquanto professor bolsista da graduação em Geografia na UNESP, Campus de Presidente Prudente, as abordagens nas disciplinas de Geografia Física e Biogeografia do curso da UFFS não me causaram nenhum estresse inicial, pois o modo como sistematizei Análise da Paisagem me permitiria ter um fio condutor para trabalhar com a Biogeografia.

Estruturei a disciplina de modo a seguir uma linha de raciocínio bertraniana. Levei aos meus estudantes de sétima fase a proposta de entendimento da geografia da vida através de um conceito naturalista, o geossistema, a fim de elucidá-la como produto de interações entre potencial ecológico (aspectos geológicos/geomorfológicos, climáticos, hidrográficos), exploração biológica (fauna, flora) e ação antrópica (impacto da sociedade nas dinâmicas naturais). Portanto, propus uma disciplina que permitisse ao estudante de Licenciatura em Geografia compreender que a distribuição das formações vegetais são produtos de interações entre os entes da natureza e cabe ao geógrafo analisar essas dinâmicas e o modo como elas caracterizam parte das diferentes paisagens pelo espaço geográfico.

Em função da minha formação na Geografia Humana, porém, não poderia esquecer da necessária reflexão sobre as questões territoriais e sair de um conceito naturalista de ação antrópica para tratar das peculiaridades da sociedade, que altera o metabolismo da natureza na medida que há o incremento tecnológico, a transformação do espaço em mercadoria e a produção deliberada de desigualdades sociais. O Geossistema-Território-Paisagem (GTP), de Georges e Claude Bertrand, auxiliou-me nessa empreitada e contribuiu para que os estudantes pudessem buscar a visão interativa dos fenômenos naturais e humanos, em que o geossistema é a chave de interpretação naturalista (da natureza-fonte); o território, a socioeconômica e política (da natureza-fonte para a natureza-recurso); e a paisagem, a chave sociocultural (da natureza-fonte/recurso para a natureza artializada).

A culminância desta disciplina foi o trabalho de campo realizado no Parque Estadual Ilha do Cardoso, litoral sul de São Paulo, em julho de 2015.

Com a contribuição do professor Anderson Matos Teixeira, viajamos para o município paulista de Cananéia, com diversas paradas anteriores nos trajetos sulistas e análise das paisagens do domínio das araucárias. A escolha da Ilha do Cardoso deu-se, entretanto, por tratar-se de uma situação muito didática para que pudéssemos clarificar os conceitos bertranianos e as escalas de abordagem geossistêmica.



Parque Estadual Ilha do Cardoso, litoral sul de São Paulo. Uma das paragens escolhidas para o roteiro de estudos no âmbito da disciplina de Biogeografia. Um “recorte” da paisagem que se prestou para exemplificar a leitura realizada, em campo, das dinâmicas e interações entre as diferentes escalas de análise na composição geossistêmica. Desde a vegetação rasteira dispersa à área de mangue, à floresta densa nos contrafortes serranos e o ato de levar em conta as interferências de cada um destes elementos (potencial ecológico, exploração biológica, ação antrópica) sobre os outros, a teoria do geossistema-geofácies-geótopos sempre será um interessante ponto de partida geográfico para adentrar na natureza da paisagem. Ela permite entender a força da natureza na paisagem. Foto do autor. Julho de 2015.

No parque, por meio de trilhas guiadas, foi possível demonstrar os diferentes geofácies entre vegetação de restinga, mangue e a imponência

da mata atlântica, associadas às morfologias da planície costeira e dos contrafortes serranos em uma paisagem marcante do complexo estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, enfim, um verdadeiro laboratório de Geografia Física Global a céu aberto.



Parque Estadual Ilha do Cardoso. O continente visto a partir da praia na Baía do Golfinho, Núcleo Perequê. Michel Courajoud (2013 [1982]) diz que a paisagem é o lugar onde o Céu e a Terra se tocam. Não é apenas um espaço de encontro entre linhas no horizonte. Trata-se de um encontro mais amplo e profundo entre a finitude na Terra e o infinito nos céus. A janela cuja existência só faz sentido por servir contraditoriamente como uma passagem que não permite a passagem, mas apenas a contemplação. Uma passagem ao espírito da contemplação. Se tentarmos romper essa janela ou fazer dela uma porta, a paisagem vira outra. A paisagem, inclusive, sempre nos escapa ao toque ou à penetração do nosso corpo nela. Isto só acontece porque ela é um escape da Terra (*landscape*) para os céus, em um sentido metafórico de elevação da Terra observada em nossa contemplação que confere significado humano (de experiência humana no mundo) ao espaço abstrato. Nesse aspecto, a “paisagem-geossistema” é muito menor do que a paisagem. Foto do autor. Julho de 2015.

Em Geografia Física, ministrada aos calouros da primeira fase, sempre tive a preocupação de, além de introduzir os principais conceitos e abordagens deste ramo, desconstruir a visão de muitos estudantes que acabam de deixar o ensino médio e entram na universidade: a Geografia (Física) entendida não como ciência, mas como estratégia de memorização de nomes de rios, rochas, vegetação e espécies animais. Para desmistificar essa interpretação, pouco coerente com a verdadeira finalidade da Geografia, utilizo a paisagem como provocação inicial: não há problema analisado por um geógrafo que não tenha alguma manifestação paisagística.

Se o nosso objeto de estudo é o espaço, as causas e consequências dos eventos de interface sociedade-natureza no espaço e na vida das pessoas, então, somos diretamente orientados a perceber nas paisagens as impressões e expressões de impactos que afetam as nossas vidas. Logo, decorar nomes de rios, cidades e espécies não é a finalidade de quem se dedica a esta ciência, e o professor deve sair do curso preparado para trabalhar situações de ensino-aprendizagem capazes de despertar o senso crítico dos seus alunos.

A Geografia Física tem a relevante função de desmistificar discursos equivocados de culpabilização da natureza por acontecimentos que são de responsabilidade da sociedade. Os telejornais noticiam danos causados por desabamentos de encostas ou enchentes como se a verdadeira causa fosse o período de intensas chuvas no verão ou qualquer outra situação que remeta para “desastre natural”. Em momentos como esses vejo como os geógrafos, tanto os planejadores quanto os professores, são profissionais importantes para ensinar as relações entre os eventos da natureza e os eventos da sociedade ou, permitindo-me afirmar, as hibridações entre eles que, muitas vezes, são malfeitas, mal-acabadas, e remetem para a ideia de híbrido como anomalia.

Na disciplina Meio Ambiente, Economia e Sociedade, uma interessante matéria do Domínio Comum² oferecida aos estudantes de todos os cursos de graduação, pude ter com meus alunos, majoritariamente do curso de Geografia, mas também dos cursos de Agronomia, Arquitetura e Engenharia Ambiental, algumas discussões a respeito da ideia de desenvolvimento sustentável, e reflexões críticas começaram a surgir a partir de então. O fato é que precisamos ter um posicionamento crítico diante da questão, tendo em vista que a sustentabilidade, muitas vezes, assemelha-se a um engodo midiático, amplamente adotado por certas empresas. Contudo, o suposto fundamento de manutenção de recursos para gerações futuras nunca será plenamente aplicado enquanto o cerne dos problemas ambientais for o padrão de consumo, o qual a sociedade *não enfrenta* nos dias de hoje.

A partir desta disciplina pude pensar e demonstrar aos estudantes o seguinte: ao passo que não refletimos profundamente sobre a seleção do lixo, por exemplo, estamos a aceitar um padrão de consumo avalizado pela reciclagem como válvula de escape da predação de recursos. Isto porque não basta a uma família de consumidores possuir dois ou mais automóveis, trocar aparelhos celulares e computadores a cada semestre, comprar roupas e marcas desnecessárias (muitas vezes produzidas sob a lógica da exploração quase escravagista da mão de obra) e, no cotidiano, seus membros pensarem possuir atitude política e ecologicamente correta ao separar materiais de descarte para reciclagem. É, no mínimo, incoerente, pois a reciclagem em si não serve para mudar o modo de produção e de consumo. Portanto, é preciso ter uma ampliação do que seria a consciência ecológica com algum princípio de crítica ao padrão de consumo atual.

2 Conjunto de componentes curriculares adotado por todos os cursos de graduação da UFFS (mínimo de 420 h e máximo de 660 h), com o objetivo de promover a contextualização acadêmica (habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional) e a formação crítico social (compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos).

É preciso questionar o consumo intensificado de mercadorias no mundo contemporâneo e, principalmente, o fato de ser este consumo um dos elementos ideológicos para o aprisionamento dos sujeitos no universo da exploração pelo trabalho. Vivemos em um mundo no qual o incremento material é imenso, mas ele vem acompanhado da existência da miséria. Assim, a sustentabilidade insustentável jamais acabará com a fome e a pobreza. Há algo de errado nesta fórmula.

Certamente, o pior problema ambiental é a sociedade concentradora de riquezas e produtora de desigualdades econômicas. Atualmente, a este problema se soma a criação de discursos que apostam em alternativas práticas, de acordo com os interesses dos grandes grupos político-econômicos, para solução de problemas que demandam a extinção do consumismo como o temos atualmente.

No entremeio da pobreza financeira, da fome, da falta de acesso à educação, aos serviços básicos de modo geral, há o fato de que o espaço da vida se tornou mercadoria cara e isso torna muita gente vítima em situações tratadas, de modo equivocado ou proposital, por desastres naturais. Ulrich Beck já disse que muitos dos riscos aos quais somos expostos são democráticos numa sociedade estruturada de modo hierárquico. O que me faz concordar com esta visão é a própria evidência de uma natureza implacável para todos, independentemente de classe social, cor, gênero, orientação sexual.

Neste momento, me recorro das conversas com meu pai a respeito do valor da vida e do que devemos fazer pelo bem das nossas e dos outros. Na simplicidade dos seus pensamentos, mas com uma belíssima carga de significados, ele lembrava de um dia em que, numa de suas viagens – não me recordo por qual cidade, talvez porque ele também não se recordasse – passou em frente a um cemitério e no muro havia a pichação “Aqui todos os homens se igualam”. Ele era jovem e aquela pedagogia o marcou profundamente. A frase remete para a implacabilidade daquilo que nos cria e, ao mesmo tempo, retira a consciência sem quaisquer critérios: a natureza.

Quando ministrei a disciplina de Climatologia, ao passo que organizava os materiais de aula, desde os movimentos da Terra até os mecanismos da circulação atmosférica em diferentes escalas, a reflexão sobre a grandiosidade e imponência da natureza aguçava ainda mais o pensamento e me provocava a buscar, não necessariamente o entendimento de dinâmicas tão superiores aos desígnios e desejos humanos, mas o modo tão displicente, muitas vezes, como nós observamos toda a força que oferece as condições da nossa vida e, ao mesmo tempo, retira-nos de cena de uma forma tão natural.

A natureza é uma força imprevisível.
Um mergulho na vida, nas águas, nos ares, nas terras,
Em todo o universo.
A natureza é um verso.
Abriga o raso e efêmero abismo da nossa cultura,
A natureza é mistura.
Nexus, plexus de todos amores,
É a própria morte *in natura*.
Beleza, equilíbrio, catástrofe,
A natureza é uma arte.
De um átomo a todas as paisagens,
Um misterioso texto expresso em miragens.
(Reginaldo Souza, memória de 2010, renomeado como Natureza:
drama e comédia).

A culminação daquela disciplina foi o debate sobre a polêmica do aquecimento global por causas antropogênicas. Na ocasião, convidei uma especialista no tema para realizar uma palestra com meus estudantes tanto da Geografia quanto da Engenharia Ambiental. Daniela de Souza Onça, professora da Universidade Estadual de Santa Catarina, com uma trajetória acadêmica marcada pela contra argumentação às causas antropogênicas, ofereceu um relevante momento de reflexão a respeito de certas

incoerências de ideias que associam ao homem da era industrial a capacidade de alteração do clima global. O seu discurso estava basicamente voltado ao fato de que as mudanças climáticas são processos naturais em função de um simples fator: o planeta não está parado no espaço cósmico.

Portanto, é preciso aceitar que nem tudo ocorre de acordo com o que queremos ou deixamos de querer, ou seja, em algum momento temos de deixar de lado o antropocentrismo e, também, os individualismos. Isto pelo fato de que o discurso de “combate” ao aquecimento global encobriria a grave urgência de resolver, por exemplo, o problema da fome, real e de causas efetivamente conhecidas: os próprios homens, o poder econômico predatório, a exploração dos países historicamente marcados pela subserviência e saque de seus recursos naturais, degradação dos seus povos, enfim, a predação de seus potenciais de modo geral.

Quando assumi a disciplina de Epistemologia da Geografia, todas as preocupações advindas desde as práticas nas outras matérias vieram à tona. Desta vez, com o objetivo de refletir sobre os fundamentos científicos da própria Geografia, o seu escopo conceitual, a aplicabilidade dos conceitos na pesquisa e no ensino e, principalmente, o devir desta ciência em mundo marcado por uma crise dos valores da vida em sociedade e das relações de solidariedade.

1.3 NECESSIDADE DE CONEXÃO ENTRE GEOGRAFIA E FILOSOFIA

Então, a paisagem ressurgiu com mais intensidade no meu pensamento: ela seria uma possibilidade de harmonizar a sociedade com a natureza e fazer com que as próprias pessoas possam refletir sobre seu papel político nos territórios e nos lugares de suas vidas? A partir de certo ponto da disciplina de Epistemologia trabalhei guiado por esta inspiração e levantei momentos de discussão acerca da percepção ambiental e seus fundamentos, bem como procurei descontaminar os estudantes daquelas

velhas visões sobre paisagem unicamente como quadro físico, sinônimo de uma natureza morta e distante do nosso espírito.

Também motivado por essa discussão, apresentei a proposta de um projeto de extensão acadêmica cujo objetivo era entender como os professores de Geografia do município de Erechim vinham ensinando paisagem para estudantes da educação básica. O projeto (Re)Conhecer o Espaço e as Novas Tendências da Geografia foi pensado e realizado nos moldes de um curso de formação continuada para o público-alvo, em que procurei levar o debate sobre outras possibilidades de entendimento da paisagem para os professores junto com o olhar sobre as desigualdades sociais, o que ocorreu a partir do trabalho da minha grande amiga e colaboradora, professora Paula Lindo.

O segundo semestre de 2016 foi muito interessante por conta dos desafios colocados pelos professores cursistas: já que nós afirmávamos ser incorreto interpretar a paisagem como sinônimo de natureza, consequentemente, e com toda razão, eles queriam saber o que era a paisagem, afinal de contas.

Para irmos ao encontro dos anseios de nossos colegas de profissão, concatenamos uma linha de abordagem que partia desde as questões ambientais até o debate sobre as desigualdades sociais e como elas acirram os problemas de ordem ambiental para as pessoas com poucos recursos financeiros, ou seja, impossibilitadas de morar em áreas ecologicamente mais seguras e se proteger das intempéries ou de suas consequências negativas.

Essa linha de exposição dos temas permitiu trabalhar com a paisagem como forma de apreciar e compreender as diferentes configurações do espaço urbano, por exemplo, nos casos em que as desigualdades econômicas nele se manifestam e são responsáveis pela coexistência, numa mesma cidade, de bairros altamente luxuosos, com moradias suntuosas, com muito conforto térmico, ruas e praças arborizadas, enquanto que, por outro lado, existem bairros periféricos altamente precários, com moradias desconfortáveis, pouca ou quase nenhuma arborização, serviços urbanos

inadequados ao bem estar de seus moradores, tais como transporte público, saneamento, redes de energia.

Enfim, a proposta central era fazer com que os professores percebessem a paisagem não apenas como quadro natural, mas como um elemento presente na vida de todos, bastando olhar verdadeiramente ao redor e buscar, através da contemplação estética, a ética nas relações sociais e nas diferentes formas pelas quais as sociedades criam ou destroem paisagens de acordo com interesses específicos.

Assim, cheguei em um ponto de inflexão. O curso de formação continuada foi concluído com os colegas professores da educação básica e houve uma avaliação positiva da parte de todos eles. Eu e minha parceira de trabalho e colaboradora nos autoavaliamos e chegamos à conclusão de que o trabalho tinha sido satisfatório.

Porém, da minha parte, senti que a interpretação do professor de Geografia demandava outros enfoques para além desta ciência e, em função disso, finalmente entrei em contato com a professora Adriana Veríssimo Serrão, que lidera a linha de investigação em Filosofia e Arquitetura da Paisagem na Universidade de Lisboa. Com a possibilidade do afastamento para capacitação durante o primeiro semestre de 2017, animou-me a ideia de buscar algumas respostas filosóficas. No afã de todas as discussões daquele semestre e também de um período de tempo de acúmulos de dúvidas e incertezas, quase enviei um apelo desesperado para a professora Adriana Serrão. Sei que muitos podem considerar estranho, mas vou reproduzir aqui a mensagem:

Caríssima Professora Adriana, sou professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul/Brasil e tenho grande interesse em realizar um estágio pós-doutoral sob sua supervisão em 2017. Entre 2013-2014, estive sob a supervisão do Professor Lúcio Cunha na Universidade de Coimbra e, desde que retornei ao Brasil, trazendo comigo um exemplar de

“Filosofia da Paisagem”, tenho pensado muito na possibilidade de retornar a Portugal e me aproximar do seu trabalho.

{...}

Confesso que ando muito inquieto acerca das abordagens que temos sobre a paisagem na Geografia brasileira e, notadamente, sobre como nossos professores de Educação Básica ou passam despercebidos pela paisagem ou ensinam paisagem para os alunos de modo que eles ainda saem da escola a pensar unicamente que paisagem é um pedaço bonito de natureza - que, na opinião deles, não serve para nada. Eu confesso que já não sei mais em que medida estou certo ou errado no modo como venho trabalhando com a paisagem como categoria da análise geográfica e como ponto de partida para alguma intervenção na realidade, no ordenamento territorial e, também, para uma educação geográfica fundamentada na construção política.

Estou inquieto e desejo muito ter esse período para buscar respostas às minhas questões teóricas.

Caso tenha disponibilidade para esta supervisão, fico muito satisfeito.

Atenciosamente,

Reginaldo

Em nove de dezembro de 2016 os dados foram lançados. Felizmente, após dois dias a resposta positiva ao meu “apelo” já estava presente em minha caixa de *e-mails*. Depois, tudo foi uma questão de organização burocrática, entrega de declarações na Universidade, renovação de passaporte e solicitação de visto no Consulado de Portugal. Tudo parece informação além do necessário, mas considero importante expor esses acontecimentos porque, durante o período de arrumação de todos os papéis, sentia que uma nova “paisagem” teórica estava se formando para mim, quase como se fosse uma gestação, com a ansiedade pela espera de boas novidades.

Assim que cheguei na Universidade de Lisboa, a professora Adriana Serrão convidou-me para um almoço, em uma das cantinas da Faculdade

de Letras, a fim de explicar como seria a dinâmica das nossas atividades no decorrer do estágio.

Através de nossos encontros, procurava relacionar todas as discussões num esquema mental que me permitisse associar as lentes da Filosofia com as lentes geográficas. Embora com um pé na Geografia Humana, minhas pesquisas de mestrado e doutorado estiveram diretamente relacionadas com as abordagens da Geografia Física, com o conceito de geossistema, com as inspirações na Teoria Geral dos Sistemas e suas aplicações para as análises no âmbito desta ciência.

Neste escopo teórico, nunca utilizei o conceito de ecossistema, embora ele tenha sido o primeiro conceito sistematizador das dinâmicas da natureza com um viés paisagístico e teve/tem grande importância para os estudos geoecológicos. O motivo que marcou alguma falta de interesse por aprofundar meus estudos acerca das abordagens ecossistêmicas talvez estivesse relacionado com a questão levantada pelo próprio Bertrand: o ecossistema tem finalidade biocêntrica e os elementos abióticos também são centros reativos das paisagens. A primeira vez que ouvi o Bertrand colocar a ideia dessa forma foi em um curso de curta duração que ele ministrou na UNESP de Presidente Prudente. Como eu ainda não tinha entrado no mestrado, mas estava em processo de elaboração de projeto, acabei por não me preocupar com o ecossistema porque surgiu mesmo o desejo e o interesse por um conceito integrador e de caráter fundamentalmente geográfico.

Sempre achei muito rica a possibilidade de compreender as dinâmicas naturais nas paisagens por meio da complexidade dos sistemas. Em alguma passagem da Teoria Geral dos Sistemas, o próprio Bertalanffy fala da imprevisibilidade da incorporação dessa teoria no âmbito dos estudos geográficos, mas, para uma ciência de interfaces, talvez isso fosse uma tendência desde o princípio. As dinâmicas de informação e retroação, entropia, causalidade, organização, homeostase, irreversibilidade, transformação e nova ordem traduzem as dinâmicas da natureza. E analisar a

paisagem através dessas etapas seria qualquer coisa como um avanço da descrição para a compreensão do seu funcionamento.

O geossistema bertraniano, visualizado sob a ótica das interações entre potencial ecológico, exploração biológica e ação antrópica, foi amplamente difundido nos estudos de Geografia Física e teve grande repercussão e aceitação no Brasil. Realmente, parece-me que este conceito trouxe um novo fôlego para desfragmentar o estudo da natureza, ou seja, retirá-lo daquela situação que o levaria ao ostracismo: capítulos de geologia, geomorfologia, clima, hidrografia e vegetação, sem muito diálogo entre eles. A proposta era buscar entender o funcionamento conjunto de todas essas esferas e, desde o “Paisagem e Geografia Física Global”, também analisar os impactos da ação antrópica neste funcionamento conjunto e as interferências na caracterização das paisagens.

A paisagem com a qual aprendi a lidar na Geografia Física estava ancorada nessa perspectiva e posso dizer que foi extremamente interessante desenvolver estudos influenciado pelo ânimo geossistêmico. Um exemplo marcante foi o estudo da bacia do ribeirão Santo Antônio, no município de Mirante do Paranapanema. Seguindo as influências do meu então orientador de mestrado e doutorado, professor Messias Passos, dediquei a minha pós-graduação à interpretação das dinâmicas paisagísticas da região do Pontal do Paranapanema, no extremo sudoeste do estado de São Paulo. No município mencionado, a bacia do Santo Antônio constituía algo como uma “paisagem promíscua”. Infelizmente, a situação nos dias atuais não é muito diferente.



Ribeirão Santo Antônio ou do Engano, Mirante do Paranapanema-SP. A “paisagem-geótopo” é um resultado exemplar de décadas de mau uso dos recursos por meio de práticas agrícolas imediatistas, associadas à dupla ausência de apoio técnico-científico e de um aparato jurídico efetivo no que diz respeito às leis ambientais. A metáfora da “promiscuidade” desta paisagem relaciona-se com qualquer coisa parecida com o fato de ter sido passada de mãos em mãos, não havendo nenhum tipo de compromisso assumido. Mas paisagens não são passíveis de toques de mãos, seus elementos é que são. Então, a desordem antrópica/geossistêmica pode ser o ponto de partida, já que causa insatisfação, para projetar-se uma paisagem/sonho de bom uso dos recursos (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997) e bem-estar social, sem comprometimento da água (o córrego está em situação de assoreamento, acirrado pela ausência de mata ciliar e o intenso processo erosivo observado em suas margens), da conservação de solos, da capacidade de produção dos pequenos agricultores, da sua manutenção na terra e, conseqüentemente, da sua felicidade. Foto de Rafael Castro Catão, amigo e companheiro de trabalho de campo. Maio de 2012.

A região do Pontal, desde a virada do século XIX para o XX, foi ocupada a partir de um modo de colonização desordenado, no qual a lógica do desmatamento era a lógica da garantia da posse de terras. Portanto, além de intensiva, a derrubada da mata tinha de ser ostensiva. O uso agrícola do solo – desde as culturas do amendoim e algodão, a criação de

gado e, mais recentemente, a produção canavieira – moldou cenários que expressam a falta de cuidado, ou melhor, a despreocupação com o futuro. O ribeirão Santo Antônio, com longos trechos de margens sem vegetação ciliar, envolto por pastagens marcadas por forte erosão em solo arenoso, é expoente de uma “paisagem promíscua”, como se referia o meu ex-orientador a partir da indignação de alguns moradores idosos entrevistados que tinham vivenciado aquela paisagem com o curso d’água ainda em certo estágio de equilíbrio ecológico.

Aquelas observações de campo contribuíram muito para que germinasse em mim a inquietação sobre a relação entre estética e ética nas paisagens. Isto porque o tema está diretamente relacionado com a reflexão sobre a natureza ou, ao menos, certos aspectos da natureza que são alterados por obra humana.

Após vários contatos com a “paisagem promíscua” ou a “falta de paisagem” do ribeirão de Mirante do Paranapanema, lembro-me da minha participação na disciplina Urbanização e Produção do Espaço, durante todo ano letivo de 2010 na UNESP de Presidente Prudente, notadamente do primeiro módulo oferecido pela professora Maria Encarnação Sposito, quando ela indicou, entre várias outras referências importantes, a leitura de Erik Swyngedouw, *A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”*. Aquele foi o primeiro passo para sentir-me eternamente provocado com a relação sociedade-natureza ou, talvez não mais a relação, mas a hibridação socionatural.

A hibridação socionatural seria diferente da relação sociedade-natureza? Eu poderia pensar na existência de uma fusão entre dinâmicas da sociedade e certas dinâmicas da natureza que não fosse simplesmente uma relação, mas a criação de outra coisa-síntese entre dois polos distintos? A partir daquele momento comecei a pensar que, apoiado em Erik Swyngedouw, a ideia da produção de uma socionatureza era bastante interessante porque ativa novas interpretações sobre a forma como a sociedade (não) transforma a natureza. É certo que a natureza potência, grandiosa

e sublime jamais pode ser influenciada pelos artifícios humanos, mas, algumas de suas dinâmicas no planeta podem. Justamente essa parcela pequena da natureza potência, responsável direta pela nossa existência, que é alterada e, ao mesmo tempo, modificadora do nosso *ethos* socionatural.

A socionatureza é uma palavra híbrida para representar a fusão da sociedade com a natureza dentro da natureza sublime. Em algum momento, Milton Santos disse que, no passado, os eventos da sociedade ocorriam nos entremeios dos eventos da natureza e, agora, no período técnico-científico-informacional, são os eventos da natureza que ocorrem nos interstícios dos eventos da sociedade. A partir disso, tendo a refletir que não se trata de uma inversão da prevalência entre as dinâmicas do mundo social e natural, pois penso ser mais adequado admitir que os eventos da grande natureza sempre englobaram, englobam e englobarão os feitos da sociedade.

A hibridação socionatural, atualmente, mais faz pensar na ideia do híbrido como anomalia, de acordo com a etimologia da palavra grega *hybris*. Muito embora os seres híbridos despertem curiosidade desde muito tempo na história do conhecimento humano, remetendo-nos a um ideal de superação de nossas limitações – a mistura entre humano e animal, ou humano e deidade, a fim de passar a ideia de maior força física ou nobreza espiritual –, o híbrido socionatural de hoje transmite a impressão do erro.

Pense, por exemplo, nas consequências da transformação do espaço urbano em mercadoria: no caso das grandes cidades, notadamente aquelas dos países periféricos, elas são palcos de acontecimentos que demonstram os motivos de a hibridação socionatural não ter dado certo: bairros precários, favelas, pessoas em moradias localizadas em sítios ecologicamente inadequados, sujeitas das mais variadas maneiras às consequências negativas das intempéries, como perdas materiais, danos psicológicos, contaminação por doenças de veiculação hídrica ou, até mesmo, a morte em situações de bruscos impactos (DAVIS, 2006).

A cidade como híbrido faz pensar na imagem de um ciborgue disfuncional. E digo isso porque estou pensando na leitura de Swyngedouw

e Donna Haraway – O Manifesto *Cyborg*. A cidade deveria ser o espaço de plena realização de sua própria potencialidade: a economia de recursos, o desenvolvimento cultural, as relações de solidariedade, a construção e elevação política (do verdadeiro espírito político), a cidadania em amplo sentido. Todavia, a urbe tornada *mix* de natureza e técnica numa economia que prioriza a exploração de recursos naturais e de pessoas, consumismo, fruição de lucros e concentração de riquezas jamais será um híbrido capaz de garantir a superação das nossas limitações.

A nossa injúria, no sentido da *hybris* grega, é ter fragmentado a vida, a natureza, o ser, o tempo e espaço e tentar fazer uma colagem mal elaborada para voltar à unidade perdida. A humanidade precisa reconhecer que a natureza é infinita e que é parte dela, sendo finita, uma pequena fração completamente submetida ao seu movimento maior, às suas mudanças no decorrer dos tempos/temporalidades e espaço/espacialidades. Todos nós somos natureza, porém, ao mesmo tempo, somos diferentes em função da nossa própria consciência. Assim, é preciso entender a nossa diferença participante da natureza e afirmar nossa racionalidade com base na busca do bem maior e estendido a todos os seres humanos na sociedade.

Há muita gente que afirma a racionalidade humana quase como um trunfo perante a irracionalidade dos animais, como se a racionalidade nos retirasse o estatuto de animais. Entretanto, muitas vezes o comportamento da humanidade é de uma agressividade e violência nunca vistos entre os bichos. Nós podemos ser diferentes. Nós podemos comer, beber, morar e amar sem a necessidade de matarmos uns aos outros. A ideia da infinitude da natureza nunca deve ser interpretada de modo a levar a um posicionamento de descarte da vida e dos próprios recursos. Ao contrário, a natureza sublime deve suscitar o sentimento de que todos estão a ela submetidos de alguma forma e é preciso aceitar o nosso destino.

A ideia é simples: já que todos seremos tragados pelo tempo, pelo espaço, enfim, pela natureza, que façamos o maior esforço para que o tempo da vida de todos seja o mais belo possível. Afinal, não se deve esperar

para que os homens se igualem somente após a morte (para lembrar da frase que meu pai viu no muro de algum cemitério). E, aqui, não falo da estética do belo unicamente do ponto de vista da contemplação, mas também do jogo de situações necessárias para que o belo seja contemplado. Para que a beleza se faça presente na vida de todos é necessário garantir igualdade de direitos, deveres, renda digna, moradias decentes e em locais ecologicamente adequados, participação política, instrução... Educação!

No dia 22 de fevereiro saí de Lisboa em direção à Universidade de Coimbra para assistir uma apresentação de Adriana Calcanhotto. O tema da apresentação era “Eu ando pelo mundo”, através do qual a cantora falou para o público sobre seu processo criativo e seu estilo de escrita. O tema da apresentação era uma referência a uma de suas canções mais cantadas e lembradas até hoje: “Esquadros”. Adriana Calcanhotto dizia: canções que começam com “eu” são, geralmente, fixadas na cabeça das pessoas por conta de um mecanismo de transposição do ouvinte para a própria canção, como se fosse ele mesmo a falar na canção e não mais o compositor ou o cantor.

Eu achei aquilo bastante interessante porque comecei a pensar na escrita acadêmica: geralmente os textos impessoais são muito frios e não despertam empatia. Neste livro, eu me assumo em qualquer pessoa, inclusive, na impessoalidade. Através das minhas andanças pelo mundo, na vida de um pesquisador iniciante, recém-doutor, recém-professor universitário, estou em busca dos sentidos da paisagem e, cada vez mais, interessado na relação entre sentidos da paisagem e sentidos da existência. Nas páginas a seguir, espero que o leitor interessado no assunto se embrenhe nas ideias como se fossem realmente... *nossas!* Busquemos juntos algumas leituras possíveis sobre a paisagem, na Geografia e na Filosofia.

CAPÍTULO 2

QUESTÕES DA NATUREZA

2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Optei por organizar o texto a partir de passagens que demonstram como me alinhei às leituras e debates realizados ao longo do estágio de pós-doutoramento. São três passagens para representar o percurso do raciocínio gestado durante a pesquisa: o debate sobre a natureza; a paisagem como dimensão da existência e, por fim, a reflexão sobre a paisagem com conceito geográfico para ajudar compreender a fusão sociedade-natureza na contemporaneidade, que tanto gera problemas do ponto de vista paisagístico.

O leitor verificará simplicidade na estrutura do texto, sem longas enumerações de itens e subitens e com linguagem em nada rebuscada, justamente porque pensei em expor a reflexão filosófica de modo mais compreensível para todos que não são da área, como é o meu caso. O modo de estruturar o texto também representa meu posicionamento diante dos autores utilizados, uma vez que não tenho formação na área da Filosofia e, por isso, ao sentir dificuldades em acompanhar e aprofundar a interpretação dos filósofos abordados, discorri sobre os temas para que eles se tornassem os mais didáticos possíveis para mim e para os outros.

Na primeira passagem, a reflexão sobre a natureza foi desenvolvida para tentar colocar ordem na casa. A construção do conceito de paisagem

tem como pilar a natureza e seus significados filosóficos. Como não poderia ser diferente, toda construção deve começar pelo seu fundamento, seus pilares, suas raízes. Assim, busquei nos grandes paradigmas clássicos a reflexão sobre o cosmos e a *physis* tanto nos diálogos da natureza presentes em Timeu, de Platão, quanto na Física, de Aristóteles, respectivamente.

Esses paradigmas apresentam perspectivas distintas e, por isso, permitem pensar por dois pontos de vista: da inteligência superior, que cria o cosmos com base em algum ideal de perfeição e, por outro lado, do movimento primordial, que faz da *physis* o processo e o resultado de uma transformação por impulso próprio, um mecanismo que torna possível a matéria em ente, devido à própria potência transformadora inerente à natureza.

No projeto de investigação que antecedeu este trabalho, apresentei uma discussão a respeito da necessidade dos geógrafos reverem o modo como a natureza quase sempre foi tratada nesta ciência, ou seja, de modo fragmentado. Mesmo nas abordagens mais recentes, em que se busca valorizar análises integradas entre as diferentes dimensões da geologia, geomorfologia, climatologia e biogeografia, não me parece que a reflexão profunda sobre o pressuposto de infinitude da natureza comparece como objeto da preocupação especulativa dos geógrafos.

Muito ainda se fala da análise integrada como estratégia para superar a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana e, particularmente, não tenho a menor intenção de criticar esse tipo de postura, isto porque considero sua atualidade e importância no debate acadêmico. Entretanto, penso que buscar a visão integrada da natureza e da sociedade pode ser ainda mais profícuo se se considerar o que sempre haverá de superior na natureza potência quando comparada à pequenez do homem diante de um conjunto de forças além dos seus desígnios e desejos.

Por essa razão, a primeira passagem do trabalho vai ao encontro do debate sobre a constituição do cosmos ou da *physis*, sem grandes pretensões de analisar pormenorizadamente as diferenças teóricas entre os paradigmas platônico e aristotélico, mas, com o objetivo maior de trazer à

tona um pensamento e um sentimento sobre a natureza, inclusive sobre como nos falta, enquanto geógrafos, viver o debate sobre a estética do belo e do sublime para que aquilo que nós chamamos de análise integrada tenha mais concretude na vida prática.

A partir dessa necessidade, trouxe alguns excertos da Crítica da Faculdade do Juízo, de Immanuel Kant, a fim de oferecer ao leitor uma indicação de um grande filósofo que possa orientá-lo no desenvolvimento de maiores e mais profundas reflexões acerca do tema que apresento aqui.

É interessante dizer que, ao descobrir a riqueza da Filosofia, já vi que se tratava de uma problemática enfrentada desde os gregos. Seria isso uma frustração para quem se embrenha em um tema pensando se tratar de qualquer novidade? Felizmente, não. Agora, o que me parece novidade é o aparente esquecimento coletivo sobre o significado da imensa magnitude da natureza ou, se não for esquecimento, a intenção de deixar em segundo plano a importância dessa discussão. Só pode haver qualquer razão política na área de tal assunto...

2.2 PENSAR A NATUREZA

Em um cerimonial para premiação de artigos de estudantes da licenciatura em Filosofia da Universidade de Lisboa, o professor Joaquim Cerqueira Gonçalves³, em determinado momento de sua fala, fez uma interessante observação: “Escrever é entrar em contato com o infinito”.

Ao fascínio pela potência daquela frase imediatamente se somou quase que um assombro. Se escrever é entrar em contato com o infinito, isso significa que, no ato da escrita, é permitido dar vazão ao que há de mais profundo no pensamento. Ou seja, é possível fazer emergir o que há de mais complicado em se fazer verbo dentro da mente. É como se a mente pudesse finalmente descarregar-se de um grande fardo de maneira

3 Patrono do prêmio anual de Filosofia que leva seu nome e é voltado aos estudantes do primeiro ciclo, cujos trabalhos tratem de temáticas filosóficas ou que abordem filosoficamente temas de qualquer outra área disciplinar.

temporária, como um viajante que, cansado, lança suas malas no chão e sobre elas se senta alguns instantes para retomar o fôlego e continuar o percurso para algum destino.

Por mais que a mente possa temporariamente lançar algum fardo na superfície (in)finita de um papel ou de algum programa de computador, ela nunca descansa e segue inquieta. É como o viajante que não quer parar e deseja seguir para novos sítios, novas paisagens e novos encontros, tanto consigo quanto com os outros. O descanso da mente se faz em movimento, portanto, é uma espécie de miragem. Escrever é um percurso no infinito porque o movimento de pensar nunca cessa.

Escrever um poema, um conto, um romance, um ensaio ou uma tese não é atividade das mais fáceis. A palavra dita sempre será muito mais solta do que a escrita. Uma criança, em seus primeiros passos na comunicação verbal, pode gritar por sua mãe, mas ainda não pode escrever o nome dela. Escrever é entrar em contato com um infinito muito particular, ligado à construção da personalidade e da identidade, à assimilação da linguagem, à percepção da realidade e representação do mundo. O possível leitor deste trabalho pode, neste exato instante, perguntar-se: o que tal divagação tem a ver com o pensar a natureza?

O pensar a natureza também é um mergulho no infinito. Logo, como se não bastasse, escrever sobre a natureza é qualquer coisa parecida com o encontro de dois infinitos: um vai de dentro para fora e outro vem de fora para dentro do sujeito. Daí o acometimento por um quase assombro com as palavras do professor Joaquim Cerqueira Gonçalves. Como organizar, com algum sentido, uma reflexão coerente sobre a natureza para compreender o que ela é em si e o que ela pode ser no âmbito do estudo da paisagem como categoria da existência?

Um “meio assombro”, entretanto, assume muito bem o tom figurativo do termo. É um assombro semelhante ao espanto, contudo não sombreia, não obscurece. Ao contrário, tem alguma chama para a perspicácia, qualquer fogo que impulsiona a busca por um conhecimento sensível a

um inquieto viajante que não observa mais a paisagem como sendo tão somente uma palavra num discurso. A paisagem se faz como uma dimensão da existência na consciência da natureza e na natureza da consciência, no tempo-espaço que sempre se produz e reproduz em vários momentos presentes, que já criaram histórias (de homens, de grupos, de sociedades) e que florescem futuros.

Para não ter confusão de ideias e de intenções quanto ao conteúdo exposto desde o início, importa não perder o foco da natureza. Este é um trabalho escrito por um professor de Geografia que, desde o início de sua vida acadêmica, foi influenciado por discursos (verossímeis) com a ideia de que a Geografia é uma ciência da relação sociedade-natureza, uma ciência voltada para a compreensão desta relação. Ao geógrafo não caberia a pesquisa somente das dinâmicas da sociedade bem como somente das dinâmicas da natureza. Nunca se teve dúvida do caráter integrador desta ciência, desde seus referenciais epistemológicos.

Caso o geógrafo se dedicasse apenas a um ou outro aspecto do que, em conjunto, seria a globalidade de seu objeto, estaria a fazer alguma coisa diferente de Geografia. A tradição geográfica, as teorias, os métodos e as pesquisas produzidas permitem identificar claramente o impulso para compreender-se conexões ou desconexões entre a cidade e os recursos hídricos, o campo e a degradação dos solos, a impermeabilização urbana e o problema das inundações e enchentes, o desmatamento e aumento local de temperaturas, a poluição e a saúde pública, o território e a paisagem, os lugares e as identidades, a economia e o ambiente. Certamente há muitos fatos naturais envolvidos nestas questões.

Contudo, ainda não está claramente dito o que é a natureza para essa ciência. Se buscar o entendimento da natureza representa construir o entendimento sobre a nossa função no mundo, então, há de supor-se que esta pesquisa tem como aspiração (e inspiração) tatear uma verdadeira identidade para um professor de Geografia. Aqui se iniciam questionamentos a partir de inquietações existenciais. Como quando se acorda numa manhã

ensolarada e o primeiro pensamento presente na mente não é *carpe diem*, mas: *quem sou eu?*

Pode-se dizer: buscar a razão da existência, em amplo sentido, é o impulso da Filosofia, o seu motor. Todo pensamento só pode manifestar-se em função de uma matéria constituinte que, em algum tempo-espaço, passou a existir e tomou consciência de si. No mundo há uma diversidade de fenômenos inquietantes para a mente humana. O homem olha para o céu noturno e se sente arrebatado pelo imenso, pelo desconhecido, por um quadro inquietante de constelações apenas vistas quando uma face da Terra se esconde da luz solar. Por sua vez, o céu diurno é outro espanto, a cor azul, a dança das nuvens, o disco luminoso, o calor que não atea fogo e acontece como se fosse intencionalmente regulado para a manutenção de todo tipo de vida na biosfera.

Parece haver uma bem dosada combinação entre a medida do finito e a desmedida do infinito, que permitiu à matéria ver a si própria e reconhecer-se como produto de um mistério: há ou não há um *designer* para tudo? Há inteligência ou *acaso na causa* primeira, na origem da natureza?

2.3 PENSAR A NATUREZA PELO ESPÍRITO PLATÔNICO

A partir da ideia de impossibilidade da origem do mundo através de um movimento autogerado, Platão tratou das causas originais como não naturais. Para ele o mundo tinha um começo e sua filosofia propôs a existência de uma inteligência responsável por sua criação.

Quanto ao conjunto do céu ou mundo – ou ainda, se preferirmos chamar-lhe outro nome mais adequado, chamemos-lhe esse –, temos que apurar primeiro, no que lhe diz respeito, aquilo que subjaz a todas as questões e deve ser apurado logo no princípio: se sempre foi, sem ter tido origem no devir, ou se deveio, originado a partir de algum princípio. Deveio, pois é visível e tangível e tem corpo, assumindo todas as propriedades do que é sensível; e o que é sensível,

que pode ser compreendido por uma opinião fundamentada na percepção dos sentidos, devém e é devenida, como já foi dito. Dissemos também que o que devém é inevitável que devenida por alguma causa. Porém, descobrir o criador e pai do mundo é uma tarefa difícil e, a descobri-lo, é impossível falar sobre ele a toda a gente. (PLATÃO, Timeu-Crítias, 28b).

A dificuldade de falar sobre o demiurgo para toda a gente reside, muitas vezes, no fato de as interpretações acerca da causa primeira estarem assentadas em pensamentos reducionistas sobre o criador. Com a influência do cristianismo, por exemplo, personificou-se o demiurgo e a ele foram atribuídas funções de vigilante dos pecados humanos, a representação do pai castigador, sua onipresença e onisciência muito mais como dogma e não paradigma (entre outros possíveis) para compreender o cosmos. O demiurgo presente na filosofia platônica deu alma para o mundo de acordo com seu intelecto. Portanto, trata-se da ideia de uma inteligência superior que racionalmente constituiu o cosmos.

Diferente de Aristóteles e sua *physis*, para Platão o mundo teve um começo, e as primeiras causas não foram naturais. Desse modo, a Filosofia deveria encontrar a razão e a inteligência para a existência de tudo. Assim, foi posta a ideia de que o mundo visível (efêmero) seria a imitação do mundo das ideias (eterno). Nele, a inteligência seria superior à matéria e dela viria o saber fazer todas as coisas, esvaziando o conteúdo da existência do mundo como fruto do acaso.

Ora, se o mundo é belo e o demiurgo é bom, é evidente que pôs os olhos no que é eterno; se fosse ao contrário – o que nem é correcto supor –, teria posto os olhos no que devém. Portanto, é evidente para todos que pôs os olhos no que é eterno, pois o mundo é a mais bela das coisas devidas e o demiurgo é a mais perfeita das causas. Deste modo, o que deveio foi fabricado pelo demiurgo que pôs os olhos no que é imutável e apreensível pela razão e pelo pensamento. (PLATÃO, Timeu, 29a).

No Timeu há forte apelo à ideia de beleza como correspondente da ordem. O mundo das ideias é preexistente ao mundo visível, e o demiurgo fez a intermediação entre inteligência (ordem) e o caos. Tal intermediação como sinônimo de saber fazer, diferente da arte espontânea ou do conhecimento descomprometido. O demiurgo é bom e incorruptível, e a ordem do cosmos é a beleza. É necessário pensar a distinção entre aquilo que sempre existe sem ter nascido e o que sempre nasce sem existir nunca. O pensamento é um exemplo do que existe sem ter nascido, enquanto a opinião, por sua vez, nasce e perece sem nunca ter existido *verdadeiramente como verdade*.

Logo, a opinião seria uma espécie de pensamento corrompido pela irracionalidade dos instintos e pela efemeridade. Ela brota de terras friáveis porque são campos de imitação da verdade. Para conhecer o cosmos é preciso aceder das opiniões para a verdade. Na filosofia platônica a verdade estaria num modelo sem o qual nada existe, e este modelo era considerado imutável. A partir do arquétipo da imutabilidade é inevitável pensar o mundo como imagem de algo, assim como o tempo é a imagem da eternidade.

Como acontece que este é um ser eterno, tentou, na medida do possível, tornar o mundo também ele eterno. Mas acontecia que a natureza daquele ser era eterna, e não era possível ajustá-la por completo ao ser gerado. Então, pensou em construir uma imagem móvel da eternidade, e, quando ordenou o céu, construiu, a partir da eternidade que permanece uma unidade, uma imagem eterna que avança de acordo com o número; é aquilo a que chamamos tempo. De facto, os dias, as noites, os meses e os anos não existiam antes de o céu ter sido gerado, pois ele preparou a geração daqueles ao mesmo tempo que este era constituído. (PLATÃO, Timeu, 29a).

O tempo como imagem da eternidade está, certamente, entre as mais belas ideias com a qual alguém pode deparar-se. Diante do supremo (cuja

similitude com as deidades das religiões deve ser ponderada⁴), tudo o mais que existe e se modifica são apenas manifestações dele mesmo sem, no entanto, serem completamente ele mesmo. Atualmente há uma certa banalização do conceito de natureza. Fala-se de natureza em referência aos mais variados comportamentos humanos: chorar faz parte da “natureza” da criança; furtos são da “natureza” do cleptomaniaco; homens são agressivos “por natureza” e tantos outros exemplos.

Por outro lado, em certos casos, ocorre a evidente supressão da natureza enquanto conceito: “cidades são espaços artificiais”. Também se procede à condenação da natureza, em caso de algum impacto ambiental: “as mortes foram causadas pela força da natureza”. Ou, então, há sobrevalorização e associação ao temor: “os danos foram causados pela fúria da natureza” (sobrevalorização e quase isenção das responsabilidades humanas); “a natureza não perdoa” (temor), além de outros exemplos. Entre tais excessos também há aquele em que a natureza é confundida com fragilidade e, daí, emerge um certo tipo de discurso ambientalista equivocado: “é preciso salvar a natureza”.

Mesmo que a cosmovisão platônica possa ser questionada e, notadamente, as interpretações feitas por diversos estudiosos, das mais variadas áreas do conhecimento, além da Filosofia, o fundamento da inteligência superior permite reacender a necessidade de pensar a natureza de uma forma não reduzida apenas às suas manifestações neste planeta.

Mas por que pensar na natureza de modo tão ampliado se:

[...] ser-nos-ia completamente desagradável uma representação da natureza na qual antecipadamente nos dissessem que na mínima das investigações sobre ela, para lá da experiência mais comum,

4 Lopes (2011), na introdução da tradução da obra *Timeu-Críticas*, aponta para a possível correspondência entre o demiurgo e o Intelecto, no *Timeu*, mesmo que tal relação ainda seja questionável. Na obra *Leis*, “Platão define-o como responsável por governar tudo (875c-d) e por ter ordenado o mundo”, sendo que, “no entanto, carece de explicação o atributo de “governar tudo”, pois a divindade criadora retira-se logo após ter concluído a sua tarefa”. Independentemente de coincidir ou não com o demiurgo, o Intelecto corresponde a um princípio de racionalidade teleológica, pois visa, acima de tudo, “orientar tudo para o melhor”; no fundo, a vertente inteligente da criação”. (Cf. LOPES, 2011, p. 36-37)

nos haveríamos de deparar com uma heterogeneidade das suas leis, que tornaria impossível para o nosso entendimento a união das suas leis específicas sob leis empíricas universais. (KANT, *Crítica da Faculdade do Juízo*, XLI).

Não se deseja cair em qualquer espécie de discurso que remeta à impossibilidade de compreender a natureza, sobretudo ao mirar sua grandiosidade perdida⁵. Tampouco, no cotidiano, adotar posturas ignorantes quanto aos valores da vida em sociedade. Retomar o entendimento da natureza etérea é um ponto de partida para o conhecimento realmente ser capaz de trazer a felicidade, a bondade e a beleza para a humanidade.

Em sua cosmovisão, Platão discorreu sobre os preceitos do belo e do bom como sentidos da existência do mundo. As referências aos grandes filósofos traduzem a necessidade de pensar, pela fonte da Filosofia, a natureza e como ela se desdobra em objeto de estudo da ciência geográfica. O surgimento do mundo implica no surgimento da natureza. Se bem que, no âmbito da perspectiva platônica, não parece adequado falar de um surgimento, mas sim da criação: o Intelecto superior organizou a existência.

Digamos, pois, por que motivo aquele que constituiu o devir e o mundo os constituiu. Ele era bom, e no que é bom jamais nasce inveja de qualquer espécie. Porque estava livre de inveja, quis que tudo fosse o mais semelhante a si possível. Quem aceitar de homens sensatos que esta é a origem mais válida do devir e do mundo estará a aceitar o raciocínio mais acertado. Na verdade, o deus quis que todas as coisas fossem boas e que, no que estivesse à medida do seu poder, não existisse nada imperfeito. Deste modo, pegando em tudo quanto havia de visível, que não estava em repouso, mas se movia irregular e desordenadamente, da desordem tudo conduziu a uma

5 A grandiosidade da natureza em nada será perdida. Por alguma razão, só pensamos nela em situações muito específicas, em momentos de reflexão sobre a vida, o sentido da vida e da morte. Não raro, recuperamos a grandiosidade em momentos de contemplação, sobretudo de contemplação da paisagem. Stephen Hawking, ao tratar do papel de Isaac Newton na Física, com a proposição da lei da gravitação universal, lembra “a história de que Newton foi inspirado por uma maçã que o acertou na cabeça é quase certamente apócrifa. Tudo o que o próprio Newton disse foi que a ideia de gravidade lhe ocorreu quando ele estava sentado ‘em um estado de espírito contemplativo’ e ‘foi ocasionada pela queda de uma maçã’” (HAWKING, 2015, p. 15-16). Newton estaria a contemplar a paisagem ao ser iluminado por uma ideia para entender a sublime natureza?

ordem por achar que esta é sem dúvida melhor do que aquela. Com efeito, a ele, sendo supremo, foi e é de justiça que outra coisa não faça senão o mais belo. (PLATÃO, Timeu, 29E-30A).

Assim, o mundo foi gerado através de substâncias que tinham de ser tangíveis e visíveis. Nada poderia ser visível sem o fogo (a luz), assim como nada poderia ser tangível sem o sólido (a Terra). Contudo, não sendo o corpo do mundo uma superfície plana, na qual apenas os dois elementos bastassem, foi necessário criar as substâncias intermediárias para dar o acabamento das formas primordiais: a água e o ar. (Cf. PLATÃO, Timeu, 32A). Das substâncias primordiais fez-se a esfera, uma vez que representa a perfeição ao ser sempre simétrica. Ao redor do centro do mundo (a Terra), giram os astros mais próximos, a começar pela Lua, seguida do Sol, da Estrela da Manhã e do astro consagrado a Hermes. Além disso, um adorno de astros não errantes, representações dos seres divinos, eternos e imutáveis. (Cf. PLATÃO, Timeu, 40A, B).

2.4 PENSAR A NATUREZA PELO ESPÍRITO ARISTOTÉLICO

Para Aristóteles, a natureza é um princípio de movimento e mudança da matéria/forma, diferente da *teknè* ou causalidade técnica. Isso vem da ideia de que a *physis* age de modo impessoal, em contraponto ao raciocínio dela ser dependente de um agente.

O universo e a natureza, por conseguinte, apresentam-se como desafio lógico desde muito tempo. Se em algum momento houve a criação ou primeiro impulso autogerador, o que motivou tal impulso ou quem foi o ente criador do criador? Esta questão instiga e, de certo modo, fez e faz a busca por respostas à causa primeira despontar como desafio a todo pensamento profundo.

Infelizmente, preocupações sobre a verdade da natureza que deveriam estar presentes na construção do pensamento científico foram postas em

segundo plano. Vive-se em um contexto em que o pragmatismo e o utilitarismo, sobretudo este, parecem vigorar muito mais em função do consumo imediato de tecnologias e de elementos da natureza, que são tidos unicamente como recursos para o crescimento econômico.

O grande avanço tecnológico da sociedade contemporânea não é, necessariamente, sinônimo de imensos avanços das explicações do cosmos e da natureza. Mesmo com o aparato tecnológico que físicos e astrônomos têm ao seu dispor, o *big bang* ainda não passa de uma hipótese. Porém, considera-se muito admirável que, entre trezentos e quatrocentos anos antes da era cristã, dois pensadores tenham abordado o tema indissociável cosmos-natureza puramente através do raciocínio, sem potentes telescópios, foguetes, robôs de prospecção interplanetária, satélites, computadores ou quaisquer outros suportes.

Para Aristóteles, a visão de um mundo superior ideal não caberia porque as ideias das coisas estavam nas próprias coisas. Assim, os sentidos da percepção seriam importantes para identificar as formas e analisar sua substância. Isto de maneira distinta de Platão que, em seu mito da caverna, demonstrou o fato de que a visão poderia ser enganadora para quem não tivesse a possibilidade de aceder ao mundo real. Os sentidos, para Aristóteles, seriam meios de alcançar a essência da natureza através da matéria, das formas e do movimento.

Em tal perspectiva, o movimento devia ser entendido a partir da ideia de a natureza apresentar-se como potencialidade para concretização de algo, ou seja, a substância dos entes, através do seu potencial, movimentar-se para realizar-se de matéria em forma. Em Aristóteles, o conhecimento constrói-se pela experiência com a matéria e pelo entendimento de sua transformação, que pressupõe o movimento.

Entre os entes, uns são por natureza, outros são por outras causas; por natureza são os animais e suas partes, bem como as plantas e os corpos simples, isto é, terra, fogo, ar e água (de fato, dizemos que essas e tais coisas são por natureza), e todos eles se manifestam

diferentes em comparação com os que não se constituem por natureza, pois cada um deles tem em si mesmo princípio de movimento e repouso - uns, de movimento local, outros, de crescimento e definhamento, outros, de alteração [...]. (ARISTÓTELES, Física, 192B, 8).

Ao movimento, sempre há uma causa ou motor que o impulsiona. Assim, não haveria possibilidade de compreender a *physis* como reflexo imperfeito do mundo das ideias, ou seja, antes do contato com a matéria e do próprio movimento gerador das formas e realidade das formas.

O movimento autogerado da natureza tampouco é, por sua vez, produto do acaso. A própria etimologia deste termo (acaso = sem causa) serviria para refutar o acaso no âmbito do constructo aristotélico. Entretanto, os capítulos quatro, cinco e seis do Livro I da Física contém uma longa e interessante explanação a respeito do acaso (ou sorte) e da espontaneidade (ou casualidade) que também os colocam como causas de alguma situação de mudança, um evento, um movimento, ou melhor, qualquer ato criativo que ocorre após a inteligência ou o princípio de movimento da natureza.

Também o acaso e o espontâneo se contam entre as causas, e se diz que muitas coisas são e vêm a ser por acaso e pelo espontâneo. Deve-se examinar, então, de que modo o acaso e o espontâneo se encontram entre essas causas, se o acaso e o espontâneo são idênticos ou distintos e, em suma, o que são o acaso e o espontâneo. (ARISTÓTELES, Física, 195B, 31).

[...] Entre os modos de causalidade, ambos estão no domínio das causas de que procede o começo do movimento, pois contam-se sempre entre as causas que são por natureza ou entre as que provêm do pensamento. O número delas, no entanto, é indeterminável. Dado que o espontâneo e o acaso são causas quando algo vem a ser por concomitância causa das mesmas coisas de que a inteligência ou a natureza poderiam vir a ser causas e, visto que nada que é por concomitância é anterior às coisas que são em si mesmas, evidentemente tampouco aquilo que é causa por concomitância é anterior ao que é em si mesmo causa. Portanto, o espontâneo e o acaso são posteriores à inteligência e à natureza. Por conseguinte, ainda que o espontâneo fosse causa do céu, a inteligência e a natureza

necessariamente seriam causas anteriores de diversas outras coisas e também este Todo. (198A, 1).

O acaso e o espontâneo são semelhantes apenas pelo fato de ocorrerem em função da concomitância de fatores, por exemplo: uma situação hipotética na qual uma pessoa pode sair de sua casa para trabalhar e ser atingida por um raio ou ficar ilhada devido a uma inundação em um dia de chuva. A intenção daquela pessoa não era ser prejudicada por nenhum desses possíveis acontecimentos. Assim como as dinâmicas físicas da atmosfera jamais teriam a intenção de alagar a cidade ou queimar alguém. De qualquer modo, em ambos os casos ocorreu certa convergência de situações que, em si, é compreendida como a causa do acaso ou o produto da espontaneidade. Por acaso a pessoa foi atingida e, espontaneamente, a atmosfera produz descargas elétricas em tempestades.

Pelo fato de ser uma consequência de outras intenções e movimentos (sair para trabalhar e não para ser queimado por um raio que, por sua vez, não acontece como desejo da natureza em queimar alguém), o acaso é menos amplo do que o espontâneo, cuja imprevisibilidade muitas vezes não permite pensar em qualquer tipo de alternativa ou controle. Na seguinte passagem, Aristóteles assim se refere:

[...] o espontâneo é mais amplo: tudo que é por acaso é pelo espontâneo, mas nem tudo que é espontâneo é por acaso. De fato, o acaso e aquilo que é por acaso se encontram no domínio das coisas a que se pode atribuir o ser bem afortunado e, em geral, a ação. Por isso, o acaso necessariamente diz respeito àquilo que é factível pela ação (sinal disso é que se julga que a boa fortuna é o mesmo que a felicidade, ou algo próximo, e a felicidade é certa ação, pois é uma boa disposição no bem agir); por conseguinte, para aqueles aos quais não é possível agir, tampouco é possível produzir algo por acaso.

Por isso, nenhum inanimado, tampouco besta alguma ou criança alguma, fazem algo por acaso, porque não são capazes de escolher; tampouco se lhes atribui boa fortuna ou infortúnio, a não ser por semelhança, como Protarco disse que são bem-afortunadas as

pedras das quais são feitos os altares, porque recebem honras, ao passo que suas vizinhas são pisoteadas.

No entanto, sofrer algo por acaso pode-se atribuir, de certo modo, até mesmo a tais coisas, quando quem age sobre elas age por acaso; mas, de outro modo, não é possível.

Já o espontâneo se atribui também aos outros animais e mesmo a muitos inanimados; por exemplo, o cavalo, dizemos, veio espontaneamente, porque se salvou ao vir, mas não veio em vista do ser salvo; também o tripé caiu espontaneamente, pois ficou de modo a servir de assento, mas não caiu em vista do servir de assento.

Por conseguinte, é evidente que dizemos “vem a ser pelo espontâneo” quando algo cuja causa é externa vem a ser não em vista daquilo que resulta, no domínio das coisas que em geral vêm a ser em vista de algo. Por sua vez, dizemos que “vem a ser por acaso” tudo que, sendo suscetível de escolha, vem a ser pelo espontâneo para os que são capazes de escolher. (ARISTÓTELES, 197A, 36).

O acaso e o espontâneo são associados ao debate sobre o movimento como causa da *physis* e se considera estarem na discussão de Aristóteles em função da reflexão sobre a causa primeira da natureza, na qual o filósofo tratou da existência de um ente que movimenta sem ter movimento ou ser movimentado por algo.

2.5 NATUREZA E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

As passagens pelos filósofos remetem a uma questão fundamental – aparentemente perdida no mundo atual – relacionada à inquietação com o modo pelo qual os rebatimentos da ciência e da tecnologia configuram a sociedade. A questão, aparentemente perdida, é a seguinte: afinal de contas, o que é a natureza? Na cabeça de um geógrafo, esta é uma pergunta acompanhada de outra: o que a Geografia chama de natureza?

Antes de quaisquer tentativas de respostas, afirmo que a natureza parece ser um imenso desafio filosófico do qual, muitas vezes, a própria ciência se recua. Felizmente, o recuo não se faz como recusa e, devido a

isso, buscar o entendimento sobre as dinâmicas regentes da existência de todas as coisas é algo a ser valorizado na pesquisa em variadas áreas do conhecimento.

Especificamente com relação à paisagem, recuperar o sentido da *physis* e do cosmos, na concepção da Filosofia, permite reabrir a interpretação de uma categoria que surgiu, ao menos no ocidente, já como um reflexo da ruptura entre homem e natureza e, ao mesmo tempo, uma tentativa de recomposição da unidade perdida entre esses dois entes.

Uma das evidências de a paisagem representar a busca da natureza perdida está no caráter do “consumo” da arte pictórica. As pinturas de lugares de natureza exuberante com rios, praias, oceano ao longe, luz solar iluminando copas de árvores, relva, campo, muitas vezes, cenas e cenários inóspitos ou com alguma presença humana quase insignificante diante de um encontro de céu e terra que comprime casas, povoados, cidades, pessoas (traços comuns da pintura naturalista, como o quadro A Praia do pintor português João José Vaz, 1859-1931) é um exemplo disso.

Mais atualmente, também há o encanto pelas fotografias de imensos segmentos da superfície com qualquer sugestão da unidade da natureza composta por distintos elementos: a vegetação, as rochas, o relevo, a hidrografia, o clima. Os catálogos de agências de turismo bem representam a busca pelo conforto da natureza nos entremeios da vida artificial no espaço urbano, cujo escape é visto como elixir para recompor a energia gasta constantemente em um ambiente adorado e angustiante ao mesmo tempo: a cidade.

Além do mais, há o elemento-*charmant* para os consumidores destes pacotes de viagem: escapam do mundo turbulento, mas fazem questão de retornar e mostrar (agora, até mesmo no tempo real da viagem) os vestígios de suas aventuras em fotografias, quadros que retratam costumes locais e outros tantos *souvenirs*.

Portanto, a paisagem como sinônimo (de tentativa) de reencontro com a natureza aparenta ser não apenas um atributo do pensamento metódico

da ciência, ou dos constructos filosóficos, ou da criação artística; ela está no meio da vida quotidiana de todos, no trabalho, nas férias, nos feriados, no descanso, no ócio, nos pedaços de natureza representados, pendurados e emoldurados nas paredes das casas, enfim, em uma idealização de liberdade que nunca se plenifica.

O ponto de partida para a reflexão sobre a paisagem está nessa vulgarização. Ela diz muito sobre os comportamentos sociais e individuais, através de certas concepções culturais sobre a natureza. A paisagem é um traço da vida, uma dimensão do ser.

A natureza na paisagem não é um simples elemento constitutivo. Trata-se de um ideal perseguido no mesmo passo em que a modernidade dele se afastou. O homem moderno é como uma natureza consciente de si mesma, mas com o deslumbramento do artifício, muitas vezes esquecendo-se de sua condição de sujeito aos desígnios dos fluxos naturais da vida e da morte, das transformações ambientais, da passagem do tempo. Nesse sentido, deve-se retornar à natureza para ser possível recuperar a visão que, ao longo do tempo, foi esmaecida pela suposta artificialização.

Immanuel Kant, na *Crítica da Faculdade do Juízo*, mais precisamente na analítica do sublime, apresenta o seguinte:

Rochedos audazes e proeminentes, por assim dizer ameaçadores, nuvens de trovões acumulando-se no céu, avançando com relâmpagos e estampidos, vulcões na sua inteira força destruidora, furacões deixando para trás devastação, o ilimitado oceano revolto, uma alta queda d'água de um rio poderoso, etc., tornam a nossa capacidade de resistência de uma pequenez insignificante em comparação com seu poder. Mas o seu espetáculo só se torna tanto mais atraente, quanto mais terrível ele é, contanto que, somente, nos encontramos em segurança e de bom grado denominamos estes objetos sublimes, porque eles elevam as forças da alma sobre a sua medida média e permitem descobrir em nós uma faculdade de resistência de espécie totalmente diversa, a qual nos encoraja a medir-nos com a aparente onipotência da natureza. (KANT, CFJ, § 28, 104).

Diante da natureza grandiosa, a estupefação é um sentimento ambíguo. Quando o homem se depara com forças descomunais, sua atitude é guiada por medo e admiração. O medo se manifesta em função do desconhecido. Inclusive, este aspecto é curioso: somos de natureza, agimos (independentemente das inúmeras negações) como natureza, convivemos todos os dias, segundo por segundo, com natureza, contudo, a nossa companheira de toda a vida se torna, de um instante para outro, uma verdadeira coisa estranha aos nossos sentidos, sentimentos, às nossas emoções e à nossa razão.

Se a natureza é vista como qualquer coisa espetacular, isso só é possível quando se tem uma plateia, afinal, não há espetáculo vazio de público. Enquanto parte do público, o observador da dinâmica aterradora do vulcão, da tempestade ou do mar turbulento, sem correr o risco de ser tragado por esses fenômenos, por certo será marcado muito mais pela admiração boquiaberta e não pelo temor desesperado.

O sentimento de impotência fere o ego do gênero humano, durante e depois do perigo, de maneira indelével. Para escapar daquilo que causa o desconforto emocional, a mente apela à consternação: uma emoção que transforma o medo em submissão abnegada ou algo próximo do respeito. À reação estranha dos sentidos ou estupefação confusa, ambígua, Kant chamou de prazer negativo: “o comprazimento no sublime contém não tanto prazer positivo, mas muito mais admiração ou respeito, isto é, merece ser chamado prazer negativo”. (CFJ, § 23, 76).

Há equívoco em dizer que o homem é o senhor da natureza. Isso nunca aconteceu. É evidente serem possíveis a vida e a reprodução das sociedades justo em função das dinâmicas da natureza e não o contrário: o movimento da natureza não necessita da vida social, da economia, da política, da cultura. Acredita-se ser esta a primeira asserção para o retorno à natureza, com a finalidade de reconstruir sua compreensão no âmbito da Geografia. É preciso verificar o significado do prazer negativo, aqui compreendido como comprazimento que, ao invés de exteriorizar e religar o

homem ao natural, o introspecta e o afasta ainda mais dele, tornando-o um enigma irrelatável e, tampouco, aceito.

A verificação das emoções não é comum nas ciências da natureza. Entretanto, parece haver uma importante chave de interpretação nesse campo, permitindo entender muito da conceituação da *physis* no mundo marcado pelo advento tecnológico. Logo, a entrada no universo do juízo estético se faz necessária.

A experiência humana com a natureza é concreta, sentida/vivenciada primeiramente através da realidade dos fluxos corpóreos, fisiológicos (humores, excrementos), dos instintos variados (cólera, sexo, fome, sede) e das sensações (frio, calor, cansaço, disposição). Assim se faz a primeira ligação mais objetiva de uma pessoa com a natureza natural a correr no seu próprio organismo. Não há teoria social capaz de negar esta evidência.

Por outro lado, há a construção cultural e definição de conceitos através da experiência com a natureza. Os sentidos e as sensações permitem identificar o que é frio ou quente, fere ou não fere. As experiências também determinam modos de comportamento: o que fere não se quer vivenciar novamente; o que é agradável passa a ser objeto da repetição, do querer mais uma vez, outra e outra. Enfim, em algum momento se chega na elaboração dos julgamentos: o bom, o mau; o belo, o feio; o prazer, o suplício; o vulgar, o sublime.

Em muitos casos, as determinantes culturais são influentes na construção dos juízos e também são resultantes deles, algo como uma interação constante entre processo-produto-processo. Por outro lado, nem sempre terá a cultura alguma influência na definição de um julgamento: o fogo queima e causa dor em contato com a pele do animal ou do ser humano – não é preciso este ou aquele povo ter qualquer tipo de diferença cultural para disso saber, portanto, basta apenas a experiência.

Quanto à beleza e à sublimidade:

O belo na natureza concerne à forma do objeto, que consiste na limitação; o sublime, contrariamente, pode também ser encontrado num objeto sem forma, na medida em que seja representada nele uma ilimitação ou por ocasião desta e pensada além disso na sua totalidade; de modo que o belo parece ser considerado como a apresentação de um conceito indeterminado do entendimento, enquanto o sublime como apresentação de um conceito semelhante da razão. (KANT, CFJ, § 23, 75).

Reporta-se ao juízo estético da natureza por ser determinante no modo de relação com ela, ou melhor, com aquilo concebido por natureza. Como foi mencionado anteriormente, há um modo concreto de contato com as dinâmicas naturais porque somos dependentes e parte delas. Mesmo nessa dependência, faz-se presente o sentimento ambíguo de pertencimento e afastamento, um dos frutos do paradigma da modernidade na mentalidade da sociedade urbana que, por sua vez, também insere no homem a angústia do paraíso perdido.

Dessa angústia, a ânsia por beleza junto aos entes naturais emerge e, próximo a eles, imagina-se encontrar o conforto para o espaço atribulado da cidade. E também a apreensão do infinito, do absolutamente grande e inflexível a quaisquer regras ou sistemas de pensamento preestabelecidos. A beleza tem um limite, que corresponde exatamente ao limite do objeto da experiência. Por sua vez, a sublimidade da natureza contém a experiência com ela; todavia, trata-se de uma experiência *sui generis*: o pensamento teria o domínio de seu início e não o domínio do fim. E, não tendo o domínio do fim, logo, perder-se-ia o domínio do início⁶.

6 Adriana Serrão trata da diferença entre a categoria do belo e do sublime, em Kant, a partir da ideia de duas dinâmicas anímicas que promovem harmonização ou certo desconforto na experiência estética: “A dupla orientação da estética kantiana em belo e sublime assenta na diferença entre duas dinâmicas anímicas. Numa, a harmonia da imaginação e do entendimento acompanhada do sentimento de prazer persiste durante todo o tempo da contemplação, proporcionando o equilíbrio e a pacificação; na outra, o esforço da imaginação para apreender, na unidade de uma intuição, a ilimitação e excessividade, esforço esse, que votado ao fracasso, produz um conflito entre atracção e repulsão pelo objecto, e coloca o sujeito na instabilidade entre contracção e expansão das suas forças vitais” (SERRÃO, 2017, p. 51).

Para Kant, é incorreto denominar qualquer objeto da natureza de sublime, pois, como mencionado, a sublimidade sugere outro tipo de experiência, ou seja, aquela pelas vias do suprassensível. Pode-se denominar vários objetos como belos, porém:

[...] se vê imediatamente que em geral nos expressamos incorretamente quando denominamos qualquer *objeto da natureza* de sublime, embora na verdade possamos de modo inteiramente correto denominar belos muitíssimos dos mesmos;

[...] o verdadeiro sublime não pode estar contido em nenhuma forma sensível, mas concerne somente a ideias da razão, as quais, se bem que não lhes seja possível nenhuma apresentação adequada, precisamente por esta inadequação, que deixa apresentar-se sensivelmente, são ativadas e chamadas ao ânimo. (KANT, CFJ, § 23, 76-77).

Em algum momento do passado, escrevi alguns versos na tentativa de expressar meu sentimento da natureza. No lugar em que cheguei, deparei-me com a seguinte reflexão: “A natureza é uma força imprevisível; Um mergulho na vida, nas águas, nos mares, nas terras, em todo universo; A natureza é um verso; Abriga o raso e efêmero abrigo da nossa cultura; A natureza é mistura; *Nexus, plexus* de toda matéria; Eros de todos amores; É a própria morte *in natura*; Beleza, equilíbrio, catástrofe; A natureza é uma arte; De um átomo a todas as paisagens; Um misterioso texto expresso em miragens” (SOUZA, 2010).

A ideia de uma natureza que abriga e, ao mesmo tempo, é imprevisível ilustra esta relação, ou, mais precisamente, a diferença entre beleza e sublimidade. Não se está a tratar aqui de um fenômeno específico, uma tempestade ou dia ensolarado. Trata-se de natureza enquanto conjunto de relações e dinâmicas das quais pouco ou nada se domina. Parece que o sublime seria a natureza ao infinito e fora de compreensão. A natureza apreendida impulsiona a razão, porém, não se alcança necessariamente o seu entendimento... Daí o comprazimento negativo.

Há um limite do pensamento para compreender a grandiosidade da natureza e, para além desse limite, ela só pode ser sugerida. E é mesmo no limiar da razão para a imaginação em que se encontra o sublime, a caminho do suprassensível. Hawking (2015), ao tratar do imenso debate físico sobre a origem do universo, pode ser apresentado para exemplificar esta passagem. O autor coloca que:

As questões sobre se o universo teve um início no tempo e se ele é limitado no espaço foram amplamente examinadas [...] pelo filósofo Immanuel Kant em sua monumental (e muito obscura) Crítica da razão pura, publicada em 1781. Ele chamava essas questões de antinomias (isto é, contradições) da razão pura porque achava que havia argumentos igualmente persuasivos para acreditar na tese – de que o universo teve um início – e na antítese – de que ele existira desde sempre. Seu argumento para a tese era de que, se o universo não teve um início, haveria um período infinito de tempo antes de qualquer evento, o que ele considerava absurdo. O argumento para a antítese dizia que, se o universo teve um início, haveria um infinito período de tempo antes disso, e, assim, por que o universo deveria começar em algum momento específico? (HAWKING, 2015, p. 19).

O desejo profundo de saber sobre nossa própria origem e destino desperta a contemplação reflexiva da natureza até certo ponto em que caímos em uma grande armadilha teórica, à qual todos os avanços que o conhecimento humano alcançou, até hoje, ainda não consegue superar. A passagem anterior bem exemplifica o movimento de um pensamento que apresenta o início de um raciocínio que não vê perspectiva de terminar. É o cosmos, é a *physis*, enfim, a natureza a causar um desconforto nada ordinário.

Da natureza cósmica para a planetária. A natureza catastrófica pode ser considerada bela? Primeiro, a ideia da catástrofe passa alguma impressão sobre a natureza transmutar-se em acidente, em perigo. Porém, a catástrofe para a natureza simplesmente não existe. O significado de catástrofe só faz sentido para quem é atingido por ela e disso tem consciência.

Este é um primeiro cenário. O segundo diz respeito ao conhecimento da catástrofe à distância, sem o perigo de ser atingido. Quantas vezes alguém tem o conhecimento da ocorrência de terremotos, tsunamis, tornados, furacões, erupções vulcânicas e pouco se sente inseguro com isso? A resposta não é difícil: todas as pessoas jamais expostas e vulneráveis ao perigo dessas forças.

O telejornal noticia a ocorrência da devastação causada por uma onda mortal do outro lado do mundo enquanto o telespectador levanta algum comentário com relativo espanto ou comoção, mas continua o seu jantar de maneira despreocupada. Duas posturas podem ser extraídas de situações como a descrita: a resignação diante do incontrolável ou a comodidade por supor-se não ser possível algo semelhante ocorrer onde se vive, devido à própria configuração ambiental do local (terras altas, interiores, certa distância do litoral, áreas de estabilidade tectônica e assim por diante).

Tais percursos pela subjetividade são importantes para tratar de algo nem sempre presente nas abordagens científicas da natureza: o sentimento da natureza. Esse sentimento se traduz como manifestação das capacidades emocionais perante a realidade, que permite sair do reducionismo científico de explicações por nexos causais. O sentimento da natureza talvez seja uma reconexão do Homem com o Mundo.

Compreender o sentimento a partir das operações sensíveis que estabelecem a continuidade entre Homem e Mundo e tomá-lo na especificidade de funcionamento sintético é já identificar o ponto de partida de uma antropologia. (SERRÃO, 2007, p. 203).

O ponto de partida do sentimento da natureza está no ajuizamento do que é belo e do que não é. A referência à beleza em alguma coisa comporta muito mais do sentimento de prazer, que se faz presente no juízo, do que da representação do objeto mediante o entendimento. Assim, chega-se à compreensão de que, embora seja a natureza regulada de acordo com seus próprios princípios, ela somente se exprime através do sentimento de cada

sujeito, conforme sua singularidade. Por isso Serrão (2007) afirma ser o sentimento natural capaz de superar o gerado pelas obras de arte, pois aquele está relacionado a um paradigma de esteticidade fundada no puro movimento admirativo da realidade e não de uma imitação.



Vale glacial do Zêzere, Serra da Estrela, Portugal. A paisagem do vale do Zêzere é uma demonstração de sublimidade, na medida em que remete o pensamento para os longos períodos geológicos do passado, quando a força da natureza o esculpiu com a tensão entre rocha e gelo, uma força sobre-humana. Quando Serrão (2007) lembra que o sentimento natural supera aquele gerado pelas obras de arte, isto pode ser perfeitamente explicado através do contato direto com este vale. A fotografia não é capaz de trazer à tona a mesma estupefação sentida no terreno. Foto do autor. Setembro de 2013.

Tais reflexões abrem o debate: o conceito de natureza não se origina nela mesma, mas naquilo que ela pode suscitar no mundo das sensações humanas e do sentimento. A continuidade Homem-Mundo pode ser interpretada como a unidade buscada entre a natureza e o homem,

aparentemente apartado ou diferenciado daquela em função de sua consciência, das sensações, dos sentimentos, da capacidade de representação e de julgamento.

Do mundo das sensações humanas e do sentimento emergem as definições do que causa prazer ou não: o belo e o sublime. A respeito do sublime, que é o estrondo⁷ mais interessante neste momento do trabalho, Serrão (2007) lembra dele ser suscitado por manifestações da grandeza ilimitada ou da potência desmedida da natureza, de modo a ocorrer evidente desconformidade entre a receptividade da sensibilidade e o mundo fenomênico.

O sublime é desencadeado por uma ruptura no equilíbrio do ânimo, gerada pela instabilidade entre atração e repulsão; atraído pelas qualidades sensíveis das formas para o que nelas, e através delas, se insinua como *sem-forma* (*formlos*), e daí retraído, sustido, perante essa excedência que anuncia algo de incognoscível: o que no seio da espaço-temporalidade da natureza não se dá já como fenômeno. (SERRÃO, 2007, p. 207)

Isso seria a “[...] ausência de forma, que pode convir ao que denominamos sublime” (KANT, CFJ, § 24, 79). Vale dizer que não se trata de

7 O termo foi usado de modo intencional, é metafórico e não é. Este texto foi escrito em Lisboa e, durante o período de sua elaboração, em vários momentos eu parava para pensar no terremoto de 1755. Tavares (2017), em seu ensaio sobre o “Grande Terramoto”, ao descrever a sucessão de acontecimentos corriqueiros na vida lisboeta no dia 1 de novembro daquele ano, apresenta os relatos antigos da seguinte forma: “Pouco depois das nove e meia da manhã o barómetro marca 27 polegadas e sete linhas; o termómetro de Réaumur assinala 14 graus acima do gelo. O vento chega fraco, de nordeste. Ouviu-se um ruído cavo e grave – ‘rugido tão medonho como o de hum espantoso Trovão’ – e em simultâneo a terra tremeu. De imediato sentiu-se uma vibração apenas suficiente para fazer dançar as folhas de papel em cima de uma mesa, mas de contínuo aumentou ‘com tão violento, e estranho moto [=movimento], que logo indicou não ser puramente tremor’. Objectos maiores caíram das prateleiras, molduras e crucifixos pregados às paredes balançavam como se fossem barbatanas de um peixe fora de água – ‘the frames flapped against the wall’, descreveu uma testemunha inglesa. Os próprios edifícios começavam já a balançar para trás e para diante. A terra vibrava como se fosse atravessada por uma onda, disseram depois várias testemunhas – e muito correctamente, uma vez que o sismo é de facto uma onda de energia (TAVARES, Rui. O pequeno livro do Grande Terramoto, 2017, p. 74). Os vários momentos de pausa e as especulações íntimas de como seria a repetição do evento na Lisboa contemporânea eram sempre embebidos de estupefação dada pela ideia de que os estragos materiais não seriam diferentes, mesmo em um contexto urbano bastante diverso daquele do século XVIII. A natureza como estrondo, como força poderosa e descomunal não reconhece incrementos tecnológicos, planeamentos urbanos, avanços da engenharia. E nós temos (e intencionalmente queremos apagar da nossa mente isso que temos) consciência da natureza-poder.

um simples problema de incompatibilidade entre a extensão infinita do universo e o que homem é capaz de sentir sensorialmente, através de sua limitada percepção perante escalas espaço-temporais muito superiores à dos acontecimentos da história humana na Terra. Este é um problema do ponto de vista do entendimento e, conseqüentemente, do conhecimento. Como pode o homem representar o disforme? Como é possível nomear o irrepresentável?

Interessante retornar ao exemplo do telespectador que, no ocidente, continua o seu jantar em harmonia com seu cotidiano enquanto, no oriente, um tsunami arrasou uma grande parte da costa do Índico. Esse exemplo pode ser entendido pelo argumento da capacidade de resistência da natureza humana quando há o confronto, em segurança, com um poder maior.

Diferentemente do que geralmente se pensa quando o sublime é utilizado para adjetivar objetos da natureza, cuja representação é bem definida, bem delimitada, a sublimidade gera desprazer. Por exemplo, a pintura de paisagem pode gerar um gozo estético (SALGUEIRO, 2001), a contemplação da beleza através dos traços dos artistas e de seu modo de conceber o mundo, contudo, parece equivocada adjetivar a delimitação do mundo, no quadro, como sublime.

A sublimidade não instaura uma visão estável da natureza (SERRÃO, 2007), e o sentimento a ela associado (comprazimento negativo) vem de um olhar ao horizonte que não alcança (por incapacidade) o real sentido da desproporção entre a natureza humana e o mundo natural. Logo, a natureza “no seu caos ou na sua desordem e devastação mais selvagem e desregrada é que suscita as ideias do sublime, quando somente magnitude e poder se deixam ver” (KANT, CFJ, § 24, 78).

O sublime, de acordo com Serrão (2007),

 Não parte da observação desta montanha, deste deserto ou deste vulcão, mas do pressentimento da imponência, da imensidão e da

violência eruptiva que os envolve e extravasa. O ponto de bifurcação da capacidade de sentir emerge neste desajustamento entre limite, reconhecível e identificável, e ausência de forma, por excessiva e inapreensível. (p. 207).

A projeção da infinitude na natureza (SERRÃO, 2007) define a experiência sublime e, caso possa ser chamada experiência, é *sui generis*: há começo e só começo – se houvesse fim, seria a morte. Naquela pessoa desperta pelo sentimento da sublimidade, ela só o sente a partir de um eu que apreende a natureza como grandeza absoluta e, para isso, é preciso estar no mundo e disso ter consciência.

Vale ressaltar que, a partir de Kant, a sublimidade aparece como ruptura entre imaginação e razão. A imaginação, livre para imaginar o infinito e apreendê-lo em sua grandeza absoluta, entra em descompasso com a razão, que nos habilita à capacidade do entendimento. Portanto, a sublimidade é muito mais o caos instaurado no ânimo em função do descompasso entre imaginação (supra sensibilidade) e razão do que propriamente a natureza infinita em si.

[...] o sublime não deve ser procurado nas coisas da natureza, mas unicamente nas nossas ideias; em quais delas porém ele se situa é algo que tem que ser reservado para a dedução.

A definição acima também pode ser expressa assim: *sublime é aquilo em comparação com o qual tudo o mais é pequeno*. Aqui se vê facilmente que na natureza nada pode ser dado, por maior que isso também seja ajuizado por nós e que, considerado numa outra relação, não pudesse ser degradado até ao infinitamente pequeno; e inversamente nada tão pequeno que em comparação com padrões de medida, ainda menores para a nossa faculdade de imaginação, não se deixasse ampliar até uma grandeza cósmica. Os telescópios forneceram-nos rico material para fazer a primeira observação, os microscópios para fazer a última. Nada portanto que pode ser objeto dos sentidos, visto nessa base, deve denominar-se sublime. Mas precisamente pelo facto que na nossa faculdade da imaginação se encontra uma aspiração ao progresso até o infinito, e na nossa

razão, porém, uma pretensão à totalidade absoluta como pretensão a uma ideia real, mesmo aquela inadequação da nossa faculdade de avaliação da grandeza das coisas do mundo dos sentidos a esta ideia, desperta o sentimento de uma faculdade suprassensível em nós; e o que é absolutamente grande não é porém o objeto dos sentidos, mas sim o uso que a faculdade do juízo naturalmente faz de certos objetos para o fim daquele (sentimento), com respeito ao qual todavia todo e qualquer outro uso é pequeno. Por conseguinte, o que deve denominar-se sublime não é o objeto, mas sim a disposição de espírito através de uma certa representação que ocupa a faculdade de juízo reflexiva.

Podemos pois acrescentar às fórmulas precedentes de definição do sublime ainda esta: *sublime é o que somente pelo facto de poder também pensá-lo prova uma faculdade do ânimo que ultrapassa todo o padrão de medida dos sentidos.* (KANT, CFJ, § 25, 84 e 85)

Para Kant “toda avaliação das grandezas dos objetos da natureza é por fim estética (isto é determinada subjetivamente e não objetivamente)” (CFJ, § 26, 86). A grandiosidade absoluta é o infinito, cuja compreensão é cada vez mais dificultada conforme a apreensão segue para escalas maiores. Nesse sentido, “a natureza é, portanto, sublime naquele entre os seus fenômenos cuja intuição comporta a ideia da sua infinitude” (CFJ, § 26, 93).

Uma árvore, que avaliamos segundo a altura do homem, fornece em todo caso um padrão de medida para um monte; e este, se por acaso for da altura de uma milha, pode servir de medida para o número que expressa o diâmetro da terra para o tornar intuitível; o diâmetro da terra, para o sistema de planetas conhecido por nós; este, para o da via-látea; e a quantidade incomensurável de tais sistemas de vias-láteas sob o nome de nebulosas, as quais presumivelmente constituem por sua vez um semelhante sistema entre si, não nos permitem esperar aqui nenhum limite. Ora, no julgamento estético de um todo tão incomensurável, o sublime situa-se menos na grandeza do número do que no facto de que, progredindo, chegamos sempre a unidades cada vez maiores; para o que contribui a divisão sistemática do universo, a qual nos representa toda a grandeza na natureza sempre, por sua vez, como pequena, porém no fundo representa a nossa faculdade da imaginação na sua total

limitação e com ela a natureza como dissipar-se contra as ideias da razão, desde que esta lhes deva proporcionar uma apresentação adequada. (CFJ, § 26, 96).

O jogo de escalas na compreensão da natureza é uma atividade da imaginação, que desperta o sentimento do sublime e do prazer ou desprazer a ele associados. Ou, mais precisamente em Kant, o sublime é “[...] como um prazer que só é possível mediante um desprazer” (CFJ, § 26, 102). A experiência estética da natureza figura como forma primordial de contato do homem com o mundo no âmbito do pensamento. A sublimidade também impõe o sentimento da inferioridade humana perante aquilo que escapa à compreensão. A dissipação da natureza nas ideias da razão seria também uma maneira de fazer o pensamento se afirmar superior diante do insuportável para ele.

Como o sublime não instaura uma visão estável da natureza (SERRÃO, 2007), então, as reflexões em torno da crítica kantiana são interessantes para chegar-se no seguinte ponto: a natureza não se dissipa no mundo da imaginação, mas se dissipa na razão humana que procura o entendimento, a partir de grandezas (milímetros, centímetros, metros, quilômetros...), sobre aquilo que é absolutamente grande. Assim, é próprio da atitude humana procurar afirmar a sua superioridade diante da natureza na medida em que a enquadra nos esquemas da razão.

Estes excertos permitem pensar na visão prevalente da sociedade contemporânea sobre a natureza e seus desdobramentos no plano dos discursos equivocados presentes na questão ambiental:

- O fim da natureza;
- A vitimização da natureza;
- A criminalização da natureza.

Muito distante da contemplação estética e da observação do belo e do sublime como conceitos para definir coisas da natureza ou a sua grandiosidade absoluta, os discursos nebulosos em torno da questão ambiental são

evidentes resultados de posturas que demonstram a negação da reflexão acerca da própria natureza enquanto dimensão principal do meio ambiente.

Em uma sociedade que se pretende artificial, a ideia do fim da natureza se apresenta quase como banalidade. Os avanços da biotecnologia dão a entender o possível domínio total da manipulação de elementos em laboratório, dispensando os ritmos de formação e crescimento determinados por fatores ambientais. Nas grandes metrópoles, pode não ser difícil encontrar crianças que pensem ser os supermercados as fontes dos alimentos consumidos. O fim da natureza é uma crença justificada pelo desprazer do homem diante do inexplicável: se seu pensamento não suporta, então, sua razão dissipa ou decompõe. Assim, qualquer supersticioso se apoia na continuidade da vida após a morte por temer o fim de sua própria existência.

No polo oposto vive o discurso da vitimização. No mundo da alta tecnologia, da exploração desenfreada dos recursos, da poluição e do esgotamento, diz ser preciso salvar a natureza e/ou o planeta como se fossem vítimas do algoz humano que os maltrata. Trata-se de outro absurdo da sociedade atual, principalmente porque o desvio de atenção ao que é mesmo problemático sequer se questiona. No “sem-escala” da *physis*, que fratura a ligação entre imaginação e razão e até mesmo possibilita ver a “não-espacialidade” e a “não-temporalidade” da nossa ínfima existência, o poder de controle humano não faz o menor sentido.

Também não é necessário avançar pelas fronteiras do imenso desconhecido do universo para reconhecer a nossa insignificância. Basta ver as sucessivas demonstrações da força e do poder na natureza através dos fenômenos atmosféricos e geológicos. Simplesmente não há desígnio humano capaz de controlar as dinâmicas da Terra, que é só uma pequena manifestação da grandeza sublime. Portanto, a natureza nunca foi e nunca será uma vítima dos homens. Assim como não é vítima, também não é culpada de nada. Entretanto, quando não se fala da necessidade de salvar

a natureza, fala-se de sua responsabilidade em situações chamadas de desastre natural ou catástrofe.

No *Timeu*, Platão já havia levantado algo que remete às dinâmicas naturais na condição de acontecimentos incontrolláveis, porém, como produtos de alguma intencionalidade. Nas palavras de Crítias sobre a passagem do poeta Sólon no Egito, um velho sacerdote comenta sobre as intempéries que afetaram a humanidade e eram responsáveis pela juventude de alma do povo grego:

Ó Sólon, Sólon, vós, Gregos, sois todos umas crianças; não há um grego que seja velho. Ouvindo tais palavras, Sólon indagou: O que queres dizer com isso? Quanto à alma, sois todos novos – disse ele. É que nela não tendes nenhuma crença antiga transmitida pela tradição nem nenhum saber encanecido pelo tempo. A causa exacta é a seguinte: muitas foram as destruições que a humanidade sofreu e muitas mais haverá; as maiores pelo fogo e pela água [...].

Tomemos um exemplo, como o de Faetonte, filho de Hélios, que um dia atrelou o carro do pai, mas, por não ser capaz de seguir a rota do pai, lançou o fogo sobre a terra e ele próprio morreu fulminado. Isto é contado sob a forma de um mito, pois a verdade é que os corpos que no céu giram à volta da terra sofrem uma variação e, de muito em muito tempo, sobrevém a destruição na terra por causa do excesso de fogo. Nessa altura, aqueles que vivem nas montanhas e em locais elevados e secos morrem em maior número do que os que vivem junto de rios ou do mar. Quanto a nós, é o Nilo, nosso salvador também em outras ocasiões, que nos livra de tais apuros com as suas cheias. Por outro lado, sempre que os deuses provocam um dilúvio para purificar a terra com água, são os boieiros e os pastores que ficam e a salvo nas montanhas, enquanto que os que entre vós vivem nas cidades são arrastados para o mar pelos rios. (PLATÃO, 22A-E).

Na passagem descrita há referência à natureza mitológica, na qual os eventos estão atrelados a comportamentos de deuses ou intencionalidades de uma natureza algoz da humanidade ou juíza de quem deve viver ou morrer. Não é de estranhar-se que, na base do pensamento ocidental,

a quase criminalização da natureza seja algo tão corriqueiro, como um escape para isentar a própria sociedade de suas responsabilidades em situações em que determinados impactos poderiam ser evitados. As chuvas torrenciais são tidas como a causa das enchentes e inundações nas grandes cidades. Muitas vezes, um tornado é visto como manifestação da fúria da natureza, um castigo. Assim, também se renovam visões míticas de natureza como sinônimo de deus punidor.

Para finalizar esta primeira parte do texto, ressalto a importância de pensar a natureza em sua amplitude, pois isso é uma necessidade em um mundo marcado pelas opiniões infundadas, discursos com argumentos insustentáveis e, muitas vezes, intencionalmente disseminados em função de interesses específicos.

A Filosofia permite recuperar a reflexão profunda sobre o sentido e o sentimento da natureza, sem desvios para a supervalorização do artifício em detrimento dos fluxos da natureza, este suporte para a vida e reprodução das sociedades e da própria corporeidade das pessoas, da nossa constituição biológica, do nosso ser natural antes *do, junto com o e pós-social*. A partir de agora, a Filosofia da Paisagem serve para compreender as potencialidades de uma categoria do existir: seria a paisagem um ponto de partida para reconstituir a unidade homem-mundo?

CAPÍTULO 3

PAISAGEM COMO DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA

3.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Nesta passagem do livro, o objetivo é debater a paisagem como dimensão da existência. A Filosofia da Paisagem trata de um reencontro com a natureza através desta categoria, que é fundamental para pensar a sociedade contemporânea e o modo como estamos distantes de uma verdadeira cultura paisagística. O Brasil é um país de quase nenhuma cultura paisagística e há bons exemplos disso na esteira da apropriação econômica dos territórios – e seus recursos – contra suas paisagens.

A lógica do debate sobre a paisagem, como dimensão da existência, segue o caminho demarcado, em primeiro lugar, pela reflexão sobre a caracterização da paisagem: ela realmente é tudo aquilo que a vista alcança?

Posteriormente, o debate segue para o entendimento de como a paisagem surge com a perda do sentimento de unidade homem-natureza e a fragmentação do homem com o advento da modernidade.

Em seguida, também se discutem alguns elementos relevantes para pensar a constituição formal da paisagem, a partir de uma preocupação estética: a exterioridade, a abertura, o limite e a ligação metafísica entre Terra e Céu, nesse caso, toda a reflexão está respaldada na relação paisagem-estética do filósofo italiano Rosario Assunto.

Também formulo uma chave interpretativa dos requisitos paisagísticos de exterioridade, abertura, limite, vivência e conhecimento através dos filtros do espaço, da natureza e do tempo. A intenção é tornar didático um pensamento sobre a paisagem que, em algum momento, pode parecer qualquer coisa complicada.

No final, por julgar necessário retornar à discussão sobre a natureza e o homem, tendo em vista que sempre se fala da relação entre ambos, penso que seja importante frisar que a relação do homem com a natureza nem sempre remete a uma ligação: nós nos relacionamos com muitas coisas sem que, necessariamente, criemos algum tipo de vínculo ou ligação com elas. A paisagem pode ser o elo imprescindível do homem com a natureza, a fim de que nele suscite a reflexão sobre o sentido de sua própria existência.

Assim, introduz-se um debate sobre a questão do direito à paisagem como tema de urgência no ensino de Geografia, em um contexto em que as pessoas devem ser educadas para compreender o significado da paisagem enquanto instrumento da formação política para a melhoria dos lugares e territórios nos quais se manifestam a degradação ambiental e o mau uso dos recursos da natureza. Esse debate levanta a crítica à propaganda da sustentabilidade como forma de salvar o planeta ou a natureza e faz compreender que a natureza dispensa heróis e a sociedade é que demanda projetos sérios para garantir a beleza, o bem e o prazer na vida de todos, sem qualquer distinção de classes.

3.2 PAISAGEM: DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA

Mais do que um simples verbete no dicionário, a paisagem é uma dimensão da existência. Seu estatuto espaço-temporal e estético faz pensar no reencontro do homem com a vida natural e com a razão. A paisagem é mais do que um mero olhar sobre os territórios e qualquer tentativa de defini-la tão somente como um objeto no espaço pode conduzir ao engano.

Sem sombra de dúvidas, a paisagem é um conceito espacial em sua base de significação. A sua constituição, porém, não se dá apenas do ponto de vista espacial e sua apreensão não é exclusivamente dependente da visualidade, ou seja, a paisagem como tudo aquilo que o olhar alcança.

A paisagem não pode ser considerada somente como a extensão do olhar sobre os territórios porque isso leva a duas situações problemáticas. Tudo o que a visão alcança, neste contexto de interpretação da paisagem, pode ser muita coisa ou quase nada. Primeiramente, quanto à indefinição do tudo: nesse caso, nossos olhos podem ver muitas coisas, desde pequenas distâncias até as maiores e, igualmente, com relação às características dos objetos, desde os ínfimos aos mais suntuosos.

Através da moldura de uma janela é possível observar o movimento da rua, as árvores no passeio, pessoas que vêm e vão, automóveis, prédios, pontes, estradas. No campo, o olhar acompanha a extensão dos prados, a movimentação do relevo, a vegetação próxima e distante, suas formas, sua coloração, frutos, flores, folhas e simples sementes espalhadas na terra. A indefinição do tudo permite imaginar tudo quanto for possível de enxergar próxima ou mais longinquamente.

Uma semente, uma folha, uma flor, um caule, raízes, o campo coberto por espécies diferentes, insetos, aves ou quaisquer outros animais, nada disso isoladamente é paisagem, embora nossa vista seja capaz de tudo isso tomar nota. Um prédio, uma praça, uma rua, o alinhamento das árvores no passeio público, crianças a correr pelos parques, nada disso também define o que seja a paisagem, embora seja possível contemplar todos os elementos da cena através de um simples bisbilhotar à janela.

O problema de denominar a paisagem como tudo aquilo que a vista alcança é duplo por isto: podemos ver em detalhes muitas coisas e também não podemos capturar os detalhes de outras tantas. Nesse momento é que o tudo vira quase nada. A questão principal, entretanto, não chega a ser a quantidade de elementos que se pode elencar através da visada.

O principal problema ao entendimento da paisagem é aquilo que ela não aparenta ser, mas ao ser, sem que nos apercebamos imediatamente disso, torna-se um amálgama de relações entre tempo, espaço e natureza, que é a chave interpretativa para os sentidos da existência e, por conseguinte, para a elaboração de uma visão de mundo que nos faça melhores do que os nossos erros e suplante o pessimismo de uma vida sem sentido, porque é passageira em um mundo passageiro, em um espaço imensurável, tragada por uma coisa poderosa, que ninguém sabe por que começa e termina, um titã chamado tempo, assim como na pintura de Goya, em que Saturno come o próprio filho.

As reflexões aqui construídas têm como ponto de partida a Filosofia da Paisagem e ligações com as abordagens geográficas. Questões de um professor de Geografia que, com espírito aberto, atravessou o Atlântico em busca de convergências entre duas áreas complementares do conhecimento: não há pensamento sem espaço e não há espaço sem pensamento. Esse é o vínculo forte entre Geografia e Filosofia.

Em trabalhos geográficos que versam diretamente a respeito da paisagem não é difícil encontrar, em seus referenciais teóricos, as abordagens históricas sobre a concepção do conceito. De modo geral, esses trabalhos começam a tratar da existência da paisagem desde a pintura renascentista, portanto, desde o fundamento artístico antes da conceituação científica.

Não há nenhum tipo de equívoco quando se resgata a paisagem a partir da arte porque esta é o lugar do ímpeto humano onde se pretende criar e onde se criam conexões entre a realidade e as suas imagens ou representações. Contudo, é raro perceber uma clara reflexão a respeito do motivo central que justifica o aparecimento da paisagem a partir da pintura renascentista na Europa. A Filosofia fala-nos do surgimento da paisagem em função da fragmentação do homem e sua separação da natureza, já como uma busca por unidade no mundo concebido de maneira dicotômica.

Ao analisar Filosofia da Paisagem, de Simmel ([1913] 2013), Serrão (2013) afirma:

As épocas antiga e medieval, porque pensavam e celebravam a totalidade natural, desconheciam a noção de paisagem; o homem moderno, pelo contrário, vê já a natureza seccionada em partes e nesse mesmo acto de separação subtrai-se a si mesmo dela como um ser dotado de autonomia. Esta dupla cisão – que representa, para Simmel, a tragédia da cultura moderna, ou seja, a tendência para tomar algo como parte independente aquilo que é de facto elemento integrante de um todo – subjaz à emergência histórica da paisagem na Modernidade e envolve, em última instância, uma compensação anímica pela qual se procura restabelecer num mundo dividido o vínculo à natureza perdida. Seria esta a “lei” da formação da paisagem: um processo que na base de elementos previamente separados recompõe momentaneamente o carácter único e homogêneo de um todo. (p. 39).

O ideal de progresso baseado na visão de mundo urbana, a intensificação da produção de mercadorias acompanhada do seu consumo imediato e rápido, a cultura *fast-food* e o consumo instantâneo do espaço e das paisagens, o turismo dos prospectos a prometer o retorno a uma natureza-refúgio incapaz de trazer a verdadeira paz desejada pelo consumidor, enfim, todos esses são fatores explicativos da falta de sentido da paisagem para a sociedade nos dias de hoje. Por outro lado, também são elementos justificadores do ressurgimento desta categoria para recompor o homem fragmentado e a sua harmonia com a natureza.

O ângulo de visada para a paisagem é sempre aquele capaz de conduzir o olhar à linha do horizonte⁸. Não há paisagem quando se olha diretamente para o céu, tampouco quando se curva a cabeça diretamente

8 Ao tratar da ontologia da superfície, através das chamadas geografias aéreas, Jean-Marc Besse traz uma passagem do cartógrafo Henry Hondius (1639): “Deus colocou-nos na Terra e sob o céu, a fim de que, ora abaixando a face olhássemos a Terra, ora levantando os olhos contemplássemos o céu. Olhando para cima e considerando atentamente as esferas celestes tornamo-nos astrónomos. Abaixando a vista para a Terra, cuidando de medir a sua extensão, somos geógrafos. Por meio dessas duas ciências, o homem torna-se digno habitante do mundo”. Jean-Marc Besse traz essa passagem como uma bonita ilustração dentro de um contexto em que analisa, mais recentemente, como as fotografias aéreas e o avião trouxeram novas possibilidades de compreender a paisagem na Geografia. Não diria que o abaixar a vista para a Terra é que nos faz geógrafos, visto que o ato de observar, mensurar, localizar, representar a distribuição dos elementos da superfície parece-me muito mais o verdadeiro atributo do cartógrafo, como foi o próprio Hondius. Enfim, tenho certa restrição em ver o mapa como representação de paisagem. As fotografias aéreas de visão vertical também não são representações de paisagem, a não ser de seus elementos constitutivos.

para o chão. A paisagem não existe completamente no infinito ou no finito fechado, porque não é possível vê-la na opacidade.

O chão no qual pisamos (finito) e o céu diurno ou noturno (infinitos) são opacos. Sozinhos, os olhos jamais são capazes de ver além da Terra e do Céu sem o auxílio de algum instrumento para cavar ou capturar imagens⁹. Courajoud (2013) afirma ser a paisagem o lugar onde o Céu e a Terra se tocam, e tal afirmação é exemplar por ser tão coerente e correta. A paisagem é uma abertura iniciada pelos olhos e finda na linha do horizonte. E isso, mesmo assim, não a define como tudo o que a visão alcança no território.

3.3 ATRIBUTOS PAISAGÍSTICOS

A visualidade não é o único elemento de definição conceitual da paisagem. Em si, o sentido da visão não permite perceber a presença do infinito no finito. Assunto ([1974], 2013) trata desse tema com a pergunta “o que é paisagem?” e constrói a reflexão sobre sua espacialidade, na relação sujeito-predicado, a partir da afirmação: “a paisagem é espaço”.

Sem dúvidas, a paisagem é espacial porque sempre contém espaço e é impossível imaginá-la sem ele: simplesmente não existe. Os elementos de uma paisagem são espaciais, inclusive o próprio tempo. Na paisagem existem distâncias: de um ponto a outro, de um objeto a outro, do observador ao observado, do observado ao observador, do perímetro visual que abarca a Terra e o Céu.

No entanto, quando Assunto ([1974] 2013) inverte a relação paisagem/espaço na relação sujeito-predicado e chega na afirmação “o espaço é paisagem”, então, o filósofo evidencia que tal afirmação não é verdadeira. Isto porque o espaço vai além da própria paisagem.

No interior de qualquer corpo há espaço, vazio ou preenchido. Dentro de um salão, por exemplo, pode-se constatar certamente a presença

9 Não se enxergam as camadas da crosta e o interior profundo da Terra. No caso do espaço cósmico, não vemos, a olho nu, nada mais do que um mísero segmento, embora seja ele mesmo imenso para nós.

do espaço, contudo, que paisagem há entre quatro paredes, piso e teto? Que paisagem poderia haver em qualquer subsolo, em uma caverna ou em um túnel de metrô?

Na representação do interior do planeta, desde a superfície, crosta, às mais profundas camadas de circulação magmática e ao núcleo, sempre muito utilizada nas aulas de geologia/geomorfologia quando se trata da tectônica global, evidentemente se remete ao espaço interior da Terra, mas jamais a uma paisagem interior.

O mesmo também se diz do céu: não se olha para ele, durante o dia ou noite, em quaisquer condições meteorológicas, para afirmar ter ali uma paisagem. Mas não é negado o fato de haver ali o espaço, no mínimo, estético e, no máximo, cósmico.

Interroguem-nos então, uma vez aceite que a *paisagem é espaço*, se esta definição diz tudo sobre a paisagem, sem deixar nada de fora, e igualmente se diz *tudo* sobre o espaço, no caso em que a transformamos nesta outra: *o espaço é paisagem* – esta possibilidade de inverter a relação entre os dois termos e colocar o predicado no lugar do sujeito como a condição necessária para um juízo de identidade recíproca em que de dois conceitos se assevera que um coincide perfeitamente com o outro”. (ASSUNTO, [1974] 2013, p. 343).

A especulação resulta no fato de que a paisagem não coincide completamente com o espaço. Isto não significa que ela seja menos importante, porque não se trata de um juízo de valor ou de uma questão de escala: por exemplo, o espaço interior de um salão é menor do que a paisagem... E, também, não se trata de uma reflexão a partir do viés artístico (pictórico): por exemplo, o espaço interior de um salão é maior do que uma paisagem representada em um quadro pendurado na parede. Pelo contrário, ambos os conceitos são chaves importantes para interpretação (interpenetração) de um e (no) outro.

O interessante é saber quando o espaço se torna paisagem, ou seja, uma coisa para além dele mesmo: “a paisagem é o espaço que se constitui

em objeto e experiência estética, e tema de juízo estético” (ASSUNTO, [1974], 2013, P. 341, destaque meu).

Através de Rosario Assunto percebe-se esta definição como crucial, notadamente na elaboração da crítica aos supostos projetos desenvolvimentistas responsáveis pela destruição da paisagem. O autor aponta um problema de grande relevância: no plano teórico, a paisagem é entendida como espaço geométrico, fruto de uma identificação sem resíduos entre ambos conceitos. No plano operativo, a paisagem é simplificada pelos projetos econômicos.

Historicamente, a identificação, sem resíduos, do conceito de paisagem com o conceito de espaço – isto é, a promoção do que dissemos ser o nosso ponto de partida, *a paisagem é espaço*, a ponto de chegada, ou mesmo epílogo da própria história da paisagem – aconteceu nas últimas décadas, e todos somos testemunhas; e trata-se de um acontecimento que não é apenas teórico, já que também no plano operativo (para não falar da pintura, na qual a *representação da paisagem* foi substituída pela apresentação do espaço...) a paisagem, cada paisagem, como todos sabemos, foi tratada como puro e simples espaço.

No fim de contas, o facto de que aos engenheiros projectistas de auto-estradas, e aos seus patronos, a planície do Pó não tenha parecido *suave* (‘a suave planície – que declina de Vercelli a Marcabò’) mas simplesmente lisa, como o pano de uma mesa de bilhar ao jogador de carambola, atesta uma cultura para a qual a paisagem, ao contrário da cultura de Dante Alighieri e dos seus leitores (hoje cada vez menos numerosos), é espaço e apenas espaço: e como tal autoriza que se tracem, com régua e tira-linhas, os traçados mais breves entre o ponto A (Turim) e o ponto B (Milão) [...]. (ASSUNTO, [1974] 2013, p. 341-42).

Os resíduos de que fala o autor não são meros detalhes para o entendimento da relação/diferenciação paisagem-espaço. Não se trata de quaisquer coisas supérfluas, pois permitem alcançar o estatuto da paisagem como janela para o infinito ou como a presença do infinito no limitado.

Rosario Assunto parte de duas negações estruturais:

- I. A paisagem não é um espaço fechado;
- II. A paisagem não é espaço ilimitado.

Na sua condição de espaço aberto, porém limitado, a presença do Céu é uma condição para sua existência, assim como a extensão da Terra. Desse modo, não haveria paisagem na ausência de um, ou de ambos (Céu e Terra), visto que isso representa o impossível para a paisagem ou somente a existência do espaço em si.

Como já mencionado, a paisagem é, segundo Michel Courajoud, o lugar onde o Céu e a Terra se tocam e isso traz em si a complexidade de um enlace entre horizontalidade/ verticalidade e finitude/infinitude, bastante didático para o entendimento das proposições de Rosario Assunto acerca da observação paisagística.

Se for possível dizer que a paisagem é o contato estético com o espaço (e o tempo), conseqüentemente ela também é o contato estético com a natureza, ou seja, a natureza a fazer sentido para o pensamento porque pode ser apreendida através de um juízo estético.

Leonel Ribeiro dos Santos, em conferência ministrada no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa¹⁰, lembrou que, para Immanuel Kant, a genuína experiência estética é aquela com a natureza. A natureza também tem a pura representação do caos, da desordem, ao contrário do que o discurso ambientalista difunde (o reino da ordem desfeito pelo homem).

A história natural é feita de espontaneidades (se há alguma intencionalidade, nós ainda desconhecemos) e destruições. Assim, para que o homem possa ver algum sentido na desordem, projeta a lógica da arte na natureza. Mas a beleza natural é apenas um breve momento da história caótica da natureza.

10 “A Natureza como Arte, a Arte como Natureza: o problema da Crítica do Juízo”. A conferência do Professor Doutor Leonel Ribeiro dos Santos inseriu-se no âmbito do Seminário de Doutoramento “Filosofia da Paisagem”, orientado pela Professora Doutora Adriana Veríssimo Serrão, e nas atividades da Linha de Investigação em “Filosofia e Arquitectura da Paisagem” do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, foi proferida no dia 20 de junho de 2017 nesta universidade.

Através deste raciocínio, a paisagem seria a maneira de acabar com a falta de sentido da natureza e da nulidade da terra. Alain Roger (2013 [1997]), em “Natureza e cultura: a dupla artialização”, trata desta questão de modo exemplar. O filósofo lembra que a terra é o grau zero da paisagem; trata-se de um elemento fundamental para sua existência; no entanto, em si, não é capaz de dar-lhe sentido.

A terra é, de certo modo, o grau zero da paisagem, aquilo que precede a sua artialização, seja ela directa (*in situ*) ou indirecta (*in visu*). Eis o que nos ensina a história, mas as nossas paisagens tornaram-se tão familiares, tão “naturais”, que nos acostumámos a acreditar que a sua beleza era evidente; e é aos artistas que compete recordar-nos esta verdade primeira, mas esquecida: que uma terra não é, imediatamente, uma paisagem, e que há, de uma à outra, toda elaboração da arte. (ROGER, 2013 [1997], p. 158).

O autor traz em seu discurso a defesa da elaboração artística na constituição da paisagem: para ele seria impossível existir paisagem caso não houvesse o trabalho de (re)composição, via subjetividade, dos seus elementos constituintes, pois, visualizados de maneira isolada e não artializada, jamais seriam notados enquanto conjunto com algum valor estético/paisagístico.

A partir da reflexão artística, Roger fala da diferença entre a nudez (banal) e o nu (artístico). Qual é a condição para que a nudez saia da vulgaridade e aceda ao estatuto do incomum, do belo?

Isto se daria por meio do trabalho de reelaboração da nudez, através da subjetividade de um artista: um pintor, um fotógrafo, um cineasta. A ideia é de transpor um código para o corpo, uma mensagem a ser transferida para algum espectador, ou seja, inserir a linguagem capaz de fazer com que o corpo, em sua naturalidade, torne-se algo *artializado* e não necessariamente *artificial*.

“O mesmo acontece com a nossa maquilhagem, que já Baudelaire sublinhava que ‘aproxima imediatamente o ser humano da estátua’, revestimento sobre natureza, sobrenatural” (ROGER, 2013 [1997], p. 157). À dualidade

Nudez/Nu o filósofo associa a dualidade Terra/Paisagem com o intuito de ressaltar a paisagem enquanto processo ou produto de construção artística.

Assim, poder-se-ia dizer que a natureza sem paisagem seria anestésica. Por que anestésica? Porque não seria passível de um juízo da beleza ou da ausência dela e, portanto, não se poderia categorizá-la. Nesse sentido, a impossibilidade de julgar esteticamente traria consigo a impossibilidade de pensar. De acordo com esse raciocínio, a natureza só existiria porque o intelecto *de natureza a chamaria*. Então, pressupõe-se que seja a consciência humana o seu elemento de definição... e de definição da paisagem. Contudo, é preciso certa cautela.

A paisagem não é sempre percebida ou dimensionada na própria consciência. Por exemplo, um camponês, que retira da terra o essencial para sua sobrevivência, pode valorizar muito mais a fertilidade do solo do que um gozo estético paisagístico.

O modo de (não) ver a paisagem é moldado pelo contexto social de cada um. Daí, talvez, emerge o grande impasse paisagístico da contemporaneidade: para a economia, a natureza é anestésica (porque a natureza enquanto matéria-prima não é arte) e o que tem importância são os recursos para geração de mercadorias.

3.4 PAISAGEM É NATUREZA, MAS NATUREZA NÃO É PAISAGEM

O olhar paisagístico é aquele que dá ânimo ao lugar. Existem paisagens capazes de tirar o espírito dos lugares de qualquer estado de catatonia. Isso acontece porque há a conjugação de diversos fatores envolvidos no contato e na entrega entre observador e paisagem observada. Experimenta-se algo como deleite¹¹ quando se atravessa por áreas dominadas pela natureza

¹¹ Joachim Ritter trata do deleite a partir da concepção de Humboldt de natureza livre, ou seja, liberta da utilização. O deleite seria meio de contemplação do mundo que permite olhar para a natureza sem necessariamente buscar o entendimento das suas forças (RITTER, 2013 [1963], p. 108).

crua. O turismo explora essa potência de certos lugares para compor suas mercadorias, mas sempre de maneira obscurecida pela superficialidade das descrições dos prospectos.

Quando se está cercado de paisagens que demonstram a imposição da natureza, o sentimento do sublime aflora e desconcerta a razão: surge o medo, o desconforto, a admiração ou o respeito amedrontado. A natureza pode demonstrar seu poder e força através de diferentes configurações geomorfológicas, climáticas ou hídricas. Por exemplo, imaginar a solidão dentro de um bote em alto mar, calmo ou revolto, é sempre angustiante. Da mesma forma, aparece a sensação de desprazer com a imaginação de estar perdido no deserto ou isolado no cume da montanha.

A Filosofia da Paisagem é como Filosofia da Natureza. Encontra-se na natureza a dimensão concreta do existir, porque, de fato, ela é a matéria de que todos somos feitos. O pensamento cria a consciência da existência a partir da materialidade da natureza, que se torna paisagem através da percepção. Com isso não pretendo dizer que a paisagem seja somente dependente da subjetividade, pois é necessário o chão onde se pisa e o horizonte composto pelos objetos dispostos ao olhar, além do contato com o céu, ou seja, a abertura para o infinito no espaço limitado.



Deserto do Saara na região de Merzouga, Marrocos. Um fim de tarde em torno de 40 graus de temperatura que, em meio à planície seca, representava alcançar calor superior no contato com a pele. No horizonte, as dunas mostravam o disforme aberto para não se sabe qual direção. O deserto é genioso, tem sublimidade, acalenta não apenas o corpo, a respiração e o sangue, mas também o espírito entra em ebulição. O domínio da paisagem é dado pela natureza árida, impositiva. Não há desígnio humano que seja capaz de mudar a condição pré-estabelecida. Não há artifício para trazer conforto. A terra seca é o nível zero de uma paisagem artializada pelo espírito de quem teme não resistir, física e emocionalmente, à sua nudez. Foto do autor. Junho de 2017.

Para ver a paisagem é preciso, contudo, certa inspiração e movimento da razão, a fim de que os objetos não sejam tomados por si mesmos e apenas através da lógica utilitarista. Se a paisagem surgiu como uma categoria de relação do homem com a natureza e para recompor a unidade do homem, então, há de aceitar-se um pressuposto: todas as pessoas têm o direito à paisagem.

Convém levantar a seguinte questão: a paisagem é natureza? Ritter (2013 [1963]) acentua que a natureza enquanto paisagem é fruto do

espírito teórico; ou que há uma estreita conexão entre paisagem e teoria filosófica da natureza; ou trata de um princípio constitutivo da história da natureza enquanto paisagem e, também, no âmbito filosófico, da entrega do espírito à natureza enquanto paisagem.

Considero pertinente levantar tal questão porque sempre via a associação entre paisagem e natureza como um problema de compreensão: nunca lidei bem com a expressão “paisagem natural”, como se o *natural* fosse prerrogativa para não haver paisagem e, por sua vez, a paisagem fosse prerrogativa para não haver mais o *natural nela*. Agora, talvez eu escreva qualquer coisa como confissão de pecado, mas quero que o leitor compreenda os fundamentos disso. Na verdade, a minha grande preocupação estava voltada aos discursos que sinonimizavam paisagem à natureza.

Durante toda minha formação acadêmica fui influenciado pela leitura do trabalho de Georges Bertrand. Desde o artigo de 1968, “Paisagem e Geografia Física Global”, até a tríade Geossistema-Território-Paisagem (GTP), minhas interpretações me levaram a pensar que a paisagem não poderia ser sinônimo de natureza porque se tratava de uma elaboração cultural-artificializada, no sentido de representar os modelos de constituição territorial das sociedades, através da apropriação dos recursos naturais.

De acordo com aquele geógrafo, o geossistema é um conceito de entrada naturalista para compreender as dinâmicas de interação entre os vários conjuntos da natureza no âmbito do potencial ecológico, da exploração biológica e dos impactos da ação antrópica. O território é um conceito de viés socioeconômico que permite adentrar na transformação da *natureza-fonte* em *natureza-recurso*, de acordo com os interesses da sociedade. A paisagem, entrada cultural, é interpretada como provisão simbólico.

Assim, minhas interpretações sempre se voltaram para a elaboração da paisagem distante da natureza e já muito próxima do *artifício*, embora ele não exista sem o seu contrário, que é o *natural*. Somente agora, porém, eu tenho esse entendimento de que o contrário do artifício é pressuposto para sua existência.

Durante as leituras e debates acerca da Filosofia da Paisagem, claramente percebi que não há riscos com a aproximação entre paisagem e natureza e que, do ponto de vista da discussão estética, a paisagem é a expressão estética da natureza capturada pela contemplação.

Ao procurar responder à questão “paisagem é natureza (?)”, também busco solucionar eventuais problemas que atravessam o ensino de Geografia, notadamente quando os livros didáticos ou os professores, ou ambos, apresentam a paisagem somente como quadro natural. É importante salientar que, de fato, esses dois conceitos não são sinônimos.

Assim como nas proposições de Rosario Assunto, quando ele tratou das diferenças entre espaço e paisagem, é possível partir dos mesmos princípios de comparação: a natureza é mais abrangente do que a paisagem, pois compreende desde a microescala das partículas subatômicas ao cosmos. Logo, na microescala das partículas não há paisagem e, também, é impossível falar de uma paisagem da Via Láctea. Contudo, é inegável o fato de que a natureza está em toda parte.

A natureza também está presente naqueles segmentos do espaço e do tempo onde não há paisagem. Rosario Assunto é didático quando se refere ao fato de que, em um interior, um salão por exemplo, há espaço sem haver paisagem. A mesma ideia aplica-se para a natureza: dentro de uma casa há natureza, contudo, não há paisagem. Há natureza no corpo humano, mas não há paisagem.

As *bodyscapes*, de Carl Warner, são exemplos do que pretende aproximar-se de certa ideia de paisagem a partir do corpo humano. Porém, por seu efeito visual, são apenas boas representações em seu detalhamento e ângulos inquietantes. Caso alguém dobre o cotovelo diante dos olhos, mesmo em um ambiente externo em contato com o céu, não verá uma paisagem. Agora, dizer que não se vê algo da natureza é impossível.

Dentro de uma floresta densa, a massa de vegetação pode cerrar o visual do céu e o olhar será sempre dirigido para o chão onde se pisa e para o conjunto de troncos, copas, raízes e cipós mais próximos do caminhante.

Muito embora, a certa distância, um segmento da floresta possa compor a paisagem, não há uma no interior dele. No entanto, a vida está ali, atestada pela imponência das espécies, tanto vegetais quanto animais, testemunhos da natureza que flui no tempo e ocupa o espaço.



Parque Estadual Morro do Diabo, Teodoro Sampaio, São Paulo. Das últimas áreas de reserva da floresta semidecidual no interior no estado de São Paulo, o Morro do Diabo é aureolado pela densa zona de mata fechada. Com cerca de 600 metros de altitude, em seu topo é possível ter uma panorâmica onde a vegetação aparece como elemento preponderante na paisagem. Ao adentrar na mata, tanto para subir quanto para descer o morro, a paisagem simplesmente desaparece para dar lugar ao contato direto com a massa florestal, com a terra, o seu declive, os animais. No interior não há paisagem, mas há a natureza pulsante, a natureza que atravessa a própria paisagem. Foto do autor. Abril de 2014.

A presença interior: mesmo infinita, a natureza entra no furo de uma agulha. A presença interior da natureza é impossível para a paisagem. Para ser o macrocosmo, a natureza também é o microcosmo na escala de interações de partículas subatômicas. Ou seja, a natureza se

apresenta em todas as escalas sem quaisquer restrições ou interferências na construção de sua definição.

Logo, a paisagem não tem a mesma amplitude da natureza porque não é possível encontrá-la em todas as escalas de apreensão. Ao mesmo tempo, salienta-se não haver problema em associar a paisagem ao conjunto dos entes naturais, visto tratar-se da emergência estética da natureza, quase nos mesmo moldes como Rosario Assunto falou da paisagem como sendo o espaço a constituir-se em objeto da experiência estética (2013 [1973], p. 341).

A paisagem tem natureza, e a representação de uma paisagem carrega em si uma representação de natureza. Entretanto, se nos perguntarmos se a natureza é paisagem, a resposta para esta questão será negativa. Entre os dois conceitos existem elementos residuais que merecem ser destacados a fim de não adentrar em confusões perigosas. A natureza não é paisagem porque ela compreende a paisagem apenas como uma de suas expressões.

Para ser paisagem é preciso ter as condições fundamentais apontadas por Assunto (2013 [1973], p. 341): espaço aberto/externo, limitado, mas conectado ao infinito. A natureza é infinita, aberta e exterior, porém também é fechada, limitada, e está nos interiores. Assim sendo, a paisagem não é toda a natureza, pois contém a natureza como elemento constitutivo junto com os outros anteriormente mencionados (abertura, exterioridade, limite, ligação com o infinito).

Paisagem é natureza que se torna esteticamente presente no olhar de um contemplador sensível e sentimental. Nem os campos diante da cidade, nem o rio enquanto “fronteira”, “via de comércio” e “problema para construtores de pontes”, nem as serras e as estepes dos pastores e das caravanas (ou dos pesquisadores de petróleo) são ainda enquanto tais “paisagem”. São-no apenas quando o homem se lhes entrega sem um fim prático, em “livre” contemplação fruidora, para se encontrar a si mesmo na natureza. Com esta saída de si a face da natureza muda. O que outrora foi utilizado, ou foi

considerado inútil enquanto terra erma, e o que ao longo de séculos foi ignorado e desprezado, ou o território hostil e desconhecido, tornam-se grandeza, sublime e belo: tornam-se esteticamente na paisagem. (RITTER, 2013 [1963], p. 105).

No âmbito da Filosofia emerge a paisagem não mais como categoria derivada de uma determinada porção territorial, como nos exemplos das derivações etimológicas de *pays* a *payasage*, na língua francesa, *paese* a *paesaggio*, na língua italiana, *land* e *landschaft* (alemão), *landschap* (holandês) e *landscape* (inglês), que deram um sentido demasiado empirista para o uso do termo na Geografia. A Filosofia colabora com a interpretação da paisagem como uma derivação da Natureza, esta sim enquanto categoria englobante (SERRÃO, 2013).



Viña del Mar, Chile. O espaço aberto, porém limitado, define a paisagem sempre exterior. Mesmo com elementos artificiais, há a convivência entre as esferas do construído e do natural. Mas é este que tem de prevalecer. Em verdade, o natural sempre prevalece mesmo nos locais onde se parece assistir à total artificialização. Entretanto, mesmo que toda uma cidade seja feita de recursos extraídos da natureza, ao caminhar por uma rua ladeada de arranha-céus, que fecham o campo de visão para a linha do horizonte onde Céu e Terra naturalmente se tocam, não se está necessariamente vendo uma paisagem, apenas uma vista urbana. Por outro lado, nas profundezas do oceano não há paisagem, apenas natureza em seu movimento. A paisagem nunca está no interior, mas sempre no contato entre diferentes elementos a partir do exterior, da janela metafísica para o infinito. Foto do autor. Agosto de 2015.

A dimensão natural da vida é reencontro. Reencontro do homem com sua fonte de alimentação concreta e simbólica. Não que isso represente ser a natureza apenas ordem responsável pela vida, pois também há desordem e morte na natureza.

O encontro com a natureza é o encontro com a dualidade vida-morte. Não há ser orgânico imutável para todo o sempre, assim como

os objetos inorgânicos não são cristalizados na eternidade. A configuração atual dos continentes, tal como a vemos no mapa mundo, passou por diversas fases, tanto de acordo com a teoria da tectônica de placas quanto com o que a própria realidade demonstra: sismos, terremotos, maremotos, vulcanismos, enfim, todo o rol de atividades geológicas diretamente associadas com as dinâmicas transformadoras da face e do interior da crosta terrestre.

A paisagem é uma possibilidade de cristalizar/paralisar, momentaneamente, a dinâmica da ordem-desordem natural para provocar a razão diante do sublime inexplicável.

Há uma complexa trama de acontecimentos a ocorrer em cada minúscula fração do tempo que, quando se soma em largas escalas, dão pistas de uma história natural que só pode ser chamada de história pelo fato de que, hoje, o conhecimento humano assim é capaz de racionalizar.

Porém, imensa parte do passado dessa história ainda é desconhecida, assim como imensa parte de seu futuro. Portanto, o que se chama de história natural não é nada mais nada menos do que projeção da razão no decurso do tempo-espaco-natureza, como se o movimento da *physis* fosse intencionalmente motivado para a existência humana (o presente, também desconhecido, da história natural).

Desse modo, o antropomorfismo, antes do antropocentrismo, surge como estratégia para autoproteção contra o desconhecimento e incapacidade de entender a totalidade do mundo.

O antropomorfismo não é necessariamente a forma humana (ou das ações humanas) manifesta nos objetos da natureza, mas, antes de tudo, a relação de projeção dos sentidos humanos no mundo para compreendê-lo. Daí a questão de o juízo estético ser de grande relevância para o entendimento da paisagem.

Dado que o mundo natural não foi projectado para ser um objecto de interesse estético, se o mundo natural deve ser apreciado tal

como é, deve ser reconhecido como tendo sido formado, e por ser continuamente o lugar, de processos físicos, químicos, geológicos, ecológicos, meteorológicos e evolucionistas, todos eles acontecendo de forma *indiferente* do observador. (BUDD, 2013 [2002], p. 315, destaque meu).

Até onde se percebe, a natureza sempre aconteceu independentemente dos olhos dos homens: há independência das suas dinâmicas com relação aos desejos das pessoas. Muito se fala da necessidade de religação com a natureza, como se em algum momento a sociedade tivesse sido capaz de cometer a injúria de intencionalmente dela desconectar-se. A verdade, porém, é que a própria natureza funciona, desde muito antes da humanidade, prescindindo do homem.

Embora ciente da polêmica que tal raciocínio possa levantar, pretendo afirmar o seguinte: a humanidade não se afastou da natureza porque a natureza (a grande natureza) é que verdadeiramente se afasta do homem.

Uma coisa é olhar para a natureza e conferir “antropomorfismos” às suas dinâmicas, projetar a sua história para chegar no grande coroamento: a humanidade. Outra coisa é imaginar a independência da natureza bruta em relação aos desdobramentos das nossas ações. A grande tragédia do mundo contemporâneo é construir a ligação com a natureza através de sua negação. Por sua vez, a natureza não nos nega. Ao mesmo tempo, a natureza também não nos afirma. A natureza flui, indiferentemente.

A natureza flui indiferentemente, e a paisagem é o que emerge na consciência humana e se projeta na superfície da Terra, a fim de superar o desespero que esta indiferença causa.

Porque, na verdade, a Terra não é acolhedora por natureza ou por qualquer dom divino, a Terra não é humana, e a paisagem, meio do homem, é o que vem se deslocar acima dessa indiferença. A paisagem [...] é uma camada de humanidade colocada, para o melhor ou para o pior, sobre uma base anônima. [...] ela é uma condição humana, ou seja, ao mesmo tempo uma condição de possibilidade

e uma expressão de humanidade numa base não humana. (BESSE, 2014, p. 94-95).

É preciso aceitar o anonimato da natureza e de sua potência para conduzir a passageira vida humana. Desesperados ou não, precisamos aceitar o fato de que já somos todos condenados pela doce indiferença da natureza.

Um interessante exercício a fazer: i) pensar na quantidade de pessoas que estão nascendo agora em todos os países do mundo; ii) pensar que, daqui a 150 anos, nenhuma dessas pessoas estará viva; iii) aceitar o fato de que isso não nos habilita a nos tratarmos uns aos outros de maneira indiferente; iv) buscar a plenitude da vida para todos, já que a morte e a putrefação também são, naturalmente, democráticas.

A natureza pode ser anônima e desumana. A humanidade é que não pode ser desumana; seres humanos não podem ser anônimos e indiferentes. Se a paisagem é a camada de humanidade posta sobre um meio natural despersonalizado, que ela sirva para apreciarmos o belo e o sublime, seus sentidos em nossas vidas, e buscarmos boas e justas relações sociais.

3.5 PROBLEMA FILOSÓFICO-GEOGRÁFICO

A paisagem, além de categoria estética, pode ser vista como o reflexo da elaboração dos territórios pela sociedade.

Bertrand e Metaillié (2006) disseram que uma paisagem nasce a cada vez que a subjetividade do olhar se cruza com a materialidade do território. No seio desses possíveis entrecruzamentos, releva-se o fato de que o homem possui a faculdade de emocionar-se diante do espetáculo do mundo (TURRI, 2013); então, a paisagem é uma fonte de ligação emotiva das pessoas com seus lugares e elemento de constituição de afetos e identidades.

A economia funciona em disparate com a paisagem, contra ela, destruindo-a. Muitas vezes, a destruição da paisagem é deliberadamente projetada ao sabor dos prazeres de devastação das máquinas que cavam a terra,

abrem estradas, minas de extração e dos grandes projetos de engenharia para garantir o suposto desenvolvimento econômico.

A destruição da paisagem fundamenta-se no decurso e discurso de sua desvalorização, como se se tratasse de um campo de preocupações dos poetas, dos românticos, da arte decorativa ou qualquer outra coisa que seja equivocadamente considerada supérflua.

Esse tipo de visão também afeta o nicho acadêmico. Já vi geógrafos afirmarem que a paisagem é uma complicação e, por isso, melhor não desenvolver uma pesquisa respaldada teoricamente nesta categoria. Também já ouvi outro discurso: a paisagem vem da arte e nunca terá validade científica. Entre “tudo é paisagem” e, para quem do que importa, “o resto é paisagem”, reafirma-se a profunda necessidade de elucidar os aspectos verdadeiramente importantes de um problema filosófico-geográfico.

A paisagem como problema filosófico levanta a possibilidade de recomposição da unidade do próprio homem, este ser destituído de sentidos na esteira da fragmentação do espaço/tempo de sua vida e da consciência de si.

A paisagem, como dimensão da existência, suscita a apreciação estética do mundo, mas também insere a dimensão ética na reflexão sobre o agir do homem no mundo.

A seguir, apresento uma chave de leitura da paisagem através de requisitos necessários ao seu entendimento enquanto estratégia de ligação do homem com a natureza (e não o contrário) e, posteriormente, volto à discussão sobre a questão ética.

Requisitos paisagísticos

Exterioridade	Não há paisagens em interiores, a não ser em sentido metafórico. Ambientes fechados e/ou opacos não são constituintes paisagísticos: não há paisagem quando se mira o chão ou quando muros e paredes impedem a visada ao longe.
Limite	O limite, no caso, não é necessariamente aquele dado por um objeto opaco que tenha o efeito de moldura (paredes, muros, teto), mas o limite da própria moldura do olhar que alcança o horizonte. Os objetos opacos podem comparecer na zona de alcance da moldura do olhar sem, contudo, impedir a sua continuidade até o horizonte onde Céu e Terra se tocam.
Abertura	A abertura não é a simples ligação com o que está para fora de um ambiente interior. Não se trata de uma simples janela ou porta. É preciso diferenciar vista de paisagem: uma janela pode oferecer a vista para algo, que não será necessariamente a paisagem. A abertura como requisito paisagístico é, além da abertura para o horizonte, aquela que transpõe para o infinito. O contato com o céu, espaço estético que remete para o infinito, é uma condição necessária. É uma abertura metafísica.
Vida humana e conhecimento	Sem a vida humana ou a condição para ela, nenhum dos requisitos anteriores faz sentido, já que não há observação/contemplação estética. Por isso, em determinados casos, os interiores não são paisagísticos porque não possibilitam a experiência da vida humana: o ambiente aquático não é o ambiente da vida do homem, assim como o subterrâneo ou o aéreo. O conhecimento da paisagem suscita a memória sobre ela e os sentidos atribuídos em algum momento de vivência/experiência no passado ou presente.

Requisitos paisagísticos sob a ótica do espaço

Exterioridade	Não é requisito espacial. O espaço é sempre espaço em interiores ou exteriores. Em um ambiente fechado não há paisagem, mas há espaço. Objetos opacos ou translúcidos não perdem seu conteúdo espacial em função dessas características. No interior do planeta, por exemplo, não há paisagem, mas há espaço.
Limite	O espaço não se enquadra na perspectiva do limite da paisagem. Os limites do espaço são dados do raciocínio lógico para além da percepção. São mensuráveis e imensuráveis. Mensura-se a área de uma propriedade, de uma casa, de uma província, da superfície de todo o planeta ou se reconhece a infinitude do cosmos, sem mensurá-la. Ao espaço cabe a dualidade limitado-ilimitado, sem qualquer problema para sua constituição enquanto espaço.
Abertura	Fechado ou aberto são qualidades inaplicáveis ao espaço. O espaço é uma extensão do micro ao macrocósmico e não há objetos que sirvam de bloqueio à sua razão ontológica: o espaço atravessa qualquer ser. Um observador diante de uma paisagem pode virar-se e deparar-se com um muro de pedras, e ele deixará de ver a paisagem, mas não deixará de ver e/ou deduzir o espaço. Melhor: ele deixou a paisagem, contudo, não deixou espaço. O próprio observador é, também, espaço. O espaço é um ente do qual participamos sendo ele mesmo, assim como quaisquer outros objetos que nele são/estão.

Vida humana e conhecimento	Vive-se no espaço vivendo a paisagem. O espaço geométrico adquire estatuto de espaço geográfico através da sua condição paisagística. O espaço geográfico, para além do geométrico, é aquele compreendido com algum valor de uso para indivíduos e grupos sociais. A valoração só é possibilitada através dos elementos referenciais observados e entendidos como importantes para a vida: uma espécie de inventário paisagístico do contexto da morada, por exemplo.
----------------------------	---

Requisitos paisagísticos sob a ótica da natureza

Exterioridade	Assim como no caso do espaço, a exterioridade não é requisito naturalista. Há natureza em ambientes interiores: tanto do ponto de vista daqueles que se fizeram por si, quanto daqueles que foram elaborados por obra humana. Ninguém deixa de respirar porque está dentro de um quarto (a natureza é o próprio ar respirado, além de ser a constituinte dos materiais utilizados para a construção da casa e do próprio indivíduo que nela está) e a mata densa e fechada é natural mesmo que em sua interioridade não seja possível uma experiência paisagística.
Limite	Também como no caso do espaço, a natureza não se enquadra na perspectiva do limite paisagístico, isto é, o limite do olhar, pois o próprio limite do olhar já é, em si, o limite natural de um órgão não artificial, que é o olho humano. Portanto, nos entes bióticos e abióticos os limites de suas formas são dados pela própria natureza sem o designio humano.
Abertura	Fechada ou aberta, a natureza também dispensa essas adjetivações. Dependendo do ponto de vista e da dinâmica observada, pode-se pensar na manifestação da natureza através de ciclos ou sistemas. O ciclo hidrológico no planeta, por exemplo, é assim definido porque não há interações para além das camadas superiores da atmosfera. Entretanto, dentro do ciclo há um sistema de interações, pois não há corpo hídrico que não se alimente de águas provenientes de outros corpos hídricos. O fato é que toda a natureza está em constante processo de transformação, e a condição de aberta ou fechada não impede a sua constituição.
Vida humana e conhecimento	Mesmo que pensássemos ter a natureza se organizado para a conclusão da vida humana e, mais além disso, para a existência de uma consciência da vida, tudo o que precedeu a humanidade foi/é natureza, inclusive o será a posteriori à humanidade. Somos a natureza consciente de si, porém, mesmo depois da perda desta consciência com a morte, as dinâmicas de decomposição da matéria orgânica continuarão a fluir e transformar o corpo noutra coisa. No interregno de consciência entre dois estágios de inconsciência – o pré-nascimento e a morte – é que se constitui o ser apreciador estético da natureza, da dimensão paisagística da natureza.

Paisagem na razão do tempo

Tempo como imagem da eternidade	O tempo permeia todos os requisitos paisagísticos citados. O tempo da paisagem é um momento na clara definição de síntese entre tempo/espço/natureza. As imagens naturalmente alcançadas pela percepção são mais fugidias do que aquelas arquivadas pelo instrumento da fotografia. O tempo da paisagem é o momento da criação da imagem, da imagem em ação, da imaginação: um vínculo entre percepção, memória e projeção. Esse tempo só é possível através da existência da eternidade, o complemento do infinito. O momento é uma cristalização efêmera da conjunção entre o eterno e o infinito. A paisagem tem essa capacidade mediadora de enlaçar diferentes escalas e soltar o fio de Ariadne para a reflexão sobre o sentido da existência: do tempo, do espaço, da natureza e do observador.
---------------------------------	--

Fonte: ASSUNTO, Rosario (2013) e outras leituras¹². Elaborado pelo autor.

Diferenciar paisagem de espaço e, principalmente, de natureza, é importante para não cair em confusões improdativas. Espaço e natureza são conteúdos formadores da paisagem, além, é claro, do tempo. No entanto, eles não podem ser sinonimizados porque os conteúdos não são as suas formas e a paisagem é mais do que espaço e natureza porque é a expressão estética destes, na medida que os seus requisitos de exterioridade, abertura, limite, vivência e conhecimento se diferenciam entre si.

Assim, quando alguém define paisagem a partir de um de seus constituintes – a mata (confusão com a natureza biótica), a montanha (confusão com a natureza abiótica) ou a porção que a vista abarca (confusão com extensão espacial) – está equivocado.

No que diz respeito ao debate ético levantado pela questão da paisagem, primeiramente há de considerar-se a sua razão teleológica fundamental: o comprazimento do natural em um contexto de crença na autoridade da técnica. Nos dias de hoje, a ilusão de controle da natureza é encarada como

12 O quadro foi elaborado por meio de uma série de reflexões inspiradas em, praticamente, todas as leituras referenciadas nesse livro, mas Paisagem e Estética, de Rosario Assunto, foi crucial. A intenção é esclarecer como os requisitos paisagísticos de Assunto podem ser observados dentro dos conceitos de espaço e natureza. O item referente ao tempo da paisagem também foi inspirado nesse mesmo autor, contudo, com o toque platônico do tempo como imagem da eternidade. Se o tempo é uma imagem da eternidade, então, habilite-me a pensar no espaço como imagem da infinitude. A natureza é a amarração entre essas duas instâncias. E, por fim, a paisagem é o momento da apreciação estética, somente possível com a manifestação de uma vida consciente de sua própria complexidade e do mundo a sua volta. Organizador: o autor, 2017.

verdade, ao mesmo tempo em que a própria sociedade está despreparada para lidar tanto com a imprevisibilidade do fenômeno técnico quanto do fenômeno natural. Isso é um problema a ser superado.

A paisagem põe-se agora como interface entre o fazer e o ver aquilo que se faz, entre o *observar-representar* e o agir, entre o *agir* e o *re-observar*. Segundo a metáfora da paisagem como teatro, compreende-se agora como a relação do homem com o território não diz respeito apenas ou sobretudo à sua parte de actor, isto é, ao seu agir, transformar a natureza ou o ambiente herdado, mas também, e mesmo sobretudo, ao seu fazer-se espectador. De facto apenas enquanto espectador ele pode encontrar a medida do seu agir, do seu recitar, do seu ser actor que transforma e activa novos cenários: isto é o *reflexo de si*, a *consciência do próprio agir*.

[...] Não é um acaso que as paisagens mais belas, esteticamente mais celebradas, que melhor exprimem uma harmonização entre obra humana e formas naturais, sejam aquelas em que o homem se atribui uma função importante como espectador, em que se preocupa com o resultado visual da sua acção [...]. (TURRI, 2013 [1995], p. 174-175, destaques meus).

Em Eugênio Turri, a metáfora da paisagem como teatro é algo que suscita um importante debate, principalmente no campo do ensino de Geografia. O teatro é a arte que reflete a vida e também a paisagem. Pensar a paisagem como um produto da ação de agentes ou atores sociais e, além disso, enquanto uma experiência que deve ser observada para nortear a ação é condição necessária para que a organização territorial seja coerente ao bem-estar de todas as pessoas que vivem em determinado lugar e possuem o direito às paisagens visualmente belas.

A paisagem como dimensão da existência releva o debate sobre seus sentidos políticos porque ela é um recurso para a reprodução da vida em amplo sentido. Que isso não seja comparado ao discurso do ecologicamente correto, tão amplamente incorporado por setores que são tudo, menos

ecologicamente corretos. A questão é profunda e demanda a construção de conhecimentos para contestar o atual estágio de degradação das paisagens por conta de práticas que são contrárias a ela.

Se aceita-se a premissa de que a paisagem é um recurso para a vida, então afirma-se a existência de um direito que não pode ser negado às pessoas: o direito à beleza, à harmonia entre elementos naturais e construídos, à contemplação prazerosa, ao deleite e, inclusive, ao desconforto do sublime. Tudo isso parece ser muito subjetivo, mas existem razões práticas para tratar dessa questão enquanto problema social.

Ao direito ao prazer, acopla-se o direito à educação para ter consciência dos significados do juízo estético e de como ele é uma chave interpretativa das dinâmicas territoriais. As dinâmicas territoriais são dadas por diversas formas de uso dos recursos da natureza, de acordo com interesses econômicos e políticos específicos a cada grupo social. A estética paisagística e o julgamento da paisagem são possibilidades de questionar o modo como a sociedade atua no território e como isso se reflete nas próprias condições de vida das pessoas que estão nele.

É certo que a interpretação paisagística da realidade não é qualquer coisa presente na mentalidade de boa parte das pessoas: ao agricultor, por exemplo, talvez pouco lhe interesse saber se a paisagem é bonita, porque o que realmente lhe preocupa é saber se a terra é fértil para o cultivo. Nesse caso, o que importa é o objeto “terra” e não a sua subjetivação em paisagem. Porém, independentemente dessas situações, é preciso encontrar um modo de trabalhar com todas as pessoas a ideia de que a estética das paisagens onde vivem representa o jogo de forças que determina suas vidas, tanto do ponto de vista da natureza quanto da própria economia.

A paisagem deve suscitar no espectador a consciência dos problemas e das virtudes dos lugares (dimensão espacial) onde vive. Em caso de problemas, a paisagem despertará o desconforto dos sentidos: poluições

várias, visual desagradável, desafeto, desejo de abandono. Do contrário, emergem o prazer, a relação de identidade e os afetos. Assim, a paisagem se torna ponto de partida para contestar melhores futuros ou manter o que já existe de bom.

CAPÍTULO 4

PAISAGEM E SOCIONATUREZA

4.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Aqui são apresentadas algumas considerações relevantes ao entendimento da paisagem na interface da objetividade com a subjetividade. Uma das motivações deste capítulo foi entender a paisagem para além de uma empiria geográfica que, muitas vezes, impõe certa opacidade à compreensão teórica do conceito.

Na Geografia Física o conceito de paisagem sempre esteve exageradamente vinculado a uma perspectiva funcionalista: entender o funcionamento das dinâmicas da natureza, dos seus elementos e suas interações, mas é difícil localizar o debate sobre a dimensão estética.

A partir de reflexões sobre a amplitude da natureza e as dificuldades impostas à razão no movimento de tentar abarcá-la em sua totalidade, cheguei à ideia de que essa natureza sublime é muito grande para ser o objeto de estudo de uma ciência cujas preocupações se restringem à superfície terrestre, literalmente, ou seja, ao espaço vivido pelos homens.

A evolução técnica é parte fundamental de um processo histórico de negação da natureza ou da construção de uma ligação com ela através da negação do natural. As consequências dessa contradição são muito ruins para a sociedade, mas para a natureza não.

A natureza usada pela sociedade é tangível e está próxima de nós: sentimos o deslocamento do ar, ouvimos sons de trovoadas, vemos o movimento calmo ou revoltado das águas do mar, a corrente serena de um rio, a terra em que pisamos, enfim, tudo o que remete a certo conforto por ser aparentemente estável. Essa natureza próxima é decomposta pela razão e esmaecida pelos artificios.

Contudo, mesmo na artificialidade, a natureza está presente pelo simples fato de que não há artífice sem matéria para seu trabalho. Então, a natureza se mistura com a sociedade nas cidades e no campo e, em um mundo cuja economia urbana é tão prevalente, a mistura socionatural pode ser desastrosa em várias situações, afinal, nem tudo na natureza tangível é tão estável quanto parece ser.

Embora hibridação seja uma palavra que remeta para união, fusão, interpenetração, no caso da socionatural ela também representa disfunção, disjunção e desarmonia. A paisagem pode ser uma importante chave de interpretação desses processos perigosos de hibridação socionatural, a fim de buscar a harmonia sociedade-natureza.

4.2 UMA ENTIDADE FÍSICA?

Muito embora paisagem seja frequentemente confundida ou sinonimizada com meio ambiente ou natureza, ela é uma das peças que compõe o jogo da interpretação do conjunto de transformações que produzem uma nova sociedade e, por conseguinte, uma reinterpretação da natureza.

Às vezes, a paisagem é reduzida aos seus modos de representação, principalmente a pintura ou a fotografia. Também existe algum equívoco em termos cartográficos: os mapas de unidades de paisagem, por exemplo. É difícil falar de representação de paisagem através de mapas, justamente porque a paisagem pressupõe um olhar a partir do lugar, com o observador posicionado diante do que vê e não acima, como é no caso do mapa elaborado a partir da visão vertical. Anteriormente, apresentei uma chave

de interpretação paisagística em que esta questão ficou esclarecida: a paisagem como espaço limitado, mas aberto e conectado ao infinito, conforme as definições de Rosario Assunto, além da visão sobre a paisagem, conforme Michel Courajoud.

Também contempla o conjunto de equívocos paisagísticos o fato de muitos desvalorizarem o conceito em função de uma suposta sobrecarga de subjetividade e dificuldade de ordenar o território a partir de abstrações ou gozos estéticos. Deve ser de comum acordo que o Brasil não é um país de cultura paisagística no seu sentido mais amplo e profundo. A economia nacional moderniza-se em disparate com a paisagem. A política brasileira é despolitizada do assunto, e uma política pública com o mesmo aporte e desdobramentos da Convenção de Florença¹³, por exemplo, ainda não se efetivou no Brasil.

Preservar a qualidade das águas de um rio ou lago, a mata ciliar, o bosque, a floresta ou salvaguardar o casario de um porto, de um centro histórico, vielas ou fachadas não significa necessariamente um projeto de proteção ou, ainda melhor, de significação da paisagem. É certo que a visada paisagística vai compor-se em uma sequência de elementos importantes como o rio, a mata, a urbe e seus monumentos. Contudo, sem o sentido que todos

13 A Convenção de Florença ou Convenção Europeia da Paisagem, ano de 2000. A Convenção resultou em um instrumento normativo que visa proteger, gerir e ordenar todas as paisagens europeias. A partir da ponderação de que a paisagem cumpre importante função pública em termos culturais, ecológicos e sociais e que sua salvaguarda, gestão e ordenamento podem contribuir para a geração de empregos e envolvimento direto de todos os atores sociais preocupados com suas identidades territoriais, os membros do Conselho da Europa, signatários do tratado, comprometem-se com o reconhecimento jurídico da paisagem como componente ambiental e expressão da diversidade patrimonial, tanto do ponto de vista cultural quanto natural. O documento cria a possibilidade de estabelecer e aplicar políticas de paisagem bem como integrá-la em outras políticas públicas que, de alguma forma, relacionam-se com a transformação paisagística, como é o caso dos planos urbanísticos ou daqueles voltados para o desenvolvimento das áreas rurais. É importante salientar que esforços no Brasil também ocorrem nesse sentido. A Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas disponibiliza a Carta Brasileira da Paisagem (2010) com importantes dispositivos para criar políticas sérias nesse campo. No âmbito continental, destaca-se a Iniciativa Latino-americana da Paisagem (LALI), uma declaração de princípios éticos com objetivo de estabelecer políticas de paisagem, promove “o reconhecimento, valorização, proteção, gestão e planejamento sustentável da paisagem latino-americana, mediante a adoção de convenções (leis, acordos, decretos, normas) que reconheçam a diversidade e os valores locais, nacionais e regionais, tanto tangíveis quanto intangíveis, assim como os princípios e processos pertinentes para sua proteção” (LALI, 2013). Muito embora se tenha acordos e convenções, no Brasil ainda há longo percurso para alcançar verdadeiramente o status de uma sociedade com evidente preocupação com suas paisagens.

elementos adquirem a partir do olhar e da percepção/interpretação das pessoas que com eles fazem contato quotidianamente (ou esporadicamente, no caso de um pesquisador, de um turista, um passante...), jamais o casario, a floresta, as montanhas, entre outros elementos, serão observados e vivenciados como elementos capazes de suscitar um sentimento de paisagem.

Uma das questões-desafio colocada por minha então supervisora de pós-doutoramento, professora Adriana Serrão, foi: a paisagem é uma entidade física? Através dos autores pesquisados, citados ao longo de todo texto, bem como das reflexões que me possibilitaram desenvolver, procurei responder à questão nesta última parte do trabalho. Desde já, adianto que paisagem é sim uma entidade física, embora seja também outra coisa: o fruto de abstrações e de sentimentos. Há uma dimensão emocional na paisagem que a torna dúbia, ou seja, uma combinação entre entes físicos e maneiras diferenciadas de percebê-los.

Assim, também há a necessidade de compor uma estratégia de leitura-interpretação-análise da paisagem considerando os caminhos e direções espaço-temporais da percepção como um leque de possibilidades para que geógrafos construam ou reconstruam um conceito tão fundamental para esta ciência, notadamente, na medida em que se abre para as análises ambientais que caracterizam a Geografia como ciência humana da natureza.

É certo que a paisagem não se restringe ao universo da ciência geográfica, e formulações teóricas interdisciplinares são cada vez mais necessárias. A minha tentativa de conjugação com a Filosofia trouxe respostas para duas perguntas fundamentais ligadas à elaboração do projeto de investigação, que precedeu este trabalho:

- a. Por que a paisagem ainda é confundida com natureza?
- b. Por que o ensino de Geografia, muitas vezes, permanece na ideia de paisagem como “quadro natural” e quais são as consequências disso?

A paisagem é frequentemente confundida com natureza, por uma razão mais ou menos simples: ela é natureza. Não há qualquer heresia quando alguém se refere à paisagem a partir de entes que não foram criados pelas mãos

humanas: o mar, a montanha, a floresta, a praia. Entretanto, inverter a definição para “a natureza é paisagem” revela a inoperância dessa inversão. A *natureza não é paisagem* e, assim, a permanência da ideia de que *a natureza é paisagem* faz o ensino de Geografia não ser eficaz no campo da temática paisagística.

Insistir na *natureza como paisagem*, sem precisar o momento em que ela pode *emergir na consciência como paisagem*, fez com que livros didáticos a tratassem como quadro natural, no sentido restrito de uma composição de elementos naturais em estado bruto, em certos casos, apenas impactados pela ação humana. Não há de descartar-se a hipótese de que isso seja, talvez, uma herança ainda da época em que se concebia a paisagem como cenário ou palco para a ação, jamais como cenário-palco da ação e do pensamento concomitantemente.



Cordilheira dos Andes, Chile. A travessia aérea pelos Andes é qualquer coisa estupefaciente. A experiência estética foi diferenciada pelo fato de que estava dentro de uma aeronave, no entanto o comprazimento e o descompasso da razão remetem para o sentimento do sublime. Por mais que se discorra em palavras, não será possível aproximar a imponência da cadeia montanhosa ao que está representado na fotografia. O gozo estético, ao mirar a obra da natureza, sem o intermédio da técnica, é sempre incomparável. Mais do que um simples “quadro natural”, mais ou menos autossuficiente, a presença do infinito no limitado, a suposição da força da natureza e o acerto da pequenez humana, o desejo de que a vida faça sentido diante do imenso caos ou da imensa ordem natural, enfim, tal enlace tortuoso entre razão e emoção é que faz da paisagem uma experiência espaço-temporal única. A paisagem também observa o observador. Foto do autor. Agosto de 2015.

Sempre com todo respeito e admiração ao trabalho dos grandes pintores e fotógrafos, sou adepto da ideia de que não há experiência de maior gozo estético do que aquela em contato direto com a imponência da natureza: nunca haverá uma pintura ou fotografia capaz de capturar a magnificência da massa rochosa de uma cadeia montanhosa.

A concepção do quadro natural geográfico, porém, reforça a imprecisão de *natureza como sinônimo de paisagem* e, por conseguinte, faz com que as pessoas, notadamente os moradores das metrópoles, sempre pensem que a paisagem é algo distante porque aparentemente a própria natureza está distante delas. Não é bem assim, pois, para que a paisagem exista, sempre devem existir olhos perante ela.

4.3 PAISAGEM: APREENSÃO DO SUBLIME, COMPREENSÃO DA BELEZA

A paisagem é a expressão estética da natureza que vem com o prazer ou comprazimento negativo. A paisagem suscita o sentimento da beleza ou a sublimidade do natural e, em função disso, pode levantar o juízo de valor com relação ao estado de equilíbrio ou desequilíbrio de seus elementos, também do ponto de vista do artifício humano.

Essas duas vertentes de pensamento interessam para a Geografia. A primeira, a da natureza infinita/sublime, coloca o fato de que não basta a um professor desta disciplina ensinar aos seus alunos que paisagens são belos quadros elaborados por forças naturais em perfeita harmonia.

A *physis* tem dinâmicas caóticas, pois ela também é constituída por desarranjos criativos, por morte, putrefação da matéria biótica, fragmentação e pulverização da matéria abiótica. A natureza, enquanto força maior do que as vontades humanas, ultrapassa a harmonia, embora também se apresente enquanto harmonia durante boa parte do tempo. A sucessão dia/noite, a mudança das estações, a germinação, o crescimento e florescimento, o equilíbrio térmico da atmosfera, tudo parece ser perfeitamente arquitetado para a existência da vida e com a finalidade da *garantia da vida humana*.

Ao mesmo tempo, e para além do antropocentrismo, a sucessão dia/noite, a mudança das estações, os processos de germinação, crescimento e frutificação dos vegetais e a circulação atmosférica são resultados de fluxos energéticos quase inacreditáveis: imagine o que poderia acontecer a uma pessoa se lhe impusessem um movimento giratório em torno de si a uma velocidade de 1.700 quilômetros por hora? Não suportaria, certamente.

Os fluxos de matéria e energia entre solos e folhas ou frutos de árvores por toda a superfície vegetada do planeta (mais no passado do que no presente) também fazem pensar na face descomunal da natureza potência, sem contar a carga de radiação solar suportada pela atmosfera que, se não

existisse, não estaríamos aqui para observar paisagens e tentar compreendê-las como enlaces com a vida.

Por isso a coerência em pensar a paisagem como janela para o infinito, pois através desse tipo de pensamento se pode apreender a natureza para além das manifestações mais próximas de suas dinâmicas.

Admitir intuitivamente um quantum na faculdade da imaginação, para poder utilizá-lo como medida ou como unidade para avaliação da grandeza por números, implica duas ações desta faculdade: *Apreensão* (*apprehensio*) e *compreensão* (*comprehensio aesthetica*). Com a apreensão isso não é difícil, pois com ela pode-se ir até o infinito; mas a compreensão torna-se sempre mais difícil quanto mais a apreensão avança, e atinge logo o seu máximo, a saber a medida fundamental esteticamente-máxima da avaliação das grandezas. Pois quando a apreensão chegou tão longe, a ponto de as representações parciais da intuição dos sentidos primeiramente apreendidas na faculdade da imaginação já começarem a extinguir-se, enquanto esta avança para a apreensão de várias, então perde de um lado tanto quanto ganha de outro e na compreensão há um máximo que ela não pode exceder.

Isto permite explicar o que *Savary*, nas suas notícias do Egito, observa: que não se tem de estar muito perto das pirâmides e tão pouco se tem de estar muito longe delas para se obter a inteira comoção da sua grandeza. Pois se ocorre o último caso, então as partes, que são apreendidas (as pedras das mesmas umas sobre as outras), são representadas só obscuramente e a sua representação não produz nenhum efeito sobre o sentimento estético do sujeito. Se porém ocorre o primeiro, então os olhos precisam de algum tempo para completar a apreensão da base até o ápice; neste porém sempre se dissolvem em parte as primeiras representações, antes que a faculdade da imaginação tenha acolhido as últimas e a compreensão jamais é completa. (KANT, CFJ, § 26).

Na avaliação da grandeza das coisas para entender a ideia do sublime, Kant nos permite compreender a reflexão aqui colocada: a paisagem serve para apreender a natureza infinita e para compreender a natureza ao nosso alcance. Na medida em que o pensamento mais se abre para a natureza infinita, menos somos capazes de compreendê-la e apenas sentimo-la sem

que a nossa compreensão abarque a sua totalidade. Apreender é, portanto, diferente de compreender. Nas manifestações da natureza mais próxima de nós, então, é possível ativar o mecanismo da compreensão e elaborarmos juízos estéticos. Assim, a paisagem não é um mero quadro da natureza, tanto do ponto de vista romantizado quanto do ponto de vista da máxima empiria, ou seja, do quadro geográfico, muitas vezes chamado de ecossistema, geossistema ou ambiente.

A paisagem é um entrecruzamento de diferentes escalas da percepção do mundo. Certamente não há paisagem no espaço cósmico ao infinito, bem como não há paisagem quando se olha para o chão no qual se pisa. Por isso, a paisagem surge no contato com o horizonte, que é o limite entre o que está relativamente próximo e o relativamente distante, como a mediação entre apreensão e compreensão do mundo vivido. Como no exemplo das pirâmides do Egito, cuja monumentalidade não é apreendida nem muito distante nem muito próxima do observador. A Geografia deve, obrigatoriamente, adentrar na estética para não confundir a paisagem com natureza ou com ambiente.

Diferenciar natureza de paisagem é importante para chegar ao entendimento de que a primeira é matéria constituinte da segunda. No entanto, somente isso não basta. Mesmo não sendo a natureza sinônimo de paisagem, sua negação é a negação da paisagem. Talvez a grande tarefa para os professores consista em fazer perceber o ponto a partir do qual, no tempo e no espaço, a paisagem é obscurecida/negada pela técnica. Se nos remetermos ao corredor dos altos edifícios da avenida Paulista, temos ali muito mais uma contra-paisagem do que uma paisagem.

Há uma negação da paisagem na medida em que a vista se volta para elementos que dividem a paisagem: as paredes, o concreto, a cobertura asfáltica, os edifícios espelhados que reforçam o cenário de ruptura paisagística quando os reflexos criam a ilusão de continuidade infinita, não da natureza, mas do artifício que a nega.

A paisagem, um conceito espacial, é uma via de acesso ao entendimento de relações sociais responsáveis por espacializar iniquidades que

tornam a vida tão boa para uns e tão sofrida para outros. Na medida em que a experiência estética do belo e do sublime natural não atravessa minhas emoções, porque as urgências vindas da miséria material me afligem, algo vai muito errado comigo e, principalmente, com a sociedade que me cerca.



São Paulo, Avenida Paulista. Paisagem urbana. Paisagem ou contra-paisagem? Se aceita-se o postulado de que a paisagem emerge do encontro verdadeiro entre Céu e Terra, que chega aos olhos do observador, então, é preciso diferenciar o que é uma vista do que é uma paisagem. As metrópoles passam a impressão de que são espaços puramente artificiais, cortam a paisagem na medida em que parecem negar a natureza. Há espaço, sim. E também há uma natureza pulsante, por mais que a visão imediata custe acreditar: há atmosfera, há hidrografia, há relevo, há vegetação e haveria muito mais se não fosse o desmatamento que precedeu a existência da urbe. O material das construções não tem outra fonte originária, é a natureza. Porém, do ponto de vista da concepção da ideia de cidade e, no caso, de metrópole, a relação que se faz com toda a natureza perfeitamente identificável nela é através de sua negação, por mais absurdo que isso possa parecer. Como negação da estética natural, a cidade também é uma negação da paisagem. Uma contra-paisagem. Foto do autor. Dezembro de 2016.

Com relação à natureza distante, cuja fronteira mais próxima de nós poderia ser o próprio cinturão magnético do planeta, embora sondas espaciais já consigam ultrapassá-lo, o seu limite, a partir do qual a nossa

compreensão vai gradualmente perdendo espaço para a apreensão, é a fronteira última do sistema solar.

Tudo o que se sabe ou se pensa existir depois desse limite começa a ficar cada vez mais complicado: por exemplo, muito embora se tenham representações da Via Láctea, não somos realmente capazes de imaginar em detalhes como seria uma viagem para seu centro. Na apreensão da natureza distante, a nossa própria existência como humanidade é questionada ou esmaecida. Muito longe de chegar-se a qualquer coisa como devaneio de ficção científica, esta constatação tem enorme potencial: todos somos tragados por esta potência, esta coisa indefinida entre a ordem e o caos.

Na natureza próxima, a independência de suas dinâmicas em relação aos desígnios humanos também acontece. Contudo, muitos consideram que esta natureza tangível ao homem já não é mais uma natureza pura, em estado bruto. O movimento ambientalista preocupa-se com ela, e as práticas sustentáveis alertam para a necessidade de preservação de recursos para gerações futuras. No âmbito dessa natureza relativamente compreendida, ao mesmo tempo em que há a suposta ideia de controle, também há o medo de sua finitude.

Seria uma deselegância perceptiva não concordar que, de fato, a natureza que se permite alterada pelo engenho humano tem muitas de suas dinâmicas e entes modificados. É preciso deixar claro, contudo, que a modificação não implica a supressão da natureza.

Se, no passado, os eventos sociais ocorriam nos entremeios dos eventos naturais, hoje, por mais que pareça absurdo isso que vou dizer, tudo está da mesma forma! A pressão antrópica é muito pequena diante da *physis*. Não há vontade humana que impeça um terremoto, a passagem de uma frente fria, uma erupção vulcânica, um tsunami, um furacão ou um tornado. Assim, muito do que a gente chama de catástrofe ou desastre natural, em nada tem de desastroso ou catastrófico do ponto de vista da própria natureza: são apenas suas dinâmicas a fluir no

tempo e no espaço. Catástrofes são verdadeiramente sociais, porque é a fragilidade das pessoas que se comprova em situações nas quais a força da natureza se impõe.

Os impactos causados pela ação antrópica, tais como a poluição do ar, da água, do solo, o uso de venenos nas plantações, a derrubada de imensas capas de floresta para uso econômico da madeira e das áreas desmatadas, a construção das cidades, de equipamentos de produção de energia elétrica, as mineradoras, enfim, todos fazem parte de um processo de elaboração de socionatureza.

A socionatureza é uma noção híbrida por meio da qual se reconhece a força do atual mundo técnico, sem, contudo, negar a força maior da natureza. A humanidade tornou-se uma produtora de socionatureza, sim. Entretanto, é importante verificar que a socionatureza não representa qualquer capacidade técnica de transformação da essência da natureza. A face híbrida da socionatureza, que caracteriza o mundo contemporâneo, em muito se aproxima do sentido etimológico da *hybris* grega, ou seja, de uma combinação anômala, feita para não dar certo, geradora de desarranjos ontológicos. No próximo item falarei a respeito da relação entre socionatureza e paisagem.

4.4 A SOCIONATUREZA E A PAISAGEM

Debater as relações entre as dinâmicas socionaturais e as transformações das paisagens implica numa tentativa de entender as consequências da fusão entre sociedade e (parte da) natureza que se materializam no espaço geográfico, alteram-no permanentemente e, de modo direto, determinam os arranjos econômicos.

Erik Swyngedouw é um professor de Geografia que aborda a noção de socionatureza para problematizar as cidades híbridas, ou aquilo que ele chama de urbanização ciborgue. O autor compreende a cidade como uma junção de elementos técnicos e naturais, a partir de uma concepção que

é interessante ao geógrafo, quando muitas vezes se subestimam as próprias dinâmicas da natureza enquanto componentes dos espaços urbanos.

No discurso comum também é recorrente a associação entre espaço rural e natureza. Isto pelo fato de que ela é, a priori, supostamente muito mais evidente no campo quando comparada com as cidades. Geralmente, relaciona-se as grandes extensões de pastagens ou cultivos, fulcros de reservas florestais, rios aparentemente não poluídos, o “ar puro” e o frescor do campo com a ideia de um ambiente mais influenciado pelos fatos naturais.

Primeiro, é considerável ter em vista que, ao desenvolvimento de pesquisas que fujam de quaisquer perspectivas deterministas, impõe-se uma necessária reformulação e constantes debates sobre o que se define por natureza. Ao que tudo indica, tratar da natureza a partir do postulado de sua própria infinitude parece não ser um objetivo buscado entre aqueles que lidam diretamente com questões ambientais em suas práticas de pesquisas. A seguir será problematizado o papel da pesquisa geográfica perante o que se trata por natureza ou por dinâmicas da natureza.

4.5 A NATUREZA É MUITO GRANDE

O objeto ou objetos de estudos buscados por geógrafos estão inscritos na superfície terrestre. Geógrafos podem estudar os oceanos, a atmosfera, as dinâmicas geológicas, mas sempre com o intuito maior de compreender o modo como essas dinâmicas atuam na grafia do espaço realmente vivido pelos homens.

Estudar a natureza é um imenso desafio para esta ciência. Isto porque a natureza vai além das fronteiras cósmicas e se aprofunda nas camadas internas mais inferiores do planeta. Temos a noção de que a natureza é uma coisa infinita que o nosso intelecto não consegue abarcar. Poder-se-ia até mesmo falar de um conflito que se manifesta com o choque entre os limites do intelecto humano e a falta de limites do que pode ser a natureza. No

entanto, simplesmente sequer ocorre tal conflito porque não há interações entre tudo o que existe enquanto natureza e aquilo que o nosso próprio pensamento é capaz de objetivar, apenas apreendemos sem compreender. Se é possível considerar a Física como a ciência genuína da natureza, ela também parece ainda não abarcar um estudo completo da *physis*.

A natureza é muito grande para ser objeto da Geografia. A natureza comparece como um dos mais amplos conceitos porque engloba uma miríade de temas que são fundamentais em diversas disciplinas, sejam humanas, biológicas ou exatas. O seu postulado de infinitude, no entanto, apenas abre vias de compreensão sobre seus processos constantes de transformação, criação, destruição e equilíbrio dinâmico dentro dos limites que a razão consegue mensurar.

Assim, reconhece-se, por exemplo, que a floresta não é a natureza, mas tão somente um dos modos pelos quais a natureza se apresenta. Os animais são sínteses de dinâmicas naturais, que são partes da constituição da natureza. O mesmo princípio pode ser aplicado aos homens, aos gases, aos minérios... A partir desse entendimento outro debate se impõe: as diferentes temporalidades pelas quais se manifestam as dinâmicas da natureza.

A sociedade não produz conflitos contra a natureza, mas produz conflitos quando toma para si, como recursos, parte dos resultados de suas dinâmicas. Em função da apropriação dos recursos surge o temor com possibilidade da escassez. Isso permeia quaisquer alardes quanto ao esgotamento de água e petróleo, notadamente. Então, difunde-se a ideia de que a natureza é finita e precisa ser salva.

Simplesmente não se percebe que a regeneração dos recursos não se dá, em alguns casos, na mesma temporalidade dos homens e da sociedade. Portanto, a sociedade não está produzindo conflitos contra a natureza, mas contra si mesma. E é interessante destacar que esta conflitualidade emerge em um quadro de contradição: enquanto se busca manter e reproduzir um dado padrão de vida e de consumo, em verdade se colabora para criar condições que os colocam cada vez mais em xeque.

Entre sociedade e natureza não há herói ou vilão, mas no nível das relações sociais os seres humanos podem ser destrutivos e autodestrutivos. Se chegássemos a um ponto crítico de poluição atmosférica, onde ninguém pudesse mais respirar tranquilamente, a atmosfera não sofreria em nada com isso. Quem respira, sim. E, diante de uma suposição como esta, ninguém poderia falar de uma revolta da natureza, um castigo atmosférico ou qualquer coisa do gênero, como muitas vezes se faz, nos dias de hoje, através de exclamações já tão surradas como “catástrofe natural!” ou “desastre natural!”

É ao redor do temor à escassez que gravita boa parte das preocupações com o meio ambiente nos dias atuais. Afinal, o recurso que se esgota coloca em risco a satisfação do mais básico dos impulsos humanos, o de sobrevivência. Assim, cabe à sociedade entender seus limites – e qual deve ser o seu papel – na transformação das dinâmicas naturais e na apropriação dos recursos, que são importantes à manutenção da vida, já que a natureza, em si, não tem limites.

Por outro lado, os homens têm consciência de suas fragilidades. Então, à sociedade se demanda gerar uma racionalidade que melhor oriente as relações com dinâmicas da natureza e sua transmutação em recursos, buscando solucionar impactos negativos e os danos sociais que provocam.

4.6 HIBRIDAÇÃO SOCIONATURAL

Pensar a hibridação socionatural vai um pouco além de pensar a relação sociedade-natureza. O raciocínio é simples: quando dois elementos distintos se misturam, cria-se algo diferente do que eram antes, separadamente. Misturar-se ou fundir-se vai além de relacionar-se. É preciso recuperar a noção grega de *hybris*, a desmesura que condenou Prometeu ao constante ferimento do seu fígado, por ter dado aos homens o fogo do conhecimento. O sentido é de ultrapassagem de fronteira, de alcance de

limites proibidos, de constituição de quimeras ou qualquer anomalia resultante do excesso ou da mistura.

Na contemporaneidade, Haraway (2009) lembra que:

No final do século XX, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica. Nas tradições da ciência e da política ocidentais (a tradição do capitalismo racista, dominado pelos homens; a tradição do progresso; a tradição da apropriação da natureza como matéria para a produção da cultura; a tradição da reprodução do eu a partir dos reflexos do outro), a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras. As coisas que estão em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação (HARAWAY, 2009, p. 37).

A ideia do ciborgue transmuta-se de metáfora para uma reflexão sobre o mundo atual. A sociedade capitalista corporifica a técnica na medida em que a produz e a consome. A técnica torna-se extensão de corpos. Ainda, para além das definições de ciborgue voltadas tão somente às relações entre técnica e corpo humano/corpo animal, Haraway (2009) também nos alerta para significados que não se reduzem unicamente ao universo ficcional, pois, a partir dele, abrem-se possíveis analogias para pensarmos a realidade, a complexidade ou a confusão (com fusão!) do mundo em que vivemos.



Centauro cavalcado pelo Amor, Museu do Louvre, Paris. As representações híbridas causam fascínio por dois motivos: podem remeter a anomalias que prendem a nossa atenção ou podem remeter a virtudes que buscamos: força, nobreza espiritual (aproximação a deidades), habilidades. Para além dos híbridos mitológicos/religiosos, há aqueles que são técnicos: os ciborgues, representados pela robótica, pelos empreendimentos de geração de energia, pela tecnologia de produção das fábricas, pelas próteses que compõem nossos corpos ou por toda a estrutura e rede urbanas de circulação e comunicação. Os ciborgues sempre quiseram ser melhores do que os homens e do que a própria natureza, superar os seus defeitos e imprevistos. Híbridos são fascinantes para o bem e para o mal, diferentemente disso não seriam híbridos. Foto autor. Novembro de 2013.

A hibridação socionatural pode ser uma ideia interessante para fundamentar outra epistemologia geográfica. Ela seria pautada na construção teórico-metodológica da ciência preocupada em entender os desdobramentos da fusão da sociedade à certa parte da natureza, que é capturada pela razão.

Se for possível dizer que a sociedade cria uma espécie de relação contraditória com a natureza, através de sua negação, isso se deve à técnica, que seria o elemento central da negação natural. *A priori*, a técnica seria a chave de controle das dinâmicas da natureza: através dela as noites são iluminadas, as longas distâncias são vencidas em tempo mais rápido, os cultivos de plantas são mecanizados, não é mais necessário ir à caça para garantir alimentos e, em alguns casos, pode-se protelar a morte em função de doenças, mesmo que muitas delas sejam também consequências da artificialização do mundo, vide as grandes quantidades de químicos ingeridos junto com os alimentos industrializados.

No entanto, apenas aprioristicamente a técnica tem esta face de suposto controle da natureza, porque, no fundo, a natureza não deixa de fluir em nossos corpos, no ar que respiramos, na terra em que pisamos, nas cidades que parecem ser reinos da completa artificialidade. Na paisagem, a cidade suplanta as bacias hidrográficas, mas os rios não assoreados continuam com seus regimes de cheia e vazão periódicas; as tempestades não cessam, porque há uma área urbana em seu trajeto; e terremotos não se acalmam quando as ondas sísmicas atingem as áreas construídas.

Se há realmente algum fascínio humano com as representações híbridas, as esfinges, os deuses, os ciborgues, por remeterem à superação das próprias limitações humanas pela figuração da força, da nobreza espiritual ou da funcionalidade técnica, então, muitas das cidades-ciborgues da contemporaneidade são híbridos fracos, produzidos através de lógicas falhas que caminham para a negação do natural na sociedade e a negação do social na natureza tangível.

A noção de socionatureza pode provocar o espírito para essas disjunções, não para direcionar o pensamento para a busca de harmonia entre sociedade e natureza, mas para compreendermos onde estão as falhas humanas no entendimento da natureza e no modo disfuncional de relação com ela. A paisagem é que pode suscitar a busca pela harmonia.

4.7 PAISAGEM É REENCONTRO

A crise ambiental contemporânea é também uma crise paisagística. A paisagem é um excelente conceito operativo (SUERTEGARAY, 2001) para analisar criticamente a crise ambiental. Travestidas de desenvolvimento e progresso, as ações de fragmentação da paisagem são resultantes de lógicas desordenadas que não valorizam de fato a natureza: rios são poluídos, florestas são derrubadas, imensos arranha-céus formam contra-paisagens vistas dos corredores urbanos artificiais. Cada vez mais, a paisagem se faz como um elemento político de extrema relevância para promover soluções de problemas que afetam os territórios, os lugares e a vida de pessoas.

Na Geografia, muitos temas de pesquisa têm sempre uma inspiração paisagística, mesmo que não seja o objetivo primeiro do pesquisador utilizar esse conceito. Como os fenômenos e processos que transformam permanentemente o espaço geográfico têm, em algum momento, uma manifestação paisagística, então, é natural que a paisagem seja muito frequentemente um objeto de pesquisa ou, no mínimo, um ponto de partida.

Em termos de elaboração de um raciocínio ambiental, Bertrand (2009) apresenta três etapas de compreensão de dinâmicas socionaturais que são responsáveis pela caracterização e transformações *nas* e *das* paisagens. Seu percurso teórico inicia-se com a evidência de uma *natureza-fonte*, analisada através do conceito de geossistema. Posteriormente, concebe-se que a sociedade aciona a transformação da *natureza-fonte* em *natureza-recurso* na via das dinâmicas econômicas – e estas transformações são analisadas através do conceito de território. Por fim, há uma *natureza-arte*, que se chama paisagem, ou seja, o reflexo das etapas ou dos traslados anteriores, das diferentes maneiras pelas quais as sociedades expressaram suas formas de relacionar-se ou hibridar-se com certos aspectos do mundo natural.

A paisagem é uma qualidade da vida, enquanto experimentação *do* e projeção *no* mundo. Negar a paisagem é o mesmo que negar a beleza que todo ser humano idealiza e busca alcançar em sua existência. Destruir a paisagem

significa infertilizar o Eros da vida, a vontade de conhecimento, o desejo de saber o tamanho do mundo, mesmo que apenas seja para constatar a própria pequenez diante dele, mas, junto com essa constatação, sentir aquele gozo estético que faz pensar ser a vida qualquer coisa, menos descartável. O encontro com a paisagem sempre será um encontro com nobres valores.

No Brasil, a paisagem poderia ser utilizada coerentemente como um instrumento do *aménagement* dos territórios. Ela poderia ser uma chave para se compreender a interface socionatural das áreas urbanas, rurais, das unidades de conservação, por meio de perspectivas múltiplas que reconhecem as dimensões social, espacial, antrópica, patrimonial e híbrida (socionatural) do território. Desta forma, abrir-se-iam possibilidades para:

- i) Analisar as estratégias sociais de apropriação dos recursos da natureza e seus impactos a curto, médio e longo prazo, tendo-se em vista que todo simbolismo de uma paisagem está diretamente relacionado com tais estratégias de apropriação de recursos e seu sentido não apenas econômico, mas, também, político e cultural;
- ii) No caso da valorização da perspectiva espacial, isto serviria para evitar a elaboração de estudos diagnósticos e prospectivos tendo como enfoque a divisão espacial do tipo corológico ou a reduzida compreensão de território como espaço delimitado *pelo* poder *para* a administração;
- iii) Reconhecer as fragilidades dos processos de artificialização dos “meios naturais”, isto é, da construção histórica de uma socionatureza nos entremeios de uma natureza-potência grandiosa e infinita, cujas dinâmicas superiores não são controladas ou alteradas pela tecnologia (não há vontade humana que freie o movimento de rotação da Terra ou que bloqueie uma erupção vulcânica, por exemplo). Somente com este reconhecimento é que se poderá considerar que uma cidade, mesmo sendo um palco de artifícios, não é uma fronteira fechada a passagens de frentes frias, tempestades, aumento periódico do volume de seus rios e as consequências (boas ou ruins) advindas desses fenômenos;
- iv) Analisar a memória dos territórios e das regiões, inscrevendo a socionatureza na trama dos diferentes tempos e suas respectivas processualidades – desde as temporalidades das dinâmicas da natureza àquelas das dinâmicas sociais e, por fim:

v) Inserir a dimensão prospectiva na análise da paisagem para contribuir com propostas de ordenamento territorial e uso racional dos recursos. (SOUZA, 2015).

Entender a paisagem é, de certo modo, fazer uma viagem para perscrutar o que há no mundo e o que há do mundo em nós. O poema “Traduzir-se”, de Ferreira Gullar, apresenta a tradução existencial de sua personagem em duas partes aparentemente diferentes: uma parte dele é a multidão e sua capacidade de autoidentificar-se, a rotina, a racionalidade. A outra parte é composta de delírio, de autoestranhamento, de linguagem e solidão. A paisagem também tem muito desses traslados entre a objetividade e a subjetividade. Entender a arte da paisagem implica na capacidade de traduzir-se a dimensão objetiva na subjetiva e vice-versa.

A paisagem é maior do que as molduras de quadros ou de porta-retratos. Não se trata apenas de fazer referência a uma bela imagem, mas à beleza do mundo e às implicações éticas disso. Existem espaços marcados pelo desagradável, pela fealdade, com elementos desorganizados, com poluição de todos os gêneros, com muitos indicadores de situações de urgência que devem ser profundamente transformados.

Esses espaços podem até ser chamados de paisagens, paisagens feias, paisagens desconfortáveis, mas o mais importante é reconhecer que, essencialmente, faltam-lhes a paisagem. Na medida em que uma sociedade se sensibiliza com aquilo que ela constrói como conjunto de formas representativas de si, então, a valorização da paisagem poderá mesmo ser uma conexão para o ordenamento territorial e para a consolidação de uma política e uma cultura paisagística que nos retire de contextos nos quais a economia passa por cima da paisagem, criando contra-paisagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever este livro me permitiu repensar uma série de questões necessárias ao entendimento da paisagem geográfica, através do contato com a Filosofia da Paisagem. Esta incomum linha de investigação abriu-me caminhos para buscar inspirações em uma categoria que se realiza como dimensão da existência, na qual o homem pode projetar-se na realidade e encontrar a si na natureza, como num duplo reencontro entre a unidade natural e a sua própria unidade no mundo.

Ao longo do processo de sistematização das ideias, percebi alguma coisa que não tinha minha atenção anteriormente: a imensidão da natureza e urgência de um geógrafo rever a forma de abordá-la em suas metodologias e práticas pedagógicas. Muitas vezes nos pautamos em perspectivas extremamente utilitaristas, mesmo quando nosso enfoque é criticar os usos predatórios. E a crítica vem tanto por preocupações ambientais, de maneira mais ampla, ou, em especial atenção às causas sociais, quando identificamos que a degradação da natureza também é, de algum modo, uma face perversa do sistema econômico excludente e gerador de benesses e conforto para poucos.

No entanto, o retorno ao sentimento de natureza pode ser uma via para perscrutar e, assim, a experiência estética desponta como estratégia de complementação, ou até mesmo de superação, das abordagens funcionalistas plenas na empiria e vazias de emoção. De agora em diante, percebo que a experiência estética com a natureza, através de sua expressão paisagística, tem enorme potencial: ela não é restrita somente para iniciados e especialistas das artes e está ao alcance de todos. Assim, a sensibilização

estética através de uma educação paisagística se abre como possível estratégia que posso utilizar tanto nas minhas pesquisas quanto nas minhas aulas. Que isso sirva de inspiração aos colegas professores que chegaram comigo até aqui!

Também foi possível entender que o enquadramento paisagístico não é aquele de sua representação na pintura ou na fotografia, como sinônimo de panorama ou simples cenário de uma ação. O enquadramento paisagístico apresenta-se como arrebatamento racional-emotivo, que parte do observador e vai até a linha do horizonte onde Céu e Terra se tocam. A paisagem nasce no encontro entre dois feixes de luz que atravessam janelas posicionadas uma diante da outra: os olhos, as frestas da alma; o horizonte, a fresta para o infinito.

Assim, entender a paisagem é entender como a natureza se expressa e como a sociedade se expressa na natureza que pode ser tocada e modificada por suas ações, recuperando a ideia de que não há controle humano da *physis* e de que suas dinâmicas não são intencionais, não pretendem nos beneficiar ou nos prejudicar. A paisagem impõe ao ânimo o fato de que a neutralidade dos acontecimentos naturais se perde em acordo ou desacordo com as intenções humanas no agir territorial.

Entretanto, emerge um sério problema quando a paisagem é confundida (ou suplantada) com espaço geométrico ou com a própria natureza. No primeiro caso, a paisagem se perde na ânsia retilínea dos grandes empreendimentos e nas linhas do progresso: as grelhas urbanas, as autoestradas, as barragens hidrelétricas, o desmatamento para retificar áreas de imensas monoculturas, entre outros tantos exemplos. No segundo caso, a paisagem sequer existe, pois o que prevalece é a ideia de uma *natureza-fonte* de recursos, não para a vida, mas para o lucro.

Diferenciar paisagem de espaço e de natureza é fundamental no âmbito da Geografia. Essa disciplina é a conexão das pessoas com temas importantes da cidadania, com a finalidade de superar equívocos de interpretação e a ideia de que a ciência geográfica serve apenas para memorizar nomes de capitais.

Uma das inquietações, precedentes ao meu estágio de pesquisa pós-doutoral, era justamente encontrar o ponto de partida para construir uma interpretação mais viva acerca da paisagem, ou seja, algo que se afaste dos achismos e dos erros que a colocam como similar de natureza, espaço ou ambiente. A leitura filosófico-paisagística é esse ponto de partida. Nós, geógrafos, temos de nos voltar para a epistemologia a fim de reavivar a paisagem como categoria, isto é, através de um posicionamento filosófico que a coloca como elemento de definição de modos de ser e gera um impulso para a reflexão e entendimento sobre a materialidade e imaterialidade constitutiva do mundo e de nós mesmos.

Para as sociedades que não perderam o sentimento de unidade da natureza, a paisagem é uma noção sem sentido, na realidade, sequer é uma noção. Para uma sociedade que, desde muito tempo, abandonou o sentimento de unidade da natureza, a paisagem faz todo sentido como tentativa de reconexão. Porém, um grande problema nasce quando uma sociedade, que se afastou da natureza, simplesmente não desenvolve a cultura paisagística. Um trabalho de base precisa ser feito e ele será de responsabilidade do professor de Geografia.

A educação paisagística impõe o pensar a natureza, seu postulado de infinitude e sua dimensão caótica. Distante de ser a plena representação da harmonia, a natureza tem dinâmicas próprias que não condizem com os desejos dos homens. Esse é um primeiro ponto para abandonar tanto a ideia de sacralização quanto de dominação.

A educação paisagística também deve desconstruir o preconceito com relação à contemplação estética. Não é injúria defender a bela paisagem. Inclusive, a apreensão da paisagem deve voltar-se para a necessária apreensão da beleza, pois pode não haver paisagem nos espaços onde o comprazimento não compareça como emoção.

Além da razão de ser para a sensibilidade, a educação paisagística deve cuidar para que não haja confusão entre a paisagem e a sua representação. O espaço essencial da paisagem é aquele exterior, limitado, porém,

aberto, conectado ao infinito e constituído pelo enlace existencial entre a consciência no mundo e do mundo na consciência. As representações são importantes, sobretudo o uso de imagens para fins didáticos e, também, para os trabalhos de investigação que tenham estudos de casos específicos como meta. No entanto, a pintura e a fotografia nunca serão capazes de suscitar o mesmo sentimento de uma experiência ao vivo.

Ao longo da pesquisa também percebi o desafio colocado para a Geografia no que diz respeito à cartografia da paisagem: é realmente possível mapeá-la? Essa é uma pergunta que não pretendo responder de maneira imediata, por isso não tratarei do assunto aqui. Mas penso que os mapas de unidades da paisagem, no âmbito da perspectiva geoecológica, por exemplo, precisam ser elaborados com maior atenção a esse desafio. Afinal, isso parece levantar dois problemas do ponto de vista teórico-metodológico: i) representar a paisagem através de pedaços, chamados de unidades, seria o mesmo que criar a fragmentação de uma categoria que já nasce como contrapartida à perda da unidade da natureza na modernidade, é o mesmo que afirmar a fragmentação do que surgiu para desfragmentar, descolar a colagem; ii) o mapa é como um sobrevoo sem decolagem ou aterrissagem, com a visada sempre voltada verticalmente para a terra, então, como trazer a paisagem para uma representação sem horizonte?

Assim, o caminho da educação paisagística consiste no reconhecimento da categoria como qualidade da existência, no mundo vivido, percorrido. A paisagem é muito potente para ser reduzida ao “quadro natural” ou plano de fundo impactado. É importante perceber que se trata de uma chave para qualificar os desdobramentos das ações humanas na natureza.

As pessoas podem, através da interpretação paisagística, compreender os motivos que levam à existência de áreas belas, bem organizadas e perfeitamente adequadas para uma vida aprazível, enquanto muitas outras não obedecem a esses padrões. O que verdadeiramente me falta para vivenciar a paisagem? Quais são os princípios éticos de uma sociedade

com seu território, que permitem ou impedem pessoas de experienciar o comprazimento da paisagem?

A paisagem, como ligação com o belo e o bem organizado dos lugares, é um direito de todos, pois uma vida sem paisagem é uma vida limitada pelas sombras da caverna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Física**, livros I-II. Tradução: Lucas Angioni. Campinas: Unicamp, 2009.

ASSUNTO, Rosario. Paisagem e Estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

BÉDARD, Mario. **Le paysage: un projet politique**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2009.

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organização de Messias Modesto dos Passos. Maringá: Massoni, 2009.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BUDD, Malcolm. A apreciação estética da natureza. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença, 2000.

CORAJOURD, Michel. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Beatriz Medina (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2006.

HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Tradução: António Marques e Valério Rohden. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2017.

LAMPREIA, Dora. Por uma política de paisagem. A propósito da Convenção Europeia de Paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia**

e Arquitectura da Paisagem: um manual. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. **Du bon usage de la nature: pour une philosophie de l'environnement.** Paris: Alto Aubier, 1997.

METAILIÉ, Jean-Paul; BERTRAND, Georges. **Les mots de l'environnement.** Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra natureza.** Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

PLATÃO. **Timeu-Crítias.** Tradução: Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

RITTER, Joachim. Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna. In: SERRÃO, Adriana (Coord.). **Filosofia da Paisagem:** uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

ROGER, Alain. Natureza e cultura. A dupla artialização. In: SERRÃO, Adriana (Coord.). **Filosofia da Paisagem:** uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. **Finisterra**, XXXVI, 72, 2001, p. 37-53.

SANTOS, Leonel Ribeiro. A concepção kantiana da experiência estética: novidades, tensões e equilíbrios. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.33, n.2, p.35-76, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo; Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem:** uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

_____. **Filosofia e Arquitectura da Paisagem:** um manual. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

_____. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea.** Brasília, nº 2, ano 1, 2013, p. 7-27.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In: SERRÃO, Adriana (Coord.). **Filosofia da Paisagem:** uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

SOUZA, Reginaldo J. “Esfacela-se o cyborg”: a produção do espaço urbano entre sociedade/natureza, especulação fundiária, riscos e impactos socionaturais. **IPEA, II Conferência do Desenvolvimento, Anais do I circuito de debates acadêmicos**, Brasília, 2011.

_____. **Raia Divisória ou Raia Socioambiental? Uma (re)definição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente, UNESP: 2015.

_____. **O sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) aplicado ao estudo sobre as dinâmicas socioambientais em Mirante do Paranapanema-SP**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP: Presidente Prudente, 2010.

_____; CATALÃO, Igor. Da “Cidade-Cyborg” à “Atmosfera-Cyborg”: contribuições à análise do espaço e do clima urbanos. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 28 (2): 199-213, mai/ago/2016.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona, n. 93, 2001.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: D, P & A, 2001.

TAVARES, Rui. **O pequeno livro do Grande Terramoto**. Lisboa: Tinta da China, 2009.

TURRI, Eugenio. A paisagem como teatro. In: SERRÃO, Adriana (Coord.). **Filosofia da Paisagem: uma antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças à política de capacitação docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que, por meio da liberação para meu afastamento, permitiu-me realizar o estágio de pós-doutorado na Universidade de Lisboa. Assim, primeiramente agradeço a esta instituição, representada na ocasião pelos professores Jaime Giolo e Antônio Inácio Andrioli, reitor e vice-reitor, respectivamente.

O estágio não teria acontecido se não fosse o aceite e a receptividade da professora Adriana Veríssimo Serrão, que atendeu prontamente à minha solicitação para desenvolver um trabalho sob sua supervisão na raríssima linha de investigação em Filosofia da Paisagem. Através do nosso contato e das aprendizagens que tive com ela, pude repensar questões importantes a respeito do uso da categoria paisagem na Geografia e, também, pude constatar a relevância de adentrar à Filosofia como uma estratégia de recuperar o fôlego na ciência.

Agradeço ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia da UFFS – Campus Erechim, presidido, na ocasião da minha saída, pelo professor Márcio Freitas Eduardo e, posteriormente, pelo professor Everton de Moraes Kozenieski. O empenho e o apoio de todos os colegas de trabalho foram fundamentais.

Da mesma forma, ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Região, Urbanização e Desenvolvimento (NERUD), liderado pelo professor Igor Catalão, cuja parceria com ele resultou no projeto Urbanização e Hibridação Socionatural em Contextos Hidrelétricos (Edital FAPESC 07/2015), atualmente em desenvolvimento na UFFS – Campus Chapecó.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina, pelo apoio ao projeto Urbanização e Hibridação Socionatural em Contextos Hidrelétricos (Edital FAPESC 07/2015), cujo desenvolvimento teórico esteve e está diretamente relacionado com a produção deste livro. E também pela concessão da bolsa de Iniciação Científica ao discente do curso de Geografia da UFFS, Eliezer Bosa, sob minha orientação, cujo trabalho resultou na produção do artigo “Natureza e técnica na Raia SC-RS: cyborgs hidrelétricos e ressignificação de paisagens”.

À professora Paula Vanessa de Faria Lindo, que compartilhou comigo a coordenação do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBI-D-CAPES) durante o ano de 2016, cujas reflexões, através das atividades desenvolvidas com os bolsistas, contribuíram diretamente à temática analisada no decorrer do estágio pós-doutoral, assim como aos bolsistas de Iniciação à Docência e aos professores supervisores do projeto nas escolas, obrigado!.

Aos professores de Geografia, de diferentes escolas do município de Erechim, que participaram do Projeto de Extensão (Re)Conhecer o Espaço e as Novas Tendências da Geografia, certificado pela UFFS, sob a minha coordenação e da professora Paula Lindo. Ao longo do segundo semestre de 2016, muitas reflexões para este trabalho surgiram em nossos encontros, debates e diálogos e, portanto, não foi do nada que eu senti a necessidade de acionar a professora Adriana Serrão justamente no mês de dezembro daquele ano. Muitos questionamentos paisagísticos explodiram em minha cabeça!

À amiga professora Madalena Gonçalves, uma elegante anfitriã, que me recebeu com grande atenção e permitiu uma temporada de hospedagem cheia de paz para redigir este trabalho em Lisboa.

À amiga Denise Liege, sempre uma companhia agradável, cheia de sorrisos e de assuntos profundos, proporcionou-me suavidade em nossos encontros lusitanos.

Ao meu irmão Raphael Bonilha, ultimamente um pouco descontraídos um do outro, mas dele jamais me esqueço. Nestes escritos há muito dos nossos diálogos etéreos.

Aos colegas e amigos dos produtivos seminários de Filosofia da Paisagem, realizados na saudosa sala Mattos Romão – Maribel, Márcia, Carmen, Ana Cristina, João Gaio, Márcio Filipe, Ivan: suas exposições teóricas, reflexões e promoção de debates interdisciplinares foram instigantes.

Quase sempre se fala que o trabalho acadêmico é solitário, mas isto porque quase nunca se vê a rede de parcerias e tantos acontecimentos que envolvem uma pessoa para que ela possa afastar-se, mesmo que no curto período de um semestre, e pensar.



Reitor	Jaime Giolo
Vice-Reitor	Antônio Inácio Andrioli
Chefe do Gabinete do Reitor	Stefani Daiana Kruetz
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura	Pérciles Luiz Brustolin
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	Darlan Christiano Kroth
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	Marcelo Recktenvald
Pró-Reitor de Extensão e Cultura	Êmerson Neves da Silva
Pró-Reitor de Graduação	João Alfredo Braida
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Joviles Vitério Trevisol
Pró-Reitor de Planejamento	Charles Albino Schutz
Secretária Especial de Laboratórios	Cladis Juliana Lutinski
Secretário Especial de Obras	Rodrigo Emmer
Secretário Especial de Tecnologia e Informação	Claunir Pavan
Procurador-Chefe	Rosano Augusto Kammers
Diretor do Campus Cerro Largo	Ivann Carlos Lago
Diretora do Campus Chapecó	Lísia Regina Ferreira
Diretor do Campus Erechim	Anderson André Genro Alves Ribeiro
Diretora do Campus Laranjeiras do Sul	Janete Stoffel
Diretor do Campus Passo Fundo	Vanderlei de Oliveira Farias
Diretor do Campus Realeza	Antônio Marcos Myskiw



Diretor da Editora UFFS

Valdir Prigol

Chefe do Serviço Especial de Publicações Editoriais

Fabiane Pedroso da Silva Sulsbach

Revisora de texto

Marlei Maria Diedrich

Secretária Executiva

Claudiane Brito de Almeida

Conselho Editorial

Marlon Brandt (Presidente)

Tiago Vecchi Ricci

Gilmar Roberto Meinerz

Demétrio Alvez Paz

Paulo Afonso Hartmann

Bernardo Berenchtein

Thiago Bergles Bitencourt

Gustavo Acrani

Vanderleia Laodete Pulga

Adelita Maria Linzmeier

Rozane Marcia Triches

Antonio Marcos Myskiw

Valdir Prigol



REVISÃO DOS TEXTOS **Autor**
REVISÃO FINAL **Marlei Maria Diedrich**
PROJETO GRÁFICO E **Mariah Carraro Smaniotto**
DIAGRAMAÇÃO
CAPA **Felipe Stanque Machado Junior**
FOTO DA CAPA **Daniel Stockman** / Flickr (CC BY-SA 2.0 Creative Commons). Registrada em: 27 abril 2010, em Paris. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/evocateur/4694248310/in/album-72157624066514222/>>. Acessado em nov. 2018.

DIVULGAÇÃO **Diretoria de Comunicação**

FORMATOS **IMPRESSO, EPUB, MOBI E PDF**

S729p Souza, Reginaldo José de
Paisagem e Socionatureza : olhares geográfico-filosóficos /
Reginaldo José de Souza. – Chapecó : Ed. UFFS, 2018. -- 133 p. : il.

ISBN: 978-85-64905-99-3 (MOBI)
978-85-64905-98-6 (E-PUB)
978-65-5019-000-2 (PDF)
978-85-64905-97-9 (IMPRESSO)

1. Geografia – Filosofia 2. Geografia regional – Conservação da natureza. 3. Estética – Paisagem. 4. Geografia social. 5. Meio ambiente – Geografia humana. 6. Epistemologia – Fenomenologia. 7. Geografia – Rio Grande do Sul. 8. Geografia – Santa Catarina.

CDD: 304.20981
910.01
918.164
918.165